

O presidente da República assinou decreto autorizando o Ministério da Fazenda a celebrar acôrdo com a Prefeitura, que permita a fiscalização do imposto sôbre vendas e consignações por agentes fiscais do imposto de consumo, lotados na Recebedoria do Distrito Federal

MAIOR RIGOR NA APLICAÇÃO DA LICENÇA PREVIA

Contra as isenções o ministro Correia e Castro — O Brasil é também credor — A liquidação dos atrasados comerciais — Importantes declarações do ministro da Fazenda — O governo estuda a solução do problema

A situação cambial do Brasil tem mantido em certa animação os círculos onde essa matéria é questão diária e há alguma expectativa em torno da solução que se dará ao caso, uma vez que a anormalidade na distribuição de divisas, gerou uma certa inquietação.

Um dos aspectos mais importantes da questão é o caso da cessação de dólares para a liquidação dos atrasados comerciais nos Estados Unidos. O assunto foi objeto, recentemente, de debate em associações norte-americanas de comerciantes. Não revelou, nenhum dos comerciantes em questão, qualquer temor sobre a sorte dos atrasados em face das recentes declarações.

(Conclui na 2.ª pág.)

EDIÇÃO DE HOJE 28 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR

1.º CADERNO

(Não pode ser vendido separadamente)

APELO DE MOSCOU AOS EE. UU. E INGLATERRA

MANHA

ANO VIII

RIO DE JANEIRO, Quarta-feira, 11 de maio de 1949

NÚMERO 2.377

TRAMADA EM VARSOVIA A REVOLUÇÃO NA COLOMBIA

Sensacionais revelações feitas por um ex-diplomata polonês ao Senado norte-americano — Processo contra espões na Inglaterra

WASHINGTON, 10 (Por Felix Cotton, do INS) — Um ex-diplomata polonês residente em Washington declarou hoje sua crença de que um seu lugartenente, o "coronel Aief", foi um

dos principais instigadores dos históricos motins ocorridos em Bogotá (Colômbia), há quase dois anos. A sensacional declaração foi feita ante um sub-Comitê de Assuntos Jurídicos do Senado

pelo tenente-general Izidor Modelski, que renunciou como adido da Embaixada da Polônia em Washington, em agosto do ano passado, ao se lhe ordenar que regressasse à Polônia. Como muitos dos seus colegas procedentes da "cortina de ferro", Modelski preferiu asilar-se nos Estados Unidos a entrar em contato com os seus antigos comunis-

tas. Modelski declarou hoje, em apoio da legislação proposta pelo Senador Patrick McCarran (democrata, Nevada), que quer leis mais rigorosas para deportar os elementos subversivos. Disse Modelski que muitas pessoas seriam dissuadidas "de todo o contato com os comunistas" se temessem a deportação.

(Conclui na 2.ª pág.)

O avião explodiu em pleno vôo

24 mortos em dois desastres aéreos

MANILHA, 10 (U.P.) — O Exército das Filipinas recebeu uma notícia de que o avião filipino, que se achava desaparecido desde sábado com 13 pessoas a bordo, explodiu no ar, a sudoeste de Luzon. O chefe de polícia da cidade de Camarines, ao norte daquela província, disse que um pescador na baía de Baslad ouviu duas explosões e então viu nada mais do que fumaça.

DESASTRE TAMBÉM NO EQUADOR
QUITO, 10 (U.P.) — Um transporte DC-3 das forças a-

reas equatorianas espatifou-se de encontro ao solo, ontem, quando se dirigia às elvas orientais das cabeceiras do rio Amazonas. Em consequência do acidente, pereceram os 5 membros da tripulação e 6 passageiros. A causa do sinistro, segundo se acredita, foi a visibilidade nula, conforme informou o rádio-operador do avião em sua última mensagem minutos antes do acidente, ocorrido às 11 horas de ontem. Entre os mortos encontram-se o capitão Enrique Iturza, tenentes Pazmino e Mosquera, piloto e co-piloto do aparelho, e o sub-tenente Izvieta, todos brevetados pelas escolas de aviação dos Estados Unidos. Os passageiros eram membros missionários salesianos.

A LEI DO INQUILINATO

O parecer do sr. Ferreira de Souza será conhecido amanhã

O sr. Ferreira de Souza informou a nossa reportagem, no Monro, que, amanhã, apresentará à Comissão de Justiça do Senado seu parecer sobre o projeto de lei geral do inquilinato. O parecer é, em princípio, favorável ao projeto, oferecendo, porém, algumas emendas.

OS MAIORES COMEDIANTE DA AMÉRICA



BOB HOPE

HOLLYWOOD, 10 (U.P.) — O Comitê Mundial de Humoristas qualificou os artistas Bob Hope e Lucille Ball como os maiores comediantes da América e convidou-os a representar os Estados Unidos no Festival Internacional de Comédia, a ser realizado em Paris, em agosto próximo.

AUTORIZADO O PRESIDENTE DUTRA A DEIXAR O PAÍS

PUBLICADO O DECRETO LEGISLATIVO NO "DIÁRIO OFICIAL" — OS TERMOS DO DOCUMENTO

O "Diário Oficial" de ontem, publicou o seguinte ato do Congresso Nacional: "O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, n.º VII, da Constituição Federal, e eu, Nereu Ramos, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 10, DE 1949
Art. 1.º É autorizado o Presidente da República a se ausentar de país, por breve prazo, a fim de, atendendo ao convite do Presidente Harry Truman, visitar a República dos Estados Unidos da América.
Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.
Senado Federal, em 6 de maio de 1949.

NEREU RAMOS

A Fôrça Aérea dos Estados Unidos na recepção ao chefe do governo brasileiro

"Nunca se fará o bastante para dar as boas vindas ao presidente Dutra" — declara o líder dos correspondentes da Casa Branca

WASHINGTON, 10 (Por Robert Nixon, do INS) — A Força Aérea do Exército dos Estados Unidos se unirá ao Comitê Cívico para dar as boas vindas ao presidente Dutra à sua chegada

no dia 18 de maio, segundo anuncia hoje o cel. L. A. Sprinkle, do Comitê de Participação Militar. Esquadrilhas de aviões darão as boas vindas ao presidente, que é considerado como um perito militar e de aviação. O presidente Dutra terá 3 dias muito ocupados durante sua estada em Washington, tanto oficial como socialmente.

O presidente da Associação de Correspondentes da Casa Branca, que acompanhou o presidente Truman em sua visita ao Brasil faz dois anos, fez a seguinte declaração:

EM GREVE 50.000 MINEIROS
MANCHESTER, 10 (A.P.) — A última das 65 minas de carvão de Lancashire suspendeu o trabalho esta noite, numa greve apoiada pelos comunistas, que já paralisou mais de 50.000 mineiros.

"A Associação dos Correspondentes da Casa Branca deseja fazer todo o possível para cooperar com a Comissão que prepara as boas vindas ao presidente do Brasil e sua comitiva."

"Em nosso próprio nome queremos dizer que nunca se fará o bastante para dar as boas vindas ao presidente Dutra. Quantas vezes!"

(Conclui na 2.ª pág.)

Kanguru
A MEIA DE CLASSE
Nas principais casas de artigos para homens
AMADO & TAVARES
LIMITADA
RUA PONTES CORREIA, 213
Telefone: 38-2573 — Rio



"SOUS LA COUPOLE" — A Academia Brasileira de Letras, em sessão solene, recebeu ontem, às 21 horas, o novo "imortal" ministro Antônio Freire, eleito para a cadeira número 3, anteriormente ocupada pelo sr. Roberto Simonsen. A recepção constituiu acontecimento de alto relevo cultural e social, tendo comparecido o representante do Presidente da República general João Valdeira, chefe de sua Casa Militar, o vice-presidente da República e outras altas autoridades civis e militares. O salão sobre avaras-se ainda regado de jarras representativas das letras brasileiras e de numerosas damas da sociedade carioca, o que contribuiu para dar ao ambiente maior distinção e elegância. O novo acadêmico foi saudado pelo sr. João Neves da Fontoura, em formosa oração. Em seu discurso, o sr. Antônio Freire exaltou os serviços da Academia às letras pátrias, estudando a figura de Arthur de Oliveira, patrono da cadeira, que passou a ocupar. Após analisar a poesia de Felinto de Almeida, um dos fundadores da Casa de Machado de Assis, fez lúcido e minucioso estudo do conjunto da obra de Roberto Simonsen, com singular riqueza de conceitos e impecável forma literária. Os discursos foram seguidos de aspectos da recepção "sous la coupole", vendo-se o ministro Antônio Freire proferindo sua oração, a mesa que presidiu aos trabalhos e parte da sôla assistência.

Não treze meses não recebem seus salários

Dramático apelo dos funcionários da "N. A. B." ao Presidente da República, a fim de que seja solucionado o seu caso — São cerca de seiscentos funcionários em situação aflitiva



Os funcionários da NAB quando falavam ao redator da MANHA

Os leitores da MANHA já conhecem, através das reportagens que temos publicado, a situação aflitiva em que se encontram cerca de seiscentos de funcionários da "N.A.B.", após o colapso sofrido por essa empresa. Há treze meses não recebem os empregados do escri-

(Conclui na 10.ª pág.)

MOVIMENTADA ASSEMBLÉIA NA SEDE DO SINDICATO DOS OFICIAIS DE NÁUTICA

Tudo será resolvido dentro da ordem e através de entendimentos com as autoridades — Renunciou o comandante Fuhad Estrela

(Texto na 10.ª página)

Empossada a nova diretoria da Academia Brasileira de Ciências

A solenidade de ontem, na Escola Politécnica — À frente dos destinos da Academia o contra-almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva — O discurso do ex-presidente Artur Moses



Dois aspectos da solenidade de posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Ciências, ontem na Escola Politécnica

No salão nobre da Escola Politécnica, perante regular assistência, teve lugar na noite de ontem a posse da nova diretoria da Academia Brasileira de Ciências, tendo o ato contado com a presença do Ministro da Educação, Ministro da Aeronáutica, chefe do Almirantado, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, representante do prefeito da capital, representante do Ministério das Relações Exteriores, além de outras altas autoridades civis e militares.

Abriu a sessão, falou o sr. Artur Moses, que na qualidade de ex-presidente da Academia possui o cargo de Contra-almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva, recentemente eleito para dirigir os destinos daquela instituição. Uma vez empossado, o Contra-almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva pronunciou eloquente e substancioso discurso, declarando empossados e desejando que os seus destinos possam receber o influxo de algumas personalidades, em seu seio, sejam capazes de assegurar-lhe a continuidade.

de proposições que ditou sua criação, proporcionando-lhe, todavia, simultaneamente, sua adaptação progressiva às condições sempre variáveis do meio. Pondo de parte qualquer orgulho pessoal, uso de qualquer dos academias, que nos desparter o sucesso obtido pela Academia, parece-nos inquestionável que devemos estar contentes. Relativamente jovem, pois conta pouco mais de trinta anos de existência, logrou a Academia em todo esse período, uma coesão plenamente satisfatória, que lhe permitiu viver as quadras difíceis, sem qualquer pausa de monta ou retrocesso, que pudessem em risco seu futuro. Congregando homens que cultuam a ciência, para a formação sociológica recente e de estabilidade econômica ainda necessária, precria, dispendiosa, portanto, apenas de escassa duração, a Academia conseguiu, graças a quantos se interessam pelo seu futuro. Disto é testemunho a sessão solene que agora realizamos, prestigiada pelo comparecimento de destacados membros da nova diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente — Alvaro Alberto da Mota e Silva; Vice-presidentes — Artur Moses e Mario de Brito; secretário geral — Silvio Froes de Azevedo; secretário de Ciências Exatas — Artur de Faria; secretário de Ciências da Terra — Domingos Costa; tesoureiro — Luciano Jacques de Moraes.

Do discurso pronunciado pelo sr. Artur Moses, durante a solenidade da posse da nova diretoria da Academia Brasileira de Ciências, destacamos os seguintes trechos:

"A Academia Brasileira de Ciências, como ocorre periodicamente, assiste hoje, mais uma vez, à transferência de sua direção das mãos de uma para outra diretoria. E, que, nelas, no princípio de cada sessão, deseja que os seus destinos possam receber o influxo de algumas personalidades, em seu seio, sejam capazes de assegurar-lhe a continuidade."

CONTATO COM ALEF
Declarou o general Modelski que o coronel Alef tinha ido ao México sem os oito aviões de guerra dos militares de Bogotá. No México — acrescentou — o nome com o qual se põe em contato Alef foi um certo e se fazia passar por técnico de aviação. Dehoujovsky, chefe da missão da Polónia na Alemanha, declarou que o teste de uma carta que dizia: "Não venha procurar-me desta vez, porque estou esperando instruções de Varsóvia acerca da Colômbia, da República Dominicana e de Cuba".

ESPIONAGEM NA INGLATERRA
LONDRES, 10 (INS) — Uma nova e sensacional história de espionagem começou em Manchester, na Inglaterra, e em

de comunistas dominava o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte da Flórida, o qual incluía importantes empregados das linhas da "Pan American Airways" que operavam em Miami. Crouch afirmou que Miami foi selecionada pelo Kremlin como base das operações na América Latina há vinte anos, quando Moscou já estava pensando numa luta com os Estados Unidos. Em seus artigos, Crouch disse que Juliet Poyntz, membro de uma organização filiada ao Partido Comunista e que desapareceu em Nova York em 1937, foi assassinado pelos comunistas quando estes receavam que o mesmo delatara suas atividades.

INFILTRAÇÃO NAS AEROVÍAS
WASHINGTON, 10 (U.P.) — William Higginbotham, correspondente da U. P. — Paul Crouch, que durante dezessete anos foi agente organizador do Partido Comunista Norte-Americano, informou ao Comitê Investigador das Atividades Subversivas da Câmara dos Representantes que esse partido infiltrou membros nas empresas aéreas a fim de manter contato entre seus agentes e suas bases "em Miami e Havana". Crouch acrescentou que, desses dois lugares, os comunistas trabalhavam para entender sua influência sobre as Américas Central e do Sul, especialmente na zona do Canal do Panamá. Disse Crouch que um pequeno grupo

A EXPLORAÇÃO DAS LINHAS DE TRANSPORTE AÉREO

Não serão dadas autorizações às concessionárias de linhas regulares para execução de "viagens especiais" — Autorizado o aumento de frequências correspondentes ao número de viagens não compreendidas nas previstas nos contratos — Importante portaria do ministro da Aeronáutica aprovando normas para aplicação dos contratos de concessão de linhas regulares

Atendendo a que o Decreto-lei número 9.793, de 6 de setembro de 1946, condicionou a exploração das linhas regulamentares de transporte aéreo a um sistema que visa eliminar a competição ruína e assegurar às concessionárias o desenvolvimento normal dos serviços públicos que executam; atendendo a que se torna necessário fixar critérios uniformes para aplicação desse sistema, quer em relação à concessão de novas linhas, quer em relação ao aumento ou diminuição do número de viagens das linhas já concedidas, sem afetar a possibilidade da concorrência entre as concessionárias, a qual estimula o aperfeiçoamento dos serviços e facilidades oferecidas ao público, desde que não redunde em competição ruína; atendendo, por outro lado, a que se impõe evitar o inútil consumo de combustíveis, de sobressalentes e acessórios, importados do estrangeiro, sempre que se verificar que o aproveitamento da capacidade de transporte é inferior ao mínimo necessário para exploração da linha em condições econômicas satisfatórias; e tendo em vista as

sugestões apresentadas pela Diretoria de Aeronáutica Civil resolveu o tenente brigadeiro do ar Armando Trompowsky aprovar normas para aplicação do sistema estabelecido pelo decreto-lei n. 9.793 (de 6-9-1946) e dos contratos de concessão de linhas regulares. Na aplicação das normas entender-se-á por: linha regular de transporte aéreo — a linha aérea prevista em contrato de concessão registrada pelo Tribunal de Contas e executada de acordo com frequências prefixadas, com ponto inicial de partida, escalas (se houver) e ponto final de destino determinados no mesmo contrato; linha provisória de transporte aéreo — uma nova linha aérea executada a título provisório para se verificar a conveniência de uma concessão requerida; viagem regular — a viagem prevista em horário aprovado em virtude de contrato de concessão; viagem extraordinária — a viagem realizada eventualmente no caso de se verificar que a viagem ou viagens regulares, em toda a extensão da linha ou em partes desta, são insuficientes para atender à procura de transporte em determinada linha de uma concessionária; viagens de serviço — a viagem realizada por uma concessionária, em vão tanto quanto possível direto, para translação ou substituição de aeronaves, ou para socorro, sem efetuar transporte remunerado; viagem especial — a viagem realizada eventualmente por uma concessionária para os respectivos passageiros, entre dois pontos servidos por suas linhas ou entre um ponto servido por uma de suas linhas e qualquer outro ponto, em vão tanto quanto possível direto, para execução de um contrato de transporte, com uma só pessoa física ou jurídica, sem tomar passagens ou cargas por conta própria ou de terceiros, que nessa viagem, quer no vôo de retorno; viagem de freteamento — a viagem realizada sob a responsabilidade do fretador com aeronave locada pelo seu proprietário ou tripulação necessária ao vôo previsto; por viagem realizada eventualmente — entender-se-á a viagem que não apresenta o caráterístico de periodicidade em relação a qualquer outra; frequência semanal — o número de viagens de uma linha em ambos os sentidos (ida e volta) no período de uma semana; capacidade de transporte — a carga remunerada, compreendendo pessoas e coisas que poderá ser transportada em determinada linha de uma concessionária e fixada de acordo com a capacidade da linha regular; o coeficiente de aproveitamento da capacidade de transporte em determinado período.

Os itens seguintes da portaria do ministro Armando Trompowsky tratam da "concessão de linha regular em rota já explorada", "em rota já explorada", "a exploração em parte", "aumento de frequências", "redução de frequências", "fusão de viagens", "cancelamento de viagens", "nas etapas finais", "serviços extraordinários", "viagens especiais", "viagens de freteamento", "verificação do aproveitamento da capacidade de transporte", "disposições gerais" e as seguintes "disposições transitórias". Dentro de 30 dias da data da publicação desta portaria, o diretor geral do D. A. C. baixará portarias, ex-officio, autorizando o aumento de frequências correspondentes ao número de frequências previstas nos contratos, que sob a denominação de "viagens especiais" cada concessionária vier executando interinamente há mais de três meses. A partir da publicação destas normas, não serão dadas autorizações às concessionárias de linhas regulares para execução de viagens sob a denominação de "viagens especiais" excedentes às compreendidas nas respectivas frequências. As empresas que estiverem executando linha ou linhas aéreas a título precário deverão requerer a concessão dessa linha ou linhas dentro do prazo de 15 dias da data da publicação destas normas, cessando a exploração da linha se dentro de 60 dias não for autorizada pelo Ministério da Aeronáutica a assinatura do contrato de concessão.

Fideicomisso italiano sobre a Somália

APROVADO PELO SUB-COMITÊ POLÍTICO DA O.N.U.

LAKE SUCCESS, 10 (U. P.) — O Sub-Comitê da Comissão Política da ONU aprovou, por 9 votos contra 6 e 1 abstenção, o estabelecimento de fideicomisso italiano sobre a Somália.

O FUTURO DA LÍBIA

LAKE SUCCESS, 10 (U. P.) — O Sub-Comitê da Comissão Política da ONU aprovou, por 8 votos contra 5 e 3 abstenções os princípios expostos no plano anglo-italiano para o futuro da Líbia. O Sub-Comitê aprovou esses princípios depois que os delegados do Brasil, Argentina e Chile expressaram o seu apoio aos mesmos e indicaram que poderiam contar com o poderoso apoio de grande parte

COMUNICADO INGLÊS

LAKE SUCCESS, 10 (A.P.) — A Grã-Bretanha informou à ONU que as divergências anglo-italianas sobre as antigas colônias italianas foram solucionadas. A comunicação foi feita pelo sr. G. L. Clutton, representante britânico no Sub-Comitê Especial da Assembleia Geral. Circulos bem informados disseram que o acordo anglo-italiano prevê que a Somália será colocada sob curadoria italiana e que a Eritreia será dividida entre a Etiópia e o Sudão Anglo-Egípcio. Acordos especiais, ainda não firmados, serão feitos para Assmara e Massawa, cidades eritreias que têm substancial população italiana.

MAIOR RIGOR NA APLICAÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA

(Conclusão da 1.ª pag.)
servas de ouro do Brasil e as nossas possibilidades em honrar os nossos compromissos.

FALA SOBRE A QUESTÃO O MINISTRO DA FAZENDA

O sr. Corrêa e Castro, ministro da Fazenda, a propósito do assunto, teve ocasião de dizer aos jornalistas que está atento a esta matéria de alta relevância, examinando o assunto de perto, afirmando ainda que a situação não oferece a gravidade que muitos lhe querem emprestar.

Acrescentou o ministro que se era verdade que o Brasil era devedor de altas somas aos exportadores norte-americanos, também era fato que o nosso país era credor de avultadas importações de outros países situados na Europa e mesmo na América do Sul.

O ministro declarou em seguida que a atual fase de transição que atravessa o comércio mundial, será enfrentada com critério pelo Brasil. Para tanto, torna-se necessário rigor ainda maior no controle do intercâmbio comercial com o exterior, principalmente na relação das importações, tendo em vista as disponibilidades cambiais. E para isso, afirmou em conjunto e na mais perfeita colaboração as autoridades de Comércio e do Exportação e Importação do Banco do Brasil.

Prosseguiu o ministro dizendo que, se por outro lado, no âmbito da maior liberalidade em torno das isenções de licença prévia, que se impõe, e a aplicação mais rigorosa desse regime, a fim de que, utilizado como um todo, possa dar os resultados necessários. Já está provado que as isenções absolutas na lei são prejudiciais à economia nacional. De acordo com o ministro da Fazenda, o Executivo deveria caber a tarefa de aplicar a licença prévia com a necessária elasticidade, de sorte a transformá-la verdadeiramente em instrumento de defesa dos legítimos interesses da produção, do comércio e do consumo do país.

Uma vez reduzidas ao mínimo estritamente necessário as nossas importações e fomentadas as nossas exportações para a área do dólar, lograremos evitar o aumento dos atrasados comerciais e poderemos encaminhar uma solução visando a sua próxima liquidação. Essa solução já está sendo estudada.

DESEJO DE VIDEA SANTIAGO DO CHILE

SANTIAGO DO CHILE, 10 (U. P.) — O presidente de Chile y Videia reiterou ao comandante do navio-escola brasileiro "Almirante Bédan" a sua cordialidade e a sua simpatia por parte do Chile e do Brasil.

O recém-chegado, que tem honras de ministro, veio em companhia de sua esposa, e foi recebido por autoridades locais de Santiago do Chile, do Estado, da Embaixada do Brasil, e pelo sr. Edgar Morán, Presidente da Comissão de Câmbio e Balança de pagamentos, a melhor acolhida aos membros da comitiva do Presidente do Brasil.

DESEJO DE VIDEA SANTIAGO DO CHILE

SANTIAGO DO CHILE, 10 (U. P.) — O presidente de Chile y Videia reiterou ao comandante do navio-escola brasileiro "Almirante Bédan" a sua cordialidade e a sua simpatia por parte do Chile e do Brasil.

A Força Aérea dos Estados Unidos na recepção ao chefe do governo brasileiro

(Conclusão da 1.ª pag.)
que veio colaborar com as autoridades locais para o cerimonial da próxima chegada do Presidente Casper Dutra e sua comitiva.

O recém-chegado, que tem honras de ministro, veio em companhia de sua esposa, e foi recebido por autoridades locais de Santiago do Chile, do Estado, da Embaixada do Brasil, e pelo sr. Edgar Morán, Presidente da Comissão de Câmbio e Balança de pagamentos, a melhor acolhida aos membros da comitiva do Presidente do Brasil.

DESEJO DE VIDEA SANTIAGO DO CHILE

SANTIAGO DO CHILE, 10 (U. P.) — O presidente de Chile y Videia reiterou ao comandante do navio-escola brasileiro "Almirante Bédan" a sua cordialidade e a sua simpatia por parte do Chile e do Brasil.

O recém-chegado, que tem honras de ministro, veio em companhia de sua esposa, e foi recebido por autoridades locais de Santiago do Chile, do Estado, da Embaixada do Brasil, e pelo sr. Edgar Morán, Presidente da Comissão de Câmbio e Balança de pagamentos, a melhor acolhida aos membros da comitiva do Presidente do Brasil.

Informações uteis

O TEMPO
TEMPO — Bom, passando a instável.
TEMPERATURA — Instável.
VENTOS — De sueste a nordeste frescos.
Máxima: 28,0. Mínima: 18,9.

PAGAMENTOS
O Tesouro Nacional pagará hoje as folhas tabeladas no 1.º dia útil:
MONTEPIO DA AGRICULTURA — A — G; G — H; H — Z; A — Z.
MONTEPIO DA EDUCAÇÃO — A — B; B — E; E — I; I — M; M — O; O — Z; A — Z.
MONTEPIO DO TRABALHO — A — Z.

FARMÁCIAS DE PLANTÃO
HOJE: Visconde Rio Branco, 31; Largo Carioca, 10-12; Rua Haddock Lobo, 123-B e 359; Estação de São, 71; Maria e Barros, 635; Matoso, 47.

ATOS E DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
O presidente da República sancionou decreto do Congresso Nacional, abrindo créditos adicionais nos Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Justiça e Negócios Interiores e ao Congresso Nacional.

Enviou à Câmara dos Deputados as seguintes mensagens: Proposta de abertura de crédito especial, pelo Ministério das Relações Exteriores, para atender às despesas de aluguel de casas, gás, luz e energia elétrica e telefone, realizadas em 1947.

— propondo a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito suplementar, em reforço à Verba 3, para atender às despesas necessárias ao funcionamento da Câmara de Reajustamento Econômico e da Junta de Ajuste de Lucros.

— propondo a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito suplementar, em reforço à Verba 3, para atender ao pagamento de dívidas relacionadas, e a publicação de portaria, que dê o quadro de pessoal da Comissão do Vale do São Francisco.

Assinou as seguintes portarias: Aprobando as Tabelas Numéricas das Mensagens e das Notas de Crédito do Vale do São Francisco, em função de alterações de alíquotas e de valores da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.

— declarando de utilidade pública a Associação de Cantos Coral com sede nesta capital.

— abrindo no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para pagamento de despesas com a restauração de cultura agrícola e construção rural destruídas pelas inundações decorrentes das últimas cheias de rios do Estado de Alagoas.

Recebeu, ontem, no Palácio do Catete, para despacho, os srs. Clóvis Peçanha, ministro da Viação e Embaixador Ciro de Freitas, Vale o ministro de Estado, Interino das Relações Exteriores, e em conferência, os srs. ministro J. e Latorre, presidente do Conselho de Emigração e Colonização e Luiz Gallotti, procurador geral da República.

Fôz-se representar, pelo coronel aviador Carlos Rodrigues Collares, sub-chefe do seu Gabinete Militar, na solenidade de posse da Academia Brasileira de Ciências, de que o presidente da Academia, Alvaro Alberto da Mota e Silva.

Recebeu, ontem, em audiência, no Palácio do Catete, o sr. Hubert Guérin, embaixador de França.

Acompanhado pelos srs. Tito Gutierrez Alfaro, embaixador da Venezuela e Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, esteve, ontem, no Palácio do Catete, a fim de apresentar suas despedidas ao presidente da República o sr. Amador Rangel Lamas, ministro da Agricultura da Venezuela, que ora regressa ao seu país.

Soldados húngaros mortos pelos iugoslavos

BELGRADO, 10 (U.P.) — Guardas de fronteira iugoslavos mataram, a tiros, soldados húngaros. O fato ocorreu a 6 de maio e foi o segundo incidente dessa ordem no curso de duas semanas.

FALEceu NO H. P. S.

Faleceu ontem à noite no Hospital de Pronto Socorro, Benjamin Iger Napahovski, de 34 anos, solteiro, polonês, vendedor ambulante, residente à rua Real Grandeza 141, que ali fora atropelado na Avenida Presidente Vargas esquina da 1.ª.

Os resultados foram muito mais dramáticos com outro grupo de vacinados que receberam doses ainda menores de vitamina B (200 microgramas). Em menos de seis meses o estado mental dos vacinados tornou-se extremamente ruim. Um velho que sempre mantinha um comportamento amável tornou-se furioso e repetidamente tentou destruir os móveis e fugir. Um rapaz que raramente se enfurecia, passou a arremessar objetos nas pessoas que se aproximavam e a correr atrás dos enfermeiros.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

A MANHÃ

Diretor: ERNANI REIS
Diretor-Gerente: ZENO M. S. ZIELINSKY
Redator-Chefe: JOSE CAO - Secretário: ALVARO GONÇALVES
Diretor de Publicidade: DJALMA TEIXEIRA
Redação e Oficinas: Rua Sacadura Cabral, 43
TELEFONES
Redação: 43-6968 — Publicidade: 43-6967 — Diretor-Gerente: 23-4479 — Diretor: 43-8079.
REDE INTERNA
43-5485, 43-5495, 43-5552 e 43-1965
Depois das 23 horas:
Redação: 43-6968, 43-5485 e 43-5495
Composição e Revisão: 43-5552
Impressão e Distribuição: 43-1965
S. Paulo — Aderbal Gurijá — Representante
Rua D. José de Barros, 337 — Sala 419 — Tel. 4.8005
ASSINATURAS: Anual, Cr\$ 150,00 — Semestral Cr\$ 80,00
NÚMERO AVULSO Cr\$ 0,50 — DOMINGOS Cr\$ 1,00.

Informações uteis

O TEMPO
TEMPO — Bom, passando a instável.
TEMPERATURA — Instável.
VENTOS — De sueste a nordeste frescos.
Máxima: 28,0. Mínima: 18,9.

PAGAMENTOS
O Tesouro Nacional pagará hoje as folhas tabeladas no 1.º dia útil:
MONTEPIO DA AGRICULTURA — A — G; G — H; H — Z; A — Z.
MONTEPIO DA EDUCAÇÃO — A — B; B — E; E — I; I — M; M — O; O — Z; A — Z.
MONTEPIO DO TRABALHO — A — Z.

FARMÁCIAS DE PLANTÃO
HOJE: Visconde Rio Branco, 31; Largo Carioca, 10-12; Rua Haddock Lobo, 123-B e 359; Estação de São, 71; Maria e Barros, 635; Matoso, 47.

ATOS E DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
O presidente da República sancionou decreto do Congresso Nacional, abrindo créditos adicionais nos Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Justiça e Negócios Interiores e ao Congresso Nacional.

Enviou à Câmara dos Deputados as seguintes mensagens: Proposta de abertura de crédito especial, pelo Ministério das Relações Exteriores, para atender às despesas de aluguel de casas, gás, luz e energia elétrica e telefone, realizadas em 1947.

— propondo a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito suplementar, em reforço à Verba 3, para atender às despesas necessárias ao funcionamento da Câmara de Reajustamento Econômico e da Junta de Ajuste de Lucros.

— propondo a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito suplementar, em reforço à Verba 3, para atender ao pagamento de dívidas relacionadas, e a publicação de portaria, que dê o quadro de pessoal da Comissão do Vale do São Francisco.

Assinou as seguintes portarias: Aprobando as Tabelas Numéricas das Mensagens e das Notas de Crédito do Vale do São Francisco, em função de alterações de alíquotas e de valores da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul.

— declarando de utilidade pública a Associação de Cantos Coral com sede nesta capital.

— abrindo no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial para pagamento de despesas com a restauração de cultura agrícola e construção rural destruídas pelas inundações decorrentes das últimas cheias de rios do Estado de Alagoas.

Recebeu, ontem, no Palácio do Catete, para despacho, os srs. Clóvis Peçanha, ministro da Viação e Embaixador Ciro de Freitas, Vale o ministro de Estado, Interino das Relações Exteriores, e em conferência, os srs. ministro J. e Latorre, presidente do Conselho de Emigração e Colonização e Luiz Gallotti, procurador geral da República.

Fôz-se representar, pelo coronel aviador Carlos Rodrigues Collares, sub-chefe do seu Gabinete Militar, na solenidade de posse da Academia Brasileira de Ciências, de que o presidente da Academia, Alvaro Alberto da Mota e Silva.

Recebeu, ontem, em audiência, no Palácio do Catete, o sr. Hubert Guérin, embaixador de França.

Acompanhado pelos srs. Tito Gutierrez Alfaro, embaixador da Venezuela e Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, esteve, ontem, no Palácio do Catete, a fim de apresentar suas despedidas ao presidente da República o sr. Amador Rangel Lamas, ministro da Agricultura da Venezuela, que ora regressa ao seu país.

Soldados húngaros mortos pelos iugoslavos

BELGRADO, 10 (U.P.) — Guardas de fronteira iugoslavos mataram, a tiros, soldados húngaros. O fato ocorreu a 6 de maio e foi o segundo incidente dessa ordem no curso de duas semanas.

FALEceu NO H. P. S.

Faleceu ontem à noite no Hospital de Pronto Socorro, Benjamin Iger Napahovski, de 34 anos, solteiro, polonês, vendedor ambulante, residente à rua Real Grandeza 141, que ali fora atropelado na Avenida Presidente Vargas esquina da 1.ª.

Os resultados foram muito mais dramáticos com outro grupo de vacinados que receberam doses ainda menores de vitamina B (200 microgramas). Em menos de seis meses o estado mental dos vacinados tornou-se extremamente ruim. Um velho que sempre mantinha um comportamento amável tornou-se furioso e repetidamente tentou destruir os móveis e fugir. Um rapaz que raramente se enfurecia, passou a arremessar objetos nas pessoas que se aproximavam e a correr atrás dos enfermeiros.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

O experimento mais interessante da pesquisa foi a rejeição de uma dieta restrita, que determinava a redução de 47 por cento a rejeição do comportamento anterior.

INVESTIMENTOS

AS DISCUSSÕES em torno do quarto ponto do discurso de posse do presidente Truman, em que está prevista a participação dos Estados Unidos no progresso econômico do mundo, tomaram agora maior amplitude pelo fato de que em breve será apresentada a Carta de Havana ao Congresso, para ratificação. O artigo 12 da Carta, que trata dos investimentos internacionais para o desenvolvimento econômico e a reconstrução, coincide nas finalidades com o quarto ponto do discurso de Truman. Há, no entanto, nos círculos políticos e econômicos norte-americanos, muitas objeções quanto à aceitação da Carta. Liberais, partidários da economia dirigida, comunistas e isolacionistas, todos contra ela apresentam argumentos. Não obstante, o documento conta com muitos defensores porque, não há negar, representa um firme ponto de partida para o estabelecimento de relações comerciais bem melhores do que as que imperam atualmente no mundo. Será difícil, naturalmente, que os cinco e quatro nações signatárias se mantenham sempre dentro das normas fixadas pela Carta de Havana, pois num outro caso, como é inevitável, surgirão divergências. É inevitável, porém, que tais fatos não terão força bastante para destruir o espírito de cooperação e entendimento em que ela se baseia.

Truman declarou no seu discurso de posse que os norte-americanos estão ansiosos por cooperar, por intermédio da Organização das Nações Unidas, e com todas as entidades a ela agraciadas, no desenvolvimento econômico do mundo. Não se trata, como se depreende claramente de suas palavras, de um ato de benevolência, mas do fato de que é impossível deixar de reconhecer a conveniência de participar de esforços nos quais os países se conjugam tendo em mira o proveito comum. Existe, com efeito, essa ansiedade. Em 1948 ficaram os Estados Unidos com o saldo de um bilhão de dólares na balança de investimentos. Essa quantia representa o excesso das rendas auferidas pelos investimentos norte-americanos no exterior sobre a renda dos investimentos estrangeiros nos Estados Unidos, e poderá ser aplicada em novos investimentos caso não seja utilizada na compra de bens e serviços dentro do próprio país. A partir deste ano até 1951 estarão os Estados Unidos em condições de exportar anualmente capitais no montante de um bilhão de dólares. De 1952 em diante, depois de terminado o Plano Marshall, o montante anual poderá ser duplicado.

Apesar disso, até agora pouco progrediram as discussões sobre a questão dos investimentos. A dificuldade que encontram está em conciliar a prevenção com que os capitais ianques são recebidos em muitos países — prevenção que nasce do receio de interferência estrangeira na política e na economia nacionais — e o desejo, em que estão os investidores, de obter o máximo de garantias para os seus capitais. Embora o mundo tenha hoje fome de dólares em virtude da posição de liderança assumida pelos Estados Unidos no cenário internacional, muitos países, principalmente aqueles cuja economia se encontra nas fases iniciais de desenvolvimento, receiam o afluxo de dólares, mesmo sob a forma de capitais produtivos. O receio deve ter-se tornado maior em consequência da hostilidade com que tem sido encarado, por certos grupos ianques, a Carta de Havana. E' que no artigo 12 dessa Carta estão previstos várias medidas de defesa contra os abusos do capital estrangeiro, entre elas a que concede aos Estados Membros o direito de "tomar precauções apropriadas necessárias para que os investimentos não sejam usados como elemento de intervenção nos negócios internos ou na política nacional".

Além disso, até os ianques insistiu por demais no pedido de garantias para os seus investimentos. Quando se trata de países do mundo ocidental que precisam de capitais urgentemente, e cuja política não acompanha os linhas gerais da política de Washington, essa insistência torna o aspecto de uma insinuação para que se lhes modifique a feição do governo. De modo que, antes mesmo de emigrarem, já estão os investimentos interferindo ou, pelo menos, tentando interferir na vida política do país que os acolher. Se tal não ocorre, o certo é que em alguns casos a tática de insistir por garantias tem dado margem a interpretações d'uma natureza.

Na que diz respeito a nós, brasileiros, não temos, nessa questão dos investimentos, grandes motivos de queixa. As objeções dos norte-americanos se originam, em sua maior parte, na incompreensão acerca das condições aqui realmente existentes. A mais importante delas está nas restrições cambiais, que podem impedir o retirar as lucras e os dividendos e de reparar o capital. Tem o Brasil, realmente, feito restrições em matéria de câmbio, porém em condições difíceis, resultantes da própria situação internacional, que o obriga a valer-se desse expediente para alenar o desequilíbrio da balança de comércio. Mas, recebendo capitais, poderia o Brasil produzir muitos artigos agora importados, economizando divisas, que seriam acrescidas daquelas provenientes das exportações. As dificuldades de câmbio fariam, assim, amenizadas e as restrições cambiais tenderiam a desaparecer. A objeção foi aliás rebatida há pouco em Nova York pelo sr. Garrido Torres, delegado do Brasil à Conferência da Havana, na qual foi presidente da Comissão de Investimentos. Disse ele que, em não se tratando de inversões a curto prazo, que positivamente não interessam ao Brasil, o problema das restrições cambiais na verdade não existe.

O mundo tem fome de dólares. Os americanos estão ansiosos em cooperar com o mundo, mas querem garantia para o seu dinheiro, o que é justo. Mas enquanto não se souber até que ponto irão essas garantias, continuarão eles discutindo o problema dos investimentos. Confiemos em que dentro em breve terão fim essa fome e essa ansiedade...

Passagens aéreas de segunda classe

AQUESTAO da redução do preço das passagens aéreas volta a ser objeto de consideração por parte de alguns setores ligados à aviação comercial. Ainda agora, ao que sabemos, o Departamento de Aeronáutica Civil está examinando sugestões de algumas empresas de aviação no tocante ao assunto. Trata-se, evidentemente, de uma questão que interessa fundamentalmente ao progresso do país que depende, em grande parte, do maior incremento que se der ao sistema de comunicações aéreas, quer de carga, quer de passageiros.

Como não se ignora, o Brasil está colocado em posição de destaque entre os países que maior desenvolvimento apresentam no setor da aviação civil. Basta dizer que sua aviação comercial é a segunda do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. O vulto de negócios imensuráveis por esse desenvolvimento não deixa de ser, entretanto, prejudicado pela má colocação de alguns problemas de caráter técnico, isto é, que não vêm sendo bem postos no que diz respeito ao nosso caso. Dentro estes cabe salientar os referentes ao conceito do transporte aéreo misto, que só agora começa a preocupar os meios aeronáuticos brasileiros e cuja solução oferecerá, sem dúvida alguma, oportunidade para uma redução sensível nas tarifas de passageiros.

São orientadas nesse sentido as sugestões que estão sendo encaminhadas ao D.A.C., oferecendo-se a questão sob o seguinte aspecto concreto: o serviço do avião deve ser misto, ou seja, deve permitir o embarque e transporte de passageiros e carga em comum, para gerar maiores possibilidades de aproveitamento do aparelho. Ora no Brasil, metade do receita de muitas companhias vem da carga transportada sob tarifas fixas, em aviões com a exclusiva finalidade de efetuar esse serviço, muito embora viajando com espaço vazio. Em suma, o objetivo das sugestões é compor, através de uma tarifa mais baixa, o prejuízo decorrente dessas viagens, colocando-se o avião ao serviço de pessoas que não possam pagar serviços de 1.ª classe e estejam dispostos a enfrentar certos desconfortos co-

mo o serviço simplificado de bordo, maior lentidão e horas impróprias de voo.

Não resta dúvida, que a medida parece oferecer muita utilidade e não é nova, senão para nós, desde que vem sendo há muito tempo empregada com eficiência em outros países, os Estados Unidos principalmente. Sua introdução no Brasil, dará em resultado a criação entre nós de um tipo de transporte aéreo de segunda classe. Resta examinar os aspectos de sua prática, a fim de evitar abusos, não só na variação das tarifas a serem cobradas como também no que diz respeito à utilização do aparelho no transporte misto. Isto será conseguido com a adoção de normas, convenientemente especificadas, para o registro dos aviões, fixando-se, antes de tudo, o conceito do que possa ser o verdadeiro avião misto. Está com a palavra, pois, o Departamento de Aeronáutica Civil.

A advocacia do Ministério Público

EM debate público, o senador Arthur Santos, relator do projeto de reforma da Organização Judiciária do Distrito Federal, declarou que vai propor se incluam na nova lei dispositivos proibindo integralmente a advocacia aos membros do Ministério Público que, de futuro, ingressem na carreira.

De duas uma: ou a proibição é de interesse público, e não se justifica excluir os atuais órgãos do Ministério Público; ou a medida não tem esse caráter, e não se compreende atinja aos futuros integrantes da carreira.

Acresce que o próprio senador proponente acha que no interior não se deve proibir a advocacia dos membros de vez que os mesmos não auferem, da função, vencimentos que lhes bastem à subsistência. A contradição é evidente.

Aléga-se que o membro do Ministério Público poderá ter mais facilidades no exercício da advocacia que os advogados em geral, dadas suas relações funcionais com escritórios e Juizes. E' mutatis mutandis, a célebre questão da advocacia dos poderosos, já bandida dos nossos Códigos.

Claro está que um senador ou um deputado, com a elevada investidura que têm, encontram na advocacia muito maiores faci-

A produção colonial inglesa e o Plano Quadrienal

COMO não podria deixar de ser, o plano inglês a ser executado dentro dos próximos quatro anos depende, fundamentalmente, dos recursos das colônias. Agora sua posição de importantes fornecedores do Reino Unido, o que constitui sua principal contribuição, é, não há dúvida, a provável capacidade de larga obtenção de dólares, de que, aliás, muito precisa a Grã-Bretanha.

De acordo com o plano quadrienal, a produção colonial que deverá ajudar a Grã-Bretanha a reconquistar suas bases econômicas está representada pelos seguintes sete produtos, que integrarão o plano para 1952-53: Amendoim (exportações somadas: 800.000 toneladas; quota mensal: 72.000 ton.); Açúcar: 1.375.000 toneladas (quota mensal: 115 ton.); Borracha: 817.000 toneladas (quota mensal: 68.000 ton.); Estanho: 93.000 (quota mensal: 8.000 ton.); Cobre: 350.000 (quota mensal: 29 ton.); Bauxita (começar em 1950; quota mensal: 160.000 ton.); 1.019.000 e chumbo 31.000 toneladas (quota mensal: 3 toneladas).

Não obstante sejam os resultados, algumas vezes, numericamente aproximados, conseguidos, entretanto, uma visão panorâmica do objetivo do citado plano de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, observa-se que há certo otimismo quanto à previsão do aumento da produtividade colonial. A realização do plano para o cultivo do amendoim está dependendo do sucesso, pouco provável, aliás, do programa a ser executado na África Ocidental. O ciclo do trabalho mostrou-se irregular e é evidente que a produção completa não será atingida antes de 1953, se isso acontecer.

De acordo com elementos estatísticos, a produção de açúcar prevista poderá aumentar cerca de 30% nos quatro próximos anos, mas a produção das áreas coloniais já está em nível elevado, mesmo superior ao de pré-guerra. Aumentos posteriores exigirão uma reorganização completa da indústria açucareira, não só das Índias Ocidentais como de outras partes.

Acrescida-se a borracha e a bauxita sejam os únicos produtos capazes de atingir os fins visados. O aumento de 13% na produção da borracha pode ser facilmente alcançado antes de 1952, desde que as condições político-econômicas na Malásia o permitam e plano algum de restrição seja introduzido. No caso da bauxita, o aumento dos suprimentos da Costa D'Ouro pode levar a uma produção bem acima das cifras requeridas. A crescente produção de estanho, cobre e chumbo depende do suprimento de maquinaria que não é provável estar disponível e em atividade em 1952. Quanto ao cobre, o problema é menos de incremento da produção total do que de expansão da produção do cobre eletrolítico. Mesmo que a nova refinaria da Rodésia entre em atividade, somente cerca de metade das necessidades eletrolíticas britânicas serão supridas por fontes esterilinas.

RECEBIDA PELO PAPA A PRINCESA MARGARET

CIDADE DO VATICANO, 10 (A. P.). — O Papa Pio XII recebeu a princesa Margaret em audiência privada de vinte minutos. Apesar dos protestos levantados na Inglaterra por organizações protestantes, Margaret visitou o Pontífice. Realizou-se a audiência nas bibliotecas particulares de Sua Santidade, depois que a princesa, usando véu e vestido negro de rendas, visitou a Capela Sixtina. O comunicado oficial do Vaticano sobre o encontro disse que o Papa e a princesa mantiveram "afável" palestra.

Idênticas que os órgãos do Ministério Público. No entanto, os parlamentares não estão impedidos de advogar.

Se a questão é que os Promotores e Curadores já são bem pagos pela União e, portanto, não se lhes deve permitir outra atividade além da função própria, então vamos proibir a advocacia de todos os funcionários públicos, maxime daqueles que têm boa remuneração (ex. consultores jurídicos dos Ministérios, procuradores dos Tribunais Administrativos, procuradores da República, procuradores do Trabalho, etc.).

Não se compreende permitir a advocacia, por exemplo, dos procuradores da República ou do procurador do Tribunal de Contas, que recebem muito mais que os membros do Ministério Público local, e vedá-la a estes.

Se a questão é de influência direta, então a tese é mais injusta ainda: 1.º porque os atuais podem continuar a exercer na Capital Federal essa influência "náfesta" à Justiça, 2.º porque no interior, onde, d'arlo o meio restrito, é geral a influência de qualquer autoridade, esta influência continuará a ser exercida, com a permissão da lei.

São dois pesos e duas medidas, inadmissíveis na lei.

Acresce que o promotor, que só advoga em causas onde não funciona o Ministério Público, nenhuma influência pode exercer em benefício da própria advocacia por força da função que tem noutros casos.

Além disso, a carreira do Ministério Público é restrita e, em face da Constituição, é diminuída a possibilidade de seus membros chegarem ao Tribunal. Advogados e membros do Ministério Público têm igual acesso ao Tribunal; não há razão para que aos últimos se imponha restrição que aos primeiros não se aplica.

Resta uma observação, que é muito importante: o regime ideal do promotor Arthur Santos provocará fatalmente, dentro em muito pouco tempo, a "burocratização" do Ministério Público e a queda do seu padrão profissional: não tenhamos ilusões a respeito.

Café da Manhã

CRÔNICA DOS NOVO OLHOS CASTANHOS (Para Raquel de Queiroz)

AESCRITORA Raquel de Queiroz, em seu brilhante artigo documentado: "Nacionalização do Vale do Itajaí", disse que "há no Brasil certos assuntos em que ninguém pode mexer sem assanhar uma casa de maribombas".

Que ela os assanhou, lá isso o fez, e aos bandos! Pela imprensa, rádio, telegraph e correios surgiram os protestos. Houve, entretanto, família barriga-verde, sucuri com maquiagem e azeite, como nos vatopas e acarajés do centenario baiano. Como? O vale do Itajaí é um quisto racial alemão? Não senhores, não é possível. Aquilo é bugre, caboclo legítimo, brasileiro, brasileiro, brasileiro e todos os derivados da palavra "Brasil".

Mas, o Cte. do 13.º Batalhão de Caçadores e seus oficiais aquartelados no Estado sulino, quando, ao subverberarem a moção de solidariedade à ilustre nordestina, os brônco oficiais que ali residem há anos, não teriam incorrido no mesmo erro de visão? Pois, senhores, se até o ilustre deputado catarinense sr. Max Tavares do Amaral — que, segundo as estatísticas do nobre Congresso — até então, se mantivera calado, delta o verbo e, num prelúdio de eloquência, desta vez, atemem bem, discursando em português, quem, do idioma alemão tem profundos conhecimentos, vem a público, protestar contra as razões de Raquel de Queiroz! Que o falar corretamente outro idioma além do seu é prova de cultura, ninguém duvida; mesmo em terra em que o primeiro vagido do nascituro é acclamado em alemão e, em alemão, são as primeiras palavras "mutter", "vater", que pronuncia o bebê. Aqui estou, Raquel de Queiroz, para lhe apresentar também meus votos de solidariedade à campanha nacionalista por você iniciada numa brilhante lição de civismo. Campanha eficientíssima, é verdade, porquanto, documentada acima de qualquer suspeita de partidismo, surtiu o efeito desejado, perante o público brasileiro!

Idê, amigos, a Santa Catarina e visitai as prósperas cidades do vale do Itajaí: Joinville, Blumenau, Brusque e a própria Itajaí e, com os vossos olhos, constatareis o fato. Mas, quem sou eu para me alardear e vos aconselhar tanta bravura? Uma brasileira como nós, com a agravante de ser "catarinense". E, assim, pelo que vi e senti o provinciano da terra de Anita Garibaldi, no tempo em que por lá morou, poderá, daqui da montanha, ter a ventura de dizer o Raquel de Queiroz em seu retorno da Ilha do Governador: — Vocês tem razão, Raquel. Penas as consciências dos brasileiros patrióticos lhe caberá a palma da vitória.

Infelizmente, para nós, é assim mesmo, como você o disse: "a questão racial alemão em Santa Catarina é um fato doloroso e de difícil remédio".

Alemães são as fábricas, as imensas cidades operosas dentro de "outras", igualmente germanizadas. Alemã é a indústria catarinense onde os louros cidadãos sugam o mel como abelhas nas colmeias. Alemã é a laboriosa fêlissima gajada de orvalho das radiações madrugada sulina!

Alemão é o casarão do colono caído de branco e perfurado à beira da estrada! Casarão com flores, limpas e enfeitadas de flores, como as vestes de noiva, feito ou germano, que dança três dias seguidos nos festejos das bodas!

Alemães foram, e talvez ainda sejam, algumas das escolas em que os jovens professores, igualmente alemães, ainda mais difundiam seu pátrio idioma.

O interventor federal mandou fechar 31 escolas no município de Blumenau, etc.

Alemão é o sotaque, quando não o idioma do povo das cidades do vale do Itajaí. Alemão, Raquel, é a música turbulenta como é irrequieta alma de um povo atônito, despreocupado e alegre! Porque tinha tudo e tudo lhe dava o solo brasileiro! Alemães são os nomes das grandes magistraturas da terra, na maioria antinazis, imigrantes do Reno: Blumenau, Hoepcke, Kurt, Wetzel, Heering, Baugarten, etc. Alemães são as linhas descendentes e ascendentes do catarinense do norte, do "galego" ou do "boche" de porte alto, de tez clara e corada, de olhos azuis — ali de belíssimos olhos azuis e "infantis" onde, aparentemente, não existe a maldade. Alemão ainda, Raquel, foi aquele velhinho berlinense que viera para o Brasil garoto de frutas e, em lençóis de neve — a real e a imaginária, aqui viveu e se enterrou, — aprendendo apenas do nosso vocabulário, duas palavras: "diabe", "menine". E, de que jeito as pronunciava, meu Deus! E a linda lourinha, nascida no "vale nazista", num desafio heroico se lhe indagasse das belezas da pátria brasileira, para nosso espanto, carregando nos rr, rubra de orgulho, com vontade de nos bater, nos responderia zangada: —

"non, mim non está Brasileira; mim está Alemão que da Blumenau". — E, o mais grave, Raquel, é que os "bugres", os ilhéus ou os sulinos, brasileiros de Florianópolis, Laguna, Tubarão e os da zona serrana, tivessem de se metamorfosear e, num travesti marcialista de galego e nativo, adotarem os hábitos destes, ou mesmo dos alemães natos, para que não se sentissem como exilados em sua própria pátria. Emigrando para a zona Norte, lá se iam alguns dos jovens médicos, engenheiros, bacharéis, dentistas ou, simplesmente, comerciantes, afazendo tão logo, pelos jornais e portões, anúncios e placas com os respectivos dizeres em alemão. Chamaria, sem dúvida, que atrairia o colono rico, dando-lhes, aos jovens, a independência econômica. Quando não, alguns desses, "carreadores de dotes", se casavam com galantes Valquirias e, desde então, passariam a "respirar em alemão", o próprio ar do sogro capitalista.

Em Blumenau, aos domingos, era hábito, aos não avisados ilhéus que por lá passavam, a "trocar das missas". Topava-se com uma, na principal igreja católica, cujo sermão era em alemão. A outra, a "missa brasileira", seria celebrada mais tarde, já com o sermão predominantemente traduzido para o português.

Nos dias frios, na entrada nas principais lojas, acerta-se a língua, você se adote a linguagem de Johnny Belinda. Mais fácil apontar as mercadorias do que se fazer entendido por algumas das galantes frauleins; catarinenses do alemão ou de quem mar, quem dizer ao certo saberia? Se for ao Bar, onde houver chopp duplo, com beef (e que beef!), batata frita, salame, salsadas e pão de centeio, e se o paladar lhe reclamar outros manjares, que o diga ao garçon que, de súbito, quase matou um jorém gaúcho: ele amarra o baio, desafoga do peixeiro o lenço enegado, sacode com a mão o suor do rosto vermelho, alivia-se do calor transformando o chapéado em leque e, estomado pela longa cavalcada, é-lo que entra.

Há churrasco? pergunta ao homemencarado de eventual branco, os garçons blumenauenses asseveram-se ao finado Goering!

(Conclui na 6.ª pag.)

Alemão também se mistura

FALANDO da tão denunciada tendência dos imigrantes alemães para a segregação, isto é, para o isolamento, para não se misturar, para conservar os caracteres originais de sua cultura, principalmente a língua, eu disse que tal segregação resultava da maneira com que se fez a colonização alemã e, em geral, da maneira como se desenvolveu o processo de povoamento no Brasil. No Brasil, em consequência da própria vastidão das terras, os núcleos de povoamento não se multiplicaram um junto dos outros. Eles se multiplicavam nos saltos, embranhando-se cada vez mais no sertão. Por isso, havia pouco contacto entre eles. Esta circunstância favorecia, naturalmente, a conservação dos caracteres originais dos imigrantes — inclusive dos alemães. Quando, porém, entravam em contacto com o meio brasileiro, os imigrantes alemães se assimilavam rapidamente. Foi o que se verificou por exemplo no Espírito Santo, em Santa Amaro e Itapericica (São Paulo), no planalto do Paraná e até mesmo com certas colônias em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde houve intensa mistura entre a população nativa e a população de língua alemã e onde esta última logo perdeu os seus caracteres originais, inclusive o idioma. Tenho diante de meus olhos um quadro dos casamentos de alemães e de teuto-brasileiros em São Leopoldo, que foi uma grande colônia alemã do Rio Grande do Sul. O quadro abrange o período que vai de 1824 a 1893. Naquele primeiro ano, 1824, houve 23 de teuto-brasileiros; em 1893, os casamentos entre alemães foram apenas 4, e os teuto-brasileiros 31. Isso basta para mostrar como progredia a assimilação, num dos principais centros de colonização alemã de nosso país. Outro fato muito interessante se observa quanto aos nomes das pessoas. Nos registros da Igreja Evangélica em São Leopoldo encontram-se, nos anos de 1824 a 1893 se encontram 168 nomes alemães e 50, isto é, quase metade, nomes brasileiros; finalmente, de 1924 a 1933, os nomes brasileiros eram 169 e os nomes alemães 158: os nomes brasileiros haviam passado os alemães, e isto numa comunidade onde os motivos de ordem religiosa contribuíam necessariamente para a conservação da cultura original. No Sul, desde o século passado se tornou frequente o aparecimento, nas famílias alemãs, de nomes brasileiros: isto quer dizer, combinados estranhos, como Araci Krüger, Avelino Frantz, Djalma Weber, Darcy Müller etc. Os colonos alemães adotavam esses nomes brasileiros muitas vezes porque assim lhes parecia mais elegante, mais fino.

Tal mudança de gosto demonstrava, ao mesmo tempo, o abandono da tradição familiar alemã e o desejo de se incorporar no meio brasileiro e nele abrir caminho. Não havia, em suma, aquela obstinada recusa à mistura e à assimilação, resultante de uma espécie de orgulho racial, como tanta gente procura fazer crer. Pelo contrário, os imigrantes alemães se integravam rapidamente no meio sempre que as condições eram favoráveis a isso, e em seus descendentes nós muitas vezes não descobrimos nenhum sinal de apego à cultura alemã original. Tomo, por exemplo, três homens que, descendentes de alemães do Sul, e tendo nomes alemães, ocuparam pastas ministeriais na República: Lauro Müller, que foi o grande ministro da Viação do quadriênio Rodrigues Alves e, depois, ministro do Exterior no governo Wenceslau Braz; Victor Konder, ministro da Viação do presidente Washington Luiz, e Lindolfo Collor, cujo nome de família era Borkel e que foi o primeiro ministro do Trabalho do sr. Getúlio Vargas. Quando é que passou pela cabeça de algum achar que esses três homens — Lauro Müller, Victor Konder e Lindolfo Collor — eram alemães, ou procediam como alemães? De Lauro Müller e Victor Konder sabe-se até que tinham hábitos que chamaremos de acabalados, isto é, hábitos de nossos sertanejos. Em todo caso, nenhum desses homens, nenhum desses notáveis ministros do Brasil republicano era o que se pudesse considerar uma expressão da cultura alemã; eram, todos eles, brasileiros cento por cento apesar de sua origem alemã.

Penso que já disse o bastante para mostrar que a colonização alemã não separou do Brasil a zona meridional onde se desenvolveu. Ela constituiu, naquela região, uma reduzida minoria que muito facilmente se incorporou e continua a incorporar-se no meio brasileiro e cuja existência não nos deve assustar. Agora, se medirmos nos que foi essa pequena colonização para o enriquecimento de nosso país, se refletirmos no que tem sido a sua contribuição para o desenvolvimento da economia brasileira, então ficaremos simplesmente encantados. Trabalhadores, industriais, hábeis, ordeiros, limpos, sadios, os imigrantes alemães, no Rio Grande como em Santa Catarina e em outros pontos do Brasil, retrataram em um papel de extraordinária relevância na criação da nossa riqueza nacional. E' o caso de se dizer: como ficamos devendo tanto a tão poucos!

ERNANI REIS

(Comentário lido ontem ao microfone da Rádio Nacional).

Amanhã a admissão de Israel na O.N.U.

Atiçados os debates sobre o caso da Indonésia

LAKE SUCCESS, 10 (Richard Wilkin, da U. P.). — A Comissão Política Especial da ONU concordou em adiar o estudo da questão da Indonésia para setembro, ao mesmo tempo em que se davam passos para apressar a decisão final sobre a admissão de Israel, em sessão plenária convocada para amanhã, da Assembleia Geral.

Por 42 votos a favor, seis contra e quatro abstenções, a Comissão Política decidiu adiar os debates até o quarto período de sessões ordinárias da Assembleia Geral. Ao mesmo tempo, a ONU projetava adiar a questão da admissão de Israel antes do caso espanhol, no temário da sessão de amanhã pela manhã, da Assembleia. Espera-se que a votação final sobre a admissão do novo estado judeu seja tomada na tarde de quinta-feira. De acordo com esse plano, a única questão no plenário que teria que ser estudada antes da admissão de Israel seria o uso dos idiomas russo e chinês como idiomas de trabalho oficiais.

O motivo da alteração no temário foi o fato de que os planos atuais dispõem reuniões simultâneas no plenário e na comissão política principal. Como a recomendação em favor da Espanha foi feita por esta comissão, projetava-se adiar o estudo de todos os assuntos relacionados diretamente com ela, para que seus membros pudessem estar presentes ao plenário.

A aceitação final de Israel é considerada como virtualmente segura, devido ao fato de que a Comissão Política Principal apóia o seu pedido, por 33 contra onze votos. Mesmo que a metade dos treze que se absteriam, votem contra, no plenário, Israel parece contar com maioria satisfatória.

No tocante à decisão da Comissão Política Especial a propósito da Indonésia, foi adotada, não obstante as objeções do bloco soviético. Também terá que ser ratificada pelo plenário, mas a quantidade de votos favoráveis garante a confirmação.

Ainda sobre o estudo da lingua portuguesa

SERAFIM SILVA NETO

Flaubert levava essa preocupação quase ao exagero: pois chegava a levantar-se da cama para mudar uma palavra e passava a noite em claro, a reaver cinco ou seis vezes a mesma página.

Na literatura em lingua portuguesa também há exemplos expressivos. Passo pelas figuras de Garrett, Eça e Machado de Assis, para apenas transcrever esta confissão de Flávio de Almeida:

"O meu primeiro trabalho é o de tornar a prosa elegante, de maneira que não tropece em ques, evitar que as palavras se repitam ou que haja palavras rimadas. Então emendo muito. Chego a desesperar. Depois a passo a outro papel e tantas vezes quantas entender que fica bem e que me der por satisfeito. Então leio em voz alta e retoco até que o artigo esteja de todo pronto para a tipografia".

Assim, devem os professores insistir com os alunos para que se esteírem na redação: que não façam qualquer coisa, apenas para dar cumprimento a um dever escolar. Mas que, no contrário, procurem aperfeiçoar e aprimorar a incipiente prosa.

E' preciso, também, fugir da praga do purismo, isto é, a excessiva preocupação de limitar os escritores do passado. Os puristas de "fraco tom e pouco discurso", como dizia há tempos o Prof. Pedro Pinto, escrevem numa lingua morta, fossilizada.

Importa reconhecer, como lembra o eminente linguista italiano Bruno Migliorini, que:

"Un ragionevole purismo non potrà non riconoscere che, col mutare delle condizioni di vita, la lingua (e in particolare il lessico) deve pure mutarsi. Quel che importa evitare è che si spazzi la continuità, che quel che si dicea ieri si dica oggi senza sufficiente motivo. Nobilita di proprietà, amare ancora per le antiche glorie, saranno sempre titoli d'onore per il purismo; ma la ristrettezza d'orizzonte gu tole-

ogni efficacia... cômputo del cultori della lingua è non quello puramente negativo di combattere contro il forresterismo, ma di cercare o addirittura di foggliare il termine che occorre".

E que dizer da leitura? Ela é indispensável à formação do espírito; desenvolve as faculdades, desperta as idéias, obriga a formar uma opinião. Tem toda oportunidade este conselho de Petit de Julleville:

"Julgamos, acaso, que um estudante diligente não possa tirar, por menos, uma hora por dia para ler? Admitamos que essa hora seja difícil de obter em certos dias. Nos dias feriados, não se poderão tirar três ou quatro? Uma hora por dia, em média, perfaz trezentos e sessenta e cinco horas num ano, ou mil quatrocentos e sessenta horas em quatro anos.

Em mil e quatrocentas horas, podem ler-se lentamente, e até com a pena na mão, oitenta volumes em oitavo, de quinhentas páginas cada um".

Ao professor de português incumbido de orientar a leitura dos seus alunos durante os quatro ou sete anos do curso, a leitura sistemática de alguns dos bons livros da literatura em lingua portuguesa devia fazer parte obrigatória dos estudos de português.

E' pena, aliás, que essas leituras não possam estender também ao latim, pois a lingua do Lácio está cada vez mais abandonada entre nós. No entanto ainda hoje seria oportuno o seguinte diálogo:

"Como é que pode adquirir-se um bom estilo? — perguntava alguém a Arnould.

— Leia Cícero, respondeu lamenteavelmente o jansenista.

— Mas não se trata de escrever em latim, trata-se de escrever em francês!

Arnould, lançando um olhar do supérfluo para o seu interlocutor, replicou com insistência:

— Leia Cícero!"

Fica para outra vez dizer o que se deve ensinar de gramática, e como.

Mundo Social

O nosso queridíssimo amigo Augusto Leal de Barros deu uma recepção, sábado passado, em sua belíssima residência na Ponte da Saudade. Ali se encontravam, em volta de sua encantadora filha, a jovem pianista Mauda, que na mesma tarde realizara um recital na Associação Brasileira de Imprensa, inúmeros artistas, intelectuais, críticos de arte, diplomatas e cientistas, entre estes, o jovem Cesar Lattes, com quem palestramos longamente. Ele e sua senhora são hóspedes do casal Leal de Barros.

Mauda, que também é sobrinha de outro apaixonado musicista, o ministro João Alberto, recebeu efusivos cumprimentos pelo sucesso de seu recital.

Entre os convidados, notamos a presença do ministro Barros Barreto, professora Lucia Branco, pianistas Maria Calazans e Margarida Maria, senhora Maria Esther Tosero de Candrina, pianista Dyla Josetti, senhora Sampaio Viana. Uma festa íntima, elegante e espiritual...

Teresa Cristina é uma linda garotinha. Batizou-se no último sábado na Matriz da Glória. É primogenita do casal José Elcio Vilguelmas. Teve como padrinhos de batismo os avós paternos, sr. e sra. José Alves Vilguelmas, e de consagração a Santa Teresinha, os avós maternos, sr. e sra. Inimã de Oliveira. Uma recepção cativante foi oferecida mais tarde. Notamos entre os presentes o sr. Mario Gonçalves e senhora, sr. Benjamin Albarg, sr. João Machado, sr. Jorge Coutinho, sr. Nair de Freitas. E muitas outras figuras distintas da sociedade carioca.

João David de Oliveira nos recebeu domingo em sua magnífica vicienda de Teresópolis, situada no alto de majestosa colina, cercada de maravilhosos bosques, jardins, lagos, montanhas: um deslumbrante panorama. João, querido e velho amigo, sempre afável, simples e carinhoso, mostrou-me com interesse todos os salões e compartimentos de sua belíssima mansão, tão grande, que já tem acolhido quarenta hóspedes!... E vi seus objetos de arte, suas tapeçarias, seus quadros e mais uma infinidade de coisas, de um bom gosto extraordinário. Sua vicienda é, inegavelmente, uma verdadeira "Changri-lá"...

O "Concurso Chopin" teve magnífico desfecho no Teatro Municipal. Foram classificados dois grandes talentos pianísticos: Carmen Adnet e Oriano de Almeida, que irão a Varsóvia mostrar aos europeus a musicalidade nata dos brasileiros. A Carmen e ao Oriano, muitas felicidades, e que voltem cobertos de glórias!...

MAGALI

Aniversários

SENHORES:

Gil. Steio Calo Albuquerque
Hugo Meira Lima
Nelson Garcia, médico
Laurence Mega
Marcelo Garcia Duarte
Alvaro Ferreira Chaves
João Bago Barros
Oswaldo Riso
José Rodrigues Pinho

FAZEM ANOS HOJE:

SENHORAS:
Amélia Alves Vaz Andrade
Silvia Pietrobon Souza Gomes

SENHORITAS:

Nitza Machado
Elza Guimarães Teles
Elza Martins

A data de hoje assinala o aniversário natalício da senhora Maria Olinda Portelando, flutura da nossa alta sociedade. Coração bondoso e filantropo, está sendo alvo dos cumprimentos das suas filhas e de todos os seus parentes e amigos.

Transcorreu hoje, o aniversário natalício do dr. Ruyton Nunes Galvão, diretor da Divisão de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, um dos mais dedicados e esclarecidos dirigentes do mais novo órgão do Poder Judiciário. O aniversário que exerce atualmente o cargo de diretor geral substituto da Secretaria do T.S.T., por especial deferência de suas apólicas, ao encargo desta data, recebeu por certo, inúmeras felicitações dos funcionários do T.S.T., amigos e do vasto círculo de relações que possui.

Casamentos

Com a senhorinha Alda Carney, filha do viúvo Adriano Trindade Carney, casou-se no sábado, dia 14, o sr. sr. Antonio Arnaldo Gomes Taveira, filho do viúvo Celso Gomes Taveira e diretor do Cia. de Cimento Mauá. A cerimônia religiosa será efetuada às 10 horas na igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Nascimentos

BENEDITO é o nome do filhinho do sr. Salvador Lima, nosso prezado colega da seção de Publicidade da MANHÃ e de sua esposa, sra. Maria das Dores Lima.

Benedito nasceu na tarde de ontem e seus pais estão sentindo vivamente cumprimentos, de vez que possuem um grande círculo de amizade conquistada pelas suas simpáticas e admiráveis qualidades.

"LAUDIO foi o nome que recebeu o menino que veio ao mundo de alegria e paz do casal Gerardo Batta Leal-sra. Leal. Mabeiro Batta Leal".

Homenagens

DR. IVENS ARAUJO — A coqueta e promotora do almoço em homenagem ao dr. Ivens de Araújo, por motivo de sua nomeação para Procurador da Fazenda Municipal, a lei n.º 11, de 21, na Casa do Estudante de Rio de Janeiro, é composta dos drs. Joaquim Trindade, Waldemar da Silveira, Poppo Góes e Gonçalves Rente, estando os drs. de adesões com o último destes, o sr. Carlos do Ministério do Trabalho, e o editor do "Jornal do Comércio".

Conferências

KRISHNA KRISHNANI — O sábio cultural, da Embaixada da Índia pronunciou uma conferência sobre literatura indiana, diante do círculo literário da Sociedade Brasileira de Cultura Indiana, às 20.30 horas de noite. Entrada franca.

DR. RONALD HILTON — Prosseguiu com a série de palestras que vem realizando, o dr. Ronald Hilton, da Universidade de Stanford, na Califórnia, fará uma conferência, na sede do Instituto Brasil-Estados Unidos, hoje. A palestra versará sobre o tema "Antissemitismo e Síntese de classe".

Comemoração

13 DE MAIO NA A.B.I. — Comemorando o Dia da Imprensa, a A.B.I. mandará rezar dia 13, missa por todos os sócios falecidos.
Às 12 horas os conselheiros tomarão parte em um almoço de confraternização que se realizará no restaurante da mesma A.B.I.
Às 16 horas haverá sessão solene.

Reuniões

CENTRO DE ESTUDOS DE MEDICINA SOCIAL — Essa entidade médica, com a assistência do diretor do Colégio Mele e Souza, promoverá hoje, neste estabelecimento de ensino, uma conferência sobre educação social.

Viajantes

Passageiros desembarcados do "Constellation" da Air France em 9-5-1949, provenientes de Paris:
Alexandrine Herlihy, Renée Dunlop Kurriel, Robert Louis Korrel, Jean Grégoire, Jean Joffrin, Charles Pierre Ledoux, Jacqueline Mireille Letue, Lesne Edward Joel Letue, Edgardo Vicentini, Odette Marie Chuit.

Passageiros embarcados no "Constellation" da Air France em 9-5-1949, com destino a Montevideo e Buenos Aires:

Para Montevideo — José Lopez Perez, Sileina Coelho de Lopez, Maria Lilia Lopez Coelho.

Para Buenos Aires — Raymond Jules Emmanuel Plutarque, Robert de Vaucoirelli, e Angelo Callegari.

Regressos de Buenos Aires, pelo Remontante da Pampa da Brasil, o sr. Henrique O. Sanchez, adido à Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro.
Do Belo Horizonte, retornou o capitão de mar e guerra Ben James Fisher, adido naval à Embaixada da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro.

Missas

CELEBRAM-SE HOJE:
— ALFREDO JOAO MAYAL, 7.º dia, na Igreja de São São dos Homens.
— JOAO PEDRO HAMOS, 7.º dia, às 10 horas, na Catedral.

CANTADORES DO NORDESTE
A COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE PROMOVE UMA AUDIÇÃO

A fim de apresentar ao público carioca, os cantadores pernambucanos, ora nesta capital, em companhia do sr. Rogaciano Leite, a Comissão Nacional de Folclore promove, amanhã, às 21 horas, no Colégio Franco-Brasileiro, uma audição, para a qual não há convite, especifica.

Tratam-se de legítimos cantadores do sertão, que, em seus instrumentos típicos, cantarão desafios e outras toadas do folclore nordestino.

O 141º aniversário da fundação da imprensa oficial

Lançamento da pedra fundamental da capela e a VIII Mostra de Livros

O Departamento de Imprensa Nacional terá, dentro em breve, a sua Capela. A iniciativa do prof. Paula Achilles, diretor geral desse órgão, encontrou a melhor acolhida do nosso clero, devendo ser lançada a pedra fundamental do edifício a ser construído num dos pátios internos no próximo dia 13, às 9 horas, com a presença de altas autoridades e pessoas gradas.

DR. CAPISTRANO NARIZ
OUVIDOS
(Doc. Fac. Med.) GARGANTA
Senador Dantas, 20, tel. 22-8861

Na Academia de Letras
Matogrossense

O coronel José de Lima Figueiredo, diretor da Noroeste do Brasil, acaba de ser eleito na vaga de Monteiro Lobato na Academia de Letras Matogrossense.

OLHOS DR. HEREDIA Método Moderno e Eficaz de Tratamento
Rua Buenos Aires, 202 — Tel. 23-1482



TAMPA, Florida — Foi iniciado um novo concurso de beleza em Tampa, na Flórida, e a adorável Arline Fetzner, caloura da Universidade de Tampa, foi uma das primeiras a se candidatar ao título de "Miss Tampa". Arline mostra os seus dentes de beleza numa "pista da cidade". (Foto ACME, por via aérea)

DOENÇAS DOS OLHOS, OUVIDOS, NARIZ E GARGANTA

DR. PEDRO ABRAMOVIC
EXAMES, TRATAMENTO E OPERAÇÕES
Rua Ramalho Ortigão, 9, 1.º, s. 14, das 9 às 12 e 14 às 18 horas.

SESC - Administração Regional do Distrito Federal

Adiada a inauguração da Maternidade Carmela Dutra

A Administração Regional do SESC, do Distrito Federal, comunica à família comercial carioca e ao público em geral, que a inauguração da Maternidade Carmela Dutra, marcada para hoje, dia 11 de Maio, foi, por motivo de força maior, transferida para os primeiros dias do próximo mês de Junho, devendo ser anunciadas previamente a data e hora exatas da solenidade.

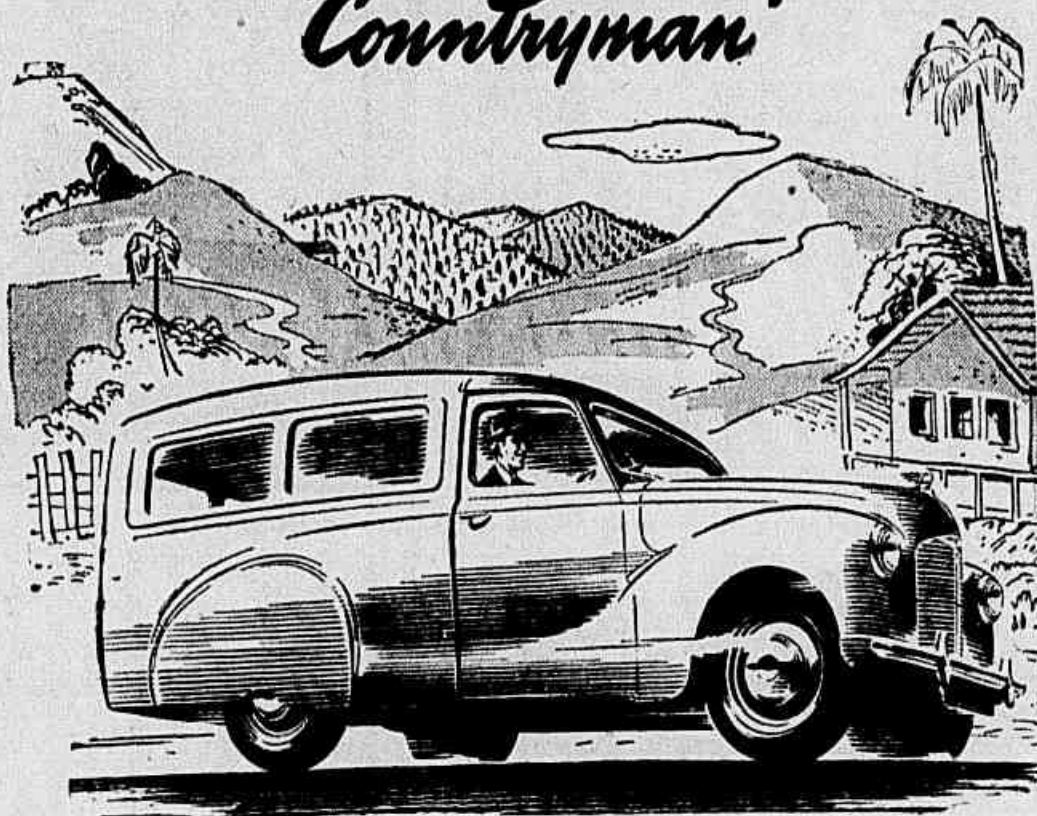
Serviço Social do Comércio — SESC

Administração Regional do Distrito Federal

Para longas viagens, confie nesta caminhonete:

AUSTIN A40

'Countryman'



Ideal para as fazendas e cidades do interior, esta caminhonete Austin é veloz, econômica e prática ao extremo. Transporta até 500 quilos de carga e pode também ser adaptada para conduzir passageiros. Característica primordial: durabilidade. Chassis rígido, carroceria resistente, possante motor de 4 cilindros. A nova caminhonete Austin "A 40", ideal para o interior, presta-se perfeitamente, também, para o transporte nos grandes centros.



COMPANHIA DE PROPAGANDA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO

Av. Oswaldo Cruz, 95 — Tels. 25-2307 e 25-3627

Teatro

CORTINAS

"TRAGÉDIA EM NOVA YORK"

Entre os jovens talentos que constituem o elenco dos 12, Luis Linker e Jaime Barcelos são dois dos que mais se destacaram até agora. Mais uma vez — em "Tragédia em Nova York" — o público, que tem prestigiado a temporada do mais jovem conjunto profissional brasileiro, terá oportunidade de apreciá-los em duas belas criações. Linhares, que já foi um belo Horácio, e um muito apropriado Silvio Lombardi, além de ter sido um substituto brilhantíssimo de Sérgio Cardoso no papel título de "Arlequim", fará desta vez um velho juiz, cheio de remorsos e de visões, enlameado quase. E o seu juiz Gamet será, sem dúvida, uma das grandes criações da peça. Jaime Barcelos por outro lado, depois de dois papéis cômicos interpretados o velho juiz Esdras, compreensivo e amargurado — outro ponto alto da 3.ª produção de Os Doze. Ao lado destes estarão Sérgio Cardoso vivendo o Sr. Ramagna, Neyla Genauer em doce Myriam, Sérgio Brito o acordado Garth, Elise de Albuquerque o sorridente Gangster "Sombra", e Renato Rostler, substituído de Carlos Couto em Trock Estrela, papel a que dará o valor de seu temporamento dramático.

"ROMÉU E JULIETA"

O "Teatro do Estudante" adiou para 19 próximo, no Phoenix, a estreia de "Roméu e Julieta", cuja montagem vem tendo cuidados especiais, de seus responsáveis. Os belos cenários de Santa Rosa, estão sendo executados por Pernambuco de Oliveira, o cenógrafo de "Hamlet", e os figurinos pela sra. Rosa Carlos Marmo e um grupo de senhoras. "Roméu e Julieta", na tradução de Onastaldo de Pennafort, que serviu para a apresentação, em 1938, do "Teatro do Estudante", terá desta vez como intérpretes os estudantes: Nardo Lanza, Roméu; Silvia Ortolá, Julieta; Luis Perea, Amigo; Helio Fontes, Príncipe de Verona; Maria José, sra. Capuleto; Gilberto Martinho Capuleto; Adalberto Dantas, Benvolto; Natália Darr, sra. Montecchio; Antonio de Paula, Montecchio; José Ricardo, Mercutio; Ruy Borba, Theobaldo; Wilson Ribaldo, Frei Laurencio; Milton Fernandes, Sansão; Paulo dos Reis, Crendário; Milton Tierno, Balthazar; Ruy Corrêa, Pedro; Alceu Ribeiro, Teresinha; Pádua, a criada de comensalidade, sob a direção de D. Ester Leão.

Quinta-feira 12, às 17.30 horas, no salão do Teatro Phoenix, Barbara Holandora Capuleto de Mendonça Ruano, fará o papel de "Roméu e Julieta". É a primeira vez que se realizará a expli-

car Shakespeare, suas peças e personagens, de uma série que antecederá a inauguração do "Festival Shakespeare", a inaugurar-se com "Roméu e Julieta". A preocupação do "Teatro do Estudante" é tornar o Teatro Phoenix, durante o "Festival Shakespeare", uma espécie de centro de cultura e sociedade, com o concurso de artistas de todas as artes.

NOTICIÁRIO

TEATRINHO DE BOLSO DE IPANEMA — (Praça General Osório) — "Da necessidade de ser polígamo" de Silveira Sampaio, com Raimundo Furtado, Luiz Delgado, Helena Feldman, Elizabeth Hodges e Margaret De Moura. As 20 e 22 horas.
SERRADOR — "Lull do 47", de Jerry Camargo, com Eva e seus artistas. As 20 e 22 horas.
GLÓRIA — "Filomena, qual é o meu?" de Eduardo Di Filippo, em tradução de Renato Alvim e Mario Silva, com Jaime Costa e Helena Helena. As 20 e 22 horas.
CARLOS GOMES — "O passo da girafa", revista de Luiz Iglesias com Mara Rubia e Silva Filho.
RIVAL — "A francesinha do 'Night and Day'", de Gastão Teodoro, com Alda Garrido e seu elenco. As 20 e 22 horas.
TEATRINHO JARDIM — "Brotinhos e tubarões", de dez autores, com Renata Fronzi, Colé e outros. As 20 e 22 horas.
VESPERAIS — Os teatros acima realizam vesperais às quintas, sábados, domingos e feriados.

DIA DAS MÃES

Em preparação no grande dia consagrado às Mães, a A.S.A. promoverá três conferências que obedecerão ao seguinte programa:
HOJE, DIA 11, AS 17.30 HORAS:
"A Mãe que trabalha", pela sra. Flávia da Silveira Lobo.
DIA 17, AS 17.30 HORAS:
"Nossas Mães, nós e nossas filhas", pela sra. Magdalena Lacerda Bicalho.
As mesmas terão lugar na Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.).

Quinta-feira 12, às 17.30 horas, no salão do Teatro Phoenix, Barbara Holandora Capuleto de Mendonça Ruano, fará o papel de "Roméu e Julieta". É a primeira vez que se realizará a expli-

Completa 20 anos a Casa do Estudante

A C.E.B. comemora este ano o seu 20.º aniversário.

Foi a 13 de agosto de 1929 que, convocados pelo Centro Acadêmico Candido de Oliveira, reuniram-se para fundá-la todos os Diretores das Escolas da então Universidade do Rio de Janeiro, bem como do Instituto Nacional de Música e das Escolas Militar e Naval.

Criou-se nesse dia o Comitê Central Pro-Casa do Estudante, que em 1932, se transformou em sociedade civil sob o nome de Comissão Central da Casa do Estudante do Brasil e, em 1933, se constituiu em Fundação, com o título de Casa do Estudante do Brasil.

Para celebrar esse aniversário, a Diretoria e os Conselhos da C.E.B. estão organizando um amplo programa, sendo que em alguns setores já se iniciaram essas comemorações, como no Teatro do Estudante, que inaugurou o Teatro Experimental de Opera e lançou o Coral Bach.

Entre as solenidades e iniciativas que constituem o programa que será estendido até o fim do ano, constam as seguintes:

Teatro do Estudante do Brasil: Lançamento do Teatro Experimental de Opera; lançamento do Coral Bach; Festival Shakespeare, com "Roméu e Julieta".

Livraria-Editora: Lançamento da 10.ª Edição do Dicionário de Moraes; lançamento da Revista Rumo, em sua 4.ª fase; lançamento da 2.ª Edição do Livro "Crônica Problema", do prof. Arthur Ramos; abertura de uma filial em Portugal.

Orquestra Universitária: Grand concerto comemorativo do 20.º aniversário da C.E.B., com a 8.ª Sinfonia de Beethoven. Fretilho, Coral e Fuga de Bach, e Divertimento n.º 1, de Guerra Peixe, além de concertos populares e universitários.

Escola Livre de Estudos Superiores: Conferência comemorativa do Centenário de Ruy Barbosa, pelo dr. Nestor Duarte, que virá especialmente da Bahia para esse fim. Conferência pelo prof. Alvaro de las Casas, que chegará em breve da Argentina, e outras. Criação do Círculo de Folclore; sob o patrocínio do I.B.E.C.C.

Instalação de Cinema permanente no Salão da C.E.B., e criação de uma sala de Jogos e Recreação para os residentes.

Visita à Escola de Agronomia, a convite do Ministério da Agricultura.

Em 13 de agosto, de acordo com a tradição, será realizado o Almoço de Confraternização.

Dr. Savas de Lacerda

OLHOS - OUVIDOS - NARIZ - GARGANTA
com estágio nos hospitais de N. York

Cons. Rua Alvaro Alvim, 31, 5.º and. Cinelândia - 42-1106

As 2as, 4as e 6as-feiras Das 16,30 às 19 hs.

Querem que os Estados Unidos enviem embaixador a Madri

A MANHÃ

ANO VIII RIO DE JANEIRO, Quarta-feira, 11 de maio de 1949

A INTERNACIONALIZAÇÃO DE JERUSALÉM

A ADMISSÃO do Estado de Israel na ONU está demorando, como se sabe, por motivo que interessa o mundo inteiro: o novo Estado não quer admitir a internacionalização da cidade de Jerusalém, centro espiritual das três religiões monoteístas e da de importância supra-nacional.

Em assunto tão controverso é preciso ouvir com calma e imparcialidade os argumentos de parte a parte: e aí, de um ponto de vista estritamente racional, não se pode negar que os judeus têm muita razão. O futuro da urbanização palestinese pertence sem dúvida às duas cidades litorâneas, Tel-Aviv e Haifa, aquela inteiramente judaica e esta em grande parte. Mas Jerusalém ainda é e em certo sentido sempre será a "capital", a cidade principal do país: e entre os seus 135.000 habitantes (conforme a última estatística segura) contam-se 82.000 judeus, isto é, a maioria e a parte mais ativa da população. Além desse argumento estatístico é preciso considerar que os sionistas reconhecem, durante mais de 20 anos, as ofertas mais sedutoras de outras terras de colonização, insistindo na realização dos seus projetos aparentemente utópicos no país do seu passado histórico e religioso — de que Jerusalém é a capital. Realizaram o que todo mundo acreditava irreversível. Como renunciariam agora à colina de Sião que deu o nome sagrado ao seu movimento vitoriosos?

Por outro lado, podem alegar que o zelo dos defensores da internacionalização de Jerusalém é algo recente. Durante séculos desde o fim das cruzadas até 1918, Jerusalém estava em mãos dos turcos, sem que os povos cristãos se lembrassem dela. Depois, a cidade foi governada durante 39 anos pelos ingleses, sem que se pedisse a internacionalização. E agora negar-se-la o mesmo aos judeus?

Sim, negar-se e também com bons argumentos. Os turcos, além de serem tolerantes em matéria religiosa, nada tinham que ver com os lugares santos do cristianismo, de modo que realmente só eles eram capazes de dirimir as querelas seculares entre católicos, romanos e gregos e cristãos armênios, sírios, coptas e abissínicos em Jerusalém. Depois, os ingleses, embora cristãos, são nação moderna que não existia ainda quando se desenvolveram em Jerusalém o drama cósmico da Paixão e Redenção. Mas os judeus já existiam, então, e participaram. Não nos incomodam muito os argumentos dos povos árabes que também considerem Jerusalém como cidade santa mas só em segundo lugar. O que nos parece inadmissível é a guarda dos lugares santos do cristianismo confiada aos judeus: e o este o ponto de vista, inteiramente justo, do Vaticano.

Trata-se aí de assuntos que a diplomacia moderna ignora deliberadamente: desde 1648, desde a Paz de Vestfália contra a qual o Papa protestou sem encontrar ouvidos, os assuntos religiosos não figuram mais na pauta das conferências internacionais. A política tornou-se laica. A diplomacia moderna e o Direito Internacional não dispõem sequer de axiomas, argumentações e recursos para solucionar questões daquela natureza: o choque entre o conceito moderno, leigo, do Estado e as tradições religiosas virou problema insolúvel. Ora, o novo Estado de Israel, apesar dos impulsos religiosos do movimento que o criou, e leigo, impetuoso às reivindicações religiosas, não impetrável como ficou o Estado leigo da Itália, depois de 1870, às reivindicações do Papado.

Com efeito, é grande a semelhança entre o problema atual de Jerusalém e a famosa "Questão Romana" que durante quase 60 anos agitou os bastiões da diplomacia, criando dificuldades enormes embora nem sempre confessadas ao Reino da Itália. Este também não podia renunciar a Roma, capital histórica da península; mas o Vaticano tampouco podia desistir da propriedade do território que lhe garante a independência espiritual. E um dos capítulos mais fascinantes da história moderna: a dos caminhos em solução, há, apresentada por ilustrar valores da própria Igreja que sofreram muito por terem aconselhado a renúncia à cidade e a limitação da independência papal aos próprios lugares santos de Roma.

O Tratado de Latrão de 1929, e o modelo da futura solução da questão de Jerusalém. Os contra-argumentos dos árabes não precisam ser muito levados em consideração: as altas partes contratantes são o Vaticano e o Estado de Israel. Para tanto, só é preciso criar uma condição que ainda não existe: que a Igreja Anglicana e as do Oriente também reconheçam o Vaticano como curador autorizado dos lugares santos do cristianismo. Quanto a Canterbury, pelo menos, esta esperança existe.

O. M. C.

Ilógico manter relações diplomáticas com a Rússia e não fazê-lo com a Espanha — Declarações de Connally e outros senadores norte-americanos

WASHINGTON, 10 (A. P.) — O senador Connally declarou ao Senado que não vê razão para que os Estados Unidos não devam mandar embaixador à Espanha. Essa declaração do presidente da Comissão de Relações Exteriores veio em seguida à acusação do senador republicano Brewster de que a "pressão" exercida pela Grã-Bretanha e França influenciara o Departamento de Estado a não reconhecer plena relação diplomática com o governo de Franco. Brewster perguntou a Connally por que este país mantinha embaixador em Moscou e apenas encarregado de negócios na Espanha. "Não vejo nenhuma lógica em manter relações diplomáticas com a Rússia e recusar a mantê-las com a Espanha", respondeu Connally, acrescentando: "Não vejo razão para que deva a Espanha ser excluída."

OBJETIVOS COMERCIAIS

Connally concordou com Brewster que "pressão de outras nações" impediu que o Departamento de Estado reconhecesse plenamente a região de Franco. Disse porém que a posição da França e Grã-Bretanha, nomeadas por Brewster, não era inconsistente a respeito.

Resultados finais das eleições na Sardenha

CAGLIARI, Sardenha, 10 (U. P.) — O Partido Democrata-Cristão, do Primeiro-Ministro Alcide De Gasperi, venceu as eleições regionais realizadas domingo passado na Sardenha, de acordo com os resultados finais conhecidos hoje. Entretanto, tanto os democratas-cristãos como os comunistas perderam terreno para os monarquistas e para o Movimento Social Italiano, de tendências francamente fascistas. Os democratas-cristãos obtiveram 34,02 por cento do total de 569.775 votos depositados nas urnas, conquistando 22 bancas na Assembleia Regional. O Partido Comunista chegou em segundo lugar com 13 bancas e 19,33 por cento do total de votos, enquanto que os monarquistas, inesperadamente, chegaram em terceiro lugar com 7 bancas e 11,64 por cento dos votos. Os socialistas da esquerda, aliados dos comunistas, obtiveram 11,5 por cento dos votos, conquistando 3 bancas. O Partido Socialista, de tendências esquerdistas, ficou em quarto lugar com 59.333 votos e 7 bancas. O Partido Socialista Sardo Independente ficou em quinto lugar com 37.108 votos e 3 bancas e os fascistas do Movimento Social Italiano ficaram em sexto lugar com 35.043 votos e 3 bancas.

FERIDO A BALA

Alcides da Silva, de 26 anos, estudante, residente na ladeira do Farol, 88, foi socorrido na Assistência em virtude de apresentar um ferimento na perna direita, produzido por bala. Disse ao ser medicado, que quando era guarda civil que estacionava na rua Riachadão, próximo ao Túnel João Ricardo, fora por ele atirado. Pensado imediatamente o ferido retirou-se a seguir para o domicílio.

O 11.º Distrito registrou a ocorrência.

"Tem elas sido consistentes com seus próprios objetivos de construir seu comércio na Europa", disse Connally. Mas disse que via inconsistência "em manter relações diplomáticas com a Rússia e recusar mantê-las com a Espanha". E prosseguiu: "Muita gente tem uma falsa ideia na cabeça. Nós mantemos nossos embaixadores nos países estrangeiros para representar os Estados Unidos e não para representar outros governos".

Sobre esse ponto disse Brewster que enquanto a Grã-Bretanha enviou mercadores no valor de 100 milhões de dólares para a Espanha durante o ano passado, tiveram os norte-americanos grande dificuldade em manter seu comércio lá. Connally concordou em que "nos fundos praticamente excluídos do mercado espanhol".

ATIROU-SE DO TREM A 100 KILÔMETROS POR HORA

KANSAS CITY, 10 (INS) — Um professor cubano se debatia hoje entre a vida e a morte, num hospital de Kansas City, após se haver lançado por uma janela do trem expresso "The Kansas City", da estrada de Ferro de Santa Fé. O professor, identificado como Ardolfo Hernandez Jimenez, pelo seu passaporte, foi encontrado ontem no pátio ferroviário de Kansas City por uma brigada de trabalhadores, pouco depois de ter o trem expresso passado pelo referido lugar a uma velocidade de quase 100 km por hora. Informa-se que seu estado é grave e que o doente não pode fazer declaração alguma até agora.

CLINICA MEDICA — MOLESTIAS DAS SENHORAS
DR. VALLE R. DA CARIOCA, 28 — 1.º and.
3.ª e 5.ª das 8 às 10 hs. Fone: 22-0134
2as., 4as. e 6as., de 16 às 18 horas — Consulta Cr\$ 50,00

CHANGAI PREPARA-SE PARA O CERCO DUZENTOS MIL COMUNISTAS AVANÇAM SOBRE A CIDADE — RETIRAM-SE DE HANKOV OS NACIONALISTAS

CHANGAI, 10 (De Black Gearhart, correspondente da U. P.) — Três exércitos comunistas, que se calcula tenham um efetivo de 200.000 homens, desferiram um ataque em duas direções contra as defesas nacionalistas a 48 quilômetros da cidade de Changai. Uma informação que recebeu assegura que uma coluna comunista foi desalojada das cercanias de Kashin.

O general Pai Chung Hsi ordenou que todos os cidadãos não combatentes abandonem suas quartéis-generais em Hankow e aconselham a todos os cidadãos estrangeiros que saiam da dita cidade. Simultaneamente, a administração da ferrovia de Hankow anunciou que a ferrovia Hankow-Changai porque os movimentos militares intensificaram-se. Isto indica que o general começou a retirar o grosso de suas tropas. Pai também ordenou que todas as embarcações abandonem imediatamente a essa região.

FORTE RESISTENCIA

Um porta-voz nacionalista disse que as tropas governistas estão apresentando forte resistência e alegou que os comunistas conseguiram "pouco progresso".

Um comunicado militar emitido ontem à noite dizia que as forças comunistas em "grande número" começaram o ataque na zona a nordeste de Hankow, enquanto que outras contingentes vermelhas avançaram sobre Nanchang, capital da província de Kiangsi, situada a 250 quilômetros a sudeste.

Informa-se que as vanguardas comunistas ocuparam o centro ferroviário de Tungshan, situado a 80 quilômetros de Nanchang. A emissão comunista informou que as tropas vermelhas na China central ultrapassaram as ferrovias Chekiang-Kiangsi e avançaram em forma de leque em direção sul. Segundo a mesma emissão, uma coluna de comunistas chegou a um ponto a 123 quilômetros a sudeste de Nanchang. Se os vermelhos ocuparem Nanchang, então lhes será fácil avançar outros 100 quilômetros a dentro de Kiangsi.

A emissão comunista também informou que 100.000 soldados nacionalistas em Chekiang ocidental foram "neutralizados" durante os últimos quatro dias. Outros 7.000 foram "eliminados" perto de Kiangshan, povoado ferroviário a sudeste de Nanchang. Afirmaram ainda que 2.700 nacionalistas caíram prisioneiros perto de Hangzhou, a 80 quilômetros a sudeste de Hangchow. As autoridades da guarnição de Changai usaram em pé de guerra a polícia local e advertiram a população para que armasse alições para um prolongado sítio. Os norte-americanos, britânicos e outros residentes estrangeiros cometeram resistência para proteger seus lares e negócios contra os amotinados ou saqueadores.

A ofensiva comunista na região de Quinsan estava sendo esperada há muito tempo.

Informa-se que os comunistas lançaram um ataque concentrado sobre as fortificações governamentais ao longo da estrada de ferro Soochow-Changai. Diz-se que dois regimentos de artilharia apoiaram os dois exércitos comunistas que atacaram Quinsan.

O PACTO DO ATLÂNTICO

Abriu o debate o senador democrata McCarran, pedindo que os Estados Unidos "não fiquem mudos como no sábado do último", quando as Nações Unidas submeteram à votação a questão do reconhecimento das relações diplomáticas com a Espanha. Opinou que McCarran para Espanha devia ser admitida ao Pacto do Atlântico e disse que "todas as nações democráticas que respeitam a Deus e amam a Liberdade" querem que a Espanha entre na batalha contra o comunismo.

NOTÍCIAS FALSAS

A questão da liberdade religiosa na Espanha foi trazida à debate pelo senador democrata Robertson, que disse ter ouvido que "os protestantes não são reconhecidos" na Espanha. McCarran, que é católico, chamou essas notícias de "falsa propaganda" e disse que está certo não serem elas verdadeiras. Robertson interrompeu dizendo que quando esteve na Espanha, no ano passado, todos os grupos religiosos eram reconhecidos e tinham direito de realizar seus atos. "Eles não têm a mesma liberdade (religiosa) que nós temos aqui", disse ele, e se isto serve de base para o reconhecimento diplomático então "é melhor que cortemos relações com a Hungria, Rússia Soviética e muitos outros países".

de destacamentos de milicianos locais e o armazenamento de substâncias e munições para defender Fukiên.

EM OUTRAS FRENTES

Informa-se que os destacamentos comunistas que ocuparam Kashin há dois dias estão avançando sobre Kashin, apesar da vigorosa resistência nacionalista. Kashin está situada a 91 quilômetros da cidade de Changai. Uma informação que recebeu assegura que uma coluna comunista foi desalojada das cercanias de Kashin.

O general Pai Chung Hsi ordenou que todos os cidadãos não combatentes abandonem suas quartéis-generais em Hankow e aconselham a todos os cidadãos estrangeiros que saiam da dita cidade. Simultaneamente, a administração da ferrovia de Hankow anunciou que a ferrovia Hankow-Changai porque os movimentos militares intensificaram-se. Isto indica que o general começou a retirar o grosso de suas tropas. Pai também ordenou que todas as embarcações abandonem imediatamente a essa região.

Informa-se que o governo da província de Hupé se transferiu para Ende, a 400 quilômetros a oeste de Hankow, e a apenas 80 quilômetros da fronteira com Soochow.

Outras informações procedentes de Fochow, capital da província de Fukiên, na costa sudeste da China, dizem que as forças comunistas avançam de Chekiang e Kiangsi e ameaçam três cidades situadas na fronteira com Fukiên. Segundo essas informações, o governador Chub Shiao Liang concedeu poderes especiais aos funcionários de todas as prefeituras de Fukiên para adotarem medidas extraordinárias. O governador ordenou também a organização imediata

AGREDIDO A FACA

O ESTADO DA VITIMA E MELINDROSO, TENDO SIDO HOSPITALIZADO

Foi socorrido no Posto de Assistência de Meyer e dali transportado em estado grave para o H. P. S. Alcides Antonio Tingo, com 37 anos, solteiro, casimbeiro, domiciliado na rua Visconde de Niterói, 502, que apresentava ferimentos de natureza grave. Apurou a polícia que o mesmo havia sido agredido a faca pelo indivíduo conhecido pelo vulgo de "Paraguai".

O ferido, cujo estado é melindroso, ficou internado naquele hospital enquanto que o agressor compareceu fugir.

O 10.º Distrito, na pessoa do comissário Armando, tomou as providências cabíveis no caso.



LEVANTAMENTO DO BLOQUEIO DE BERLIM — Habitantes de Berlim acaenam alegremente para um avião de transporte americano, ao se aproximar do aeroporto de Tempelhof, depois do comunicado oficial de que o bloqueio de Berlim será levantado quinta-feira próxima. (Radiofoto ACME)

de destacamentos de milicianos locais e o armazenamento de substâncias e munições para defender Fukiên.

"DERROTA DECISIVA"

CHANGAI, 10 (Por John Bish, do I. N. S.) — (Viado pela Censura) — Fontes oficiais nacionalistas informam que as forças comunistas sofreram uma derrota "decisiva" numa batalha travada a uns 31 km. de Changai, mas, ao mesmo tempo, anunciou-se que os vermelhos empreenderam nova ofensiva contra a importante cidade de Hankow.

A ÚNICA VIA DE ESCAPE

CHANGAI, 10 (U. P.) — Na região de Kaiting, os comunistas fecharam a apenas 24 km. das fortalezas de Wooning, que guarnecem o rio Whangpoo, a qual constitui a única via de escape de Changai para o mar.

CHANGAI, 10 (U. P.) — A imprensa noticiou que o general Pai

ESCOLHIDA A CAPITAL DA ALEMANHA OCIDENTAL

Será instalada em Bonn a sede do novo Estado — Os franceses rejeitaram o governo provisório eleito

BONN, 10 (INS) — A Assembleia Constituinte da Alemanha Ocidental escolheu hoje a cidade de Bonn para capital do Estado Independente do Oeste da Alemanha, cuja constituição foi aprovada recentemente. Votaram em favor de Bonn 33 deputados, contra 29 concedidos a Frankfurt.

SERÁ DISSOLVIDO

FRANKFURT, 10 (U. P.) — Urgente — O general Lucius Clay declarou que, caso o general francês Koenig se oponha ao Comitê de 18 membros eleito pela Assembleia Constituinte de Bonn, este será dissolvido. Esse Comitê foi formado quatro dias atrás para exercer as funções de gabinete, até que seja estabelecido o governo da Alemanha Ocidental, talvez daqui a três meses.

VEIO FRANCES

FRANKFURT, 10 (U. P.) — O governador militar francês da Alemanha, general Pierre Koenig, rejeitou "como ilegal", o governo provisório da Alemanha Ocidental. Um oficial de ligação francês em Bonn comunicou aos líderes alemães que Koenig vetará oficialmente o governo alemão, por ocasião da reunião com seus colegas americano e britânico, no dia 12 ou 13 do corrente. Koenig é de opinião

que o governo da Alemanha Ocidental "não está em conformidade com o acordo de Londres".

EXTRAORDINÁRIO A SALA DE ARROZ

GUERATING (Mato Grosso), 10 (Aparece) — É a mais animadora colheita de arroz neste município, atingindo a cifra jamais alcançada em anos anteriores.

A ação da Organização Internacional de Refugiados

GENEIRA, 10 (R. I.) — A Organização Internacional de Refugiados estabeleceu novo recorde durante o mês de abril último transportando 20.456 pessoas deslocadas dos campos de internamento na Alemanha e Áustria para os Estados Unidos, Canadá, Rússia e Austrália. Funcionários da referida organização esperam, entretanto, que esse recorde será ultrapassado durante o corrente mês quando cerca de 27.000 refugiados serão transportados para diferentes destinos dos campos da Europa.

A IMPRENSA E A ONU

NORMAS SOBRE OS DEVERES DOS JORNALISTAS E DAS EMPRESAS

LAKE SUCCESS, 10 (U. P.) — A ONU eliminou do projeto tratado sobre a transmissão da notícia a cláusula que teria obrigado os jornalistas a exigir de seus correspondentes estrangeiros "contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais". No Comitê Social, pela votação de 22 contra um e nove abstenções, ficou assentado substituir-se essa cláusula por outra, que se limita a dizer que os correspondentes estrangeiros e agências de informação devem reconhecer sua liberdade de expressão e em seu próprio espírito.

A fórmula aprovada aplana o caminho para que os Estados Unidos e a Inglaterra firmem a convenção. Ambos os países declararam anteriormente que não a firmariam esse documento, que este preparara o terceiro para a fiscalização e censura oficiais, sobre as notícias. Na redação anterior, a cláusula teria sido vertida em "dever de cumprimento obrigatório, por parte de correspondentes e agências, de dar conta dos fatos sem discriminação, promover o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, propiciar o entendimento e a cooperação internacional e contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais". O substitutivo transfere essas funções do campo da obrigação jurídica para o do dever moral. Ao mesmo tempo, deixa assentado que os correspondentes dão conta dos fatos sem discriminação e em seu próprio espírito, estão promovendo o respeito aos direitos humanos, propiciando o entendimento internacional e contribuindo para a paz. O voto contrário foi do Sr. O'Brien, da Irlanda, e do Sr. O'Brien, da Irlanda, e do Sr. O'Brien, da Irlanda.

de adiantar, "e é duvidoso que possa conseguir outro emprego. Esta fórmula não obriga a nada, nem os governos, nem os correspondentes. Responsabilidade e ética não existem que quase não existem na atualidade. Tudo depende dos donos das empresas".

CONCILIAÇÃO IMPOSSÍVEL

Erwin Canham, delegado norte-americano, disse que não pode haver conciliação entre as opiniões dos delegados dos Estados de polícia e dos democratas, a respeito de uma imprensa livre e argumentou: "Nossas opiniões não são as mesmas dos Estados de polícia. É impossível introduzir princípios de liberdade de imprensa na estrutura da imprensa livre que procuramos levar... Estou disposto a aceitar o imperativo das palavras parágrafos — os modificados — e reconhecer a responsabilidade profissional da imprensa de dar conta dos fatos, sem preconceitos, para obter, portanto, resultados que daí dimanam. Este comitê não aceita laços e entraves à imprensa que existem nos Estados de polícia".

NA RUA E EM CASA



CR\$ 70,00

MENSAIS

Radio portátil 6 válvulas, ondas curtas e longas americana

CR\$ 60,00

MENSAIS

americana 5 válvulas

CR\$ 80,00

MENSAIS

6 válvulas curtas e longas

CR\$ 90,00

MENSAIS

5 válvulas, ondas curtas e longas

CR\$ 60,00

MENSAIS

EMERSON Americano 15 válvulas Diversas cores

Com todas as garantias até o final do pagamento, e com direito a uma reforma geral gratuitamente no final do pagamento

36 e 38 AVENIDA PASSOS, 36 e 38 — TELS. 43-2421 e 43-6780 — ESPERANÇA DE BARROS COSTA & CIA.

CLIMA DE PAZNAFRENTEGAUÇA

Não virá ao Rio por enquanto o governador Walter Jobim — Rumores em torno da aliança PRP-PTB — Declarações do senador Camilo Mercio e do deputado Osvaldo Vergara à MANHÃ



W. Jobim

A situação política no Rio Grande do Sul, no que informa os setores ligados a este Estado, esta aparentemente calma, mas, embora haja perspectivas de próximas definições, o ambiente se tornou agitado quando da composição da mesa da Assembleia estadual. Nessa oportunidade, o PRP que dispõe de alguma influência no Estado, rompeu seus laços com o PSD, aliando-se com seus tradicionais adversários os petebistas, e mediante esse acordo os dois partidos conseguiram eleger o presidente do legislativo.

A margem desse fato surgiram versões, segundo as quais a aliança entre petebistas e populistas se ampliaria no sentido de problemas políticos locais de maior envergadura, inclusive os da sucessão governamental. Em contato com círculos categorizados da política daquele Estado, soube-se que carecem de consistência os boatos nesse sentido. A aliança prevaleceu apenas para a composição da Mesa, aceitando-se que o PRP tem outros compromissos e vem mantendo conversações com destacados elementos do PSD para um futuro entendimento em face do panorama local. Nas esferas nacionais do PRP a impressão é de que não se apuram os orçãos superiores do partido se vêm mantendo em contato com a seção estadual populista, efetuando-se os entendimentos na melhor harmonia.

NAO VIRA AO RIO

Enquanto isso, política-se a vinda ao Rio do governador Walter Jobim, que aqui chegará dentro de alguns dias. Tal versão, entretanto, é desmentida pelos setores do PSD gaúcho nesta Capital. O governador, se tiver de vir ao Rio, será depois do regresso do Presidente de sua viagem aos Estados Unidos.

Apoio de outros partidos ao candidato da oposição

Como repercutiu a escolha do sr. Prestes Maia — Vai fixar residência em S. Paulo o vice-governador Novelli Junior

Chegam-nos notícias de São Paulo, revelando que o assunto político do dia, ali, é o lançamento da candidatura do sr. Prestes Maia ao governo do Estado. Em 10.11 os partidos políticos locais, tal assunto vem cobrindo os demais. O Partido Republicano, ao que tudo indica, apoiará o sr. Prestes Maia. No Partido Trabalhista Brasileiro, uma grande maioria lhe é favorável, enquanto outra ala procura fazer oposição a essa candidatura. Fala-se também que o Partido Trabalhista Brasileiro, que pretendia ter candidato próprio, poderá apoiar o nome do sr. Prestes Maia, lançado pela UDN, mediante uma compensação, possivelmente com relação a candidatura à presidência da República. No PSD, apesar da simpatia com que ali o nome do sr. Prestes Maia é visto, dificilmente o partido o apoiará. E que vários elementos, pertencentes principalmente à ala velha, pretendem ser candidatos ao governo do Estado. Entre esses elementos figuram os srs. Brasilio Machado Neto, Honório Monteiro, Macedo Soares e Benedito Costa Neto. O Partido Socialista Brasileiro, por intermédio de seus processos, já se manifestou favorável ao candidato lançado pela UDN, adiantando, porém, que a decisão final a respeito só será tomada pela convenção do partido.



Prestes Maia

No Rio o Secretário de Justiça da Bahia

Os meios políticos da Bahia, nesta cidade, emprestam especial atenção à vinda ao Rio do sr. Alberico Fraga, secretário da Justiça do governo Otávio Mangabeira. Soubemos que o sr. Alberico teria vindo desenvolver esforços junto aos representantes de seu Estado, no sentido de ser evitada a crise política que ameaça provocar a harmonia ora existente no Estado, diante dos rumores de que uma ala da UDN quer apresentar o sr. Juraci Magalhães como candidato. Outros setores, entretanto, afirmam que a viagem do sr. Alberico não tem caráter político.

PARA EVITAR UMA LUTA EPISODICA

Disposto o sr. Agamenon a não aceitar sua candidatura — O nome mais cotado no P.S.D. — Não renunciará o sr. Osvaldo Lima às suas pretensões — A oposição está vendo fantasmas — Declarações do deputado Oscar Carneiro à MANHÃ

Veja por outra a situação política em Pernambuco, no que diz respeito ao PSD, é agitada com as notícias das lutas internas naquela agremiação. É certo que há um esforço dos seus principais líderes para dar a impressão de que o partido se mantém unido.

Muito embora, os pessimistas pernambucanos observem uma atitude unitária, não se excluíram, como nos demais Estados e nos demais partidos, das diferenças de pontos de vista. No caso do PSD pernambucano tais divergências já chegaram à tona, em face dos pronunciamentos de um dos seus líderes mais combativos, o deputado Osvaldo Lima, que tem aspirações ao Governo do Estado. Sucede, porém, que a maioria dos pessimistas não aceita a solução, qual seja a de indicar o nome do sr. Agamenon Magalhães, única hipótese em que o sr. Osvaldo Lima abriria mão de suas pretensões.

Outros observadores salientam que, tendo em vista evitar acirramento de ânimos no Estado e uma luta naturalmente episódica com seus adversários, o sr. Agamenon, com espírito de renúncia, desistirá em favor de outro correligionário. E em face desta expectativa, afirma-se, que o sr. Osvaldo Lima tem procurado encaminhar suas aspirações à sucessão do sr. Barbosa Lima Sobrinho. Paralelamente, correm rumores de que, não sendo o sr. Agamenon o candidato do PSD, o nome que reúne mais simpatias é o do sr. Osvaldo Lima, o qual teria o apoio, inclusive, do senhor Agamenon.

Exploração de incidentes

Por via aérea, regressou do Recife, onde permaneceu cerca de um mês, o deputado Oscar Carneiro, do PSD pernambucano, elemento dos mais conhecidos no sr. Agamenon. Abordado por nós no Palácio Tiradentes, sobre a situação política daquele Estado, disse o seguinte: — Pernambuco está em calma e em franco progresso. O governador e o secretário de Estado estão trabalhando empenhados em realizar um plano administrativo de larga envergadura, conforme se pode verificar da leitura da mensagem do sr. Barbosa Lima. Relativamente às acusações que a coligação tem feito ao governo, esclareço: — A oposição tem procurado ex-

plorar incidentes políticos, lamentando sem motivo, como o do Exú, com os quais, aliás, nada tem a ver o PSD, aliado aos acontecimentos, e o governador, a cuja revelação das coisas tem acontecido e que se tem portando em tais casos, como um autêntico magistrado. Aliás, o que sucedeu em Exú foi uma luta entre elementos de outros partidos sendo que a vítima, o prefeito, é que pertence ao PSD. — Depois de uma pausa, acrescenta: — O Presidente da República se vem esforçando por conciliar os partidos em benefício da solução pacífica do problema sucessório. No entanto, em Pernambuco a oposição se esforça por mostrar um clima de inquietude inexistente, a fim de tirar proveito das combinações, no plano nacional e no estadual.

Não ameaça ao P.S.D.

Nos setores pessimistas gaúchos desta capital não se empresta maior significação às versões aludidas em torno da aliança dos populistas com o P.T.B. Todos são concordes em dizer que nada de novo na política do Estado, acrescentando que o clima ali é de completa paz, devendo prolongar-se indistintamente, pelo menos em função dos entendimentos na esfera nacional.

O senador Camilo Mercio, do P.S.D., ouvido pela nossa reportagem, admitiu a possibilidade de fundamento nos rumores a que acima nos referimos. O deputado Osvaldo Vergara, pessimista, por nós ouvido a respeito no Palácio Tiradentes, foi mais explícito e positivo. Declarou-nos o representante gaúcho que, ao que sabe, o P.T.B. e o P.R.P. estão de fato dispostos a uma aliança sólida, em torno do sr. José Diogo Brochado, atual presidente da Assembleia, cujas aspirações, ao governo do Estado seriam antigas. Afirmou ainda que o P.R.P. é o partido que mais tem trabalhado e está crescendo em prestígio.

Interrogado sobre se essa união do P.T.B. com o P.R.P. poderia ameaçar uma candidatura do P.S.D., respondeu, categorico: — Em absoluto. Basta considerar que, nas eleições munici-

pais, quando é mais direto o interesse do eleitor, o P.T.B. conseguiu apenas 81.000 votos, enquanto o P.S.D. obteve 219.000.

Quanto a outras alianças, achou-as improváveis.

INSTANTANEOS DO CONGRESSO

O SENHOR Olavo Oliveira apresentou, ontem, ao Senado, um projeto de lei sobre a reconstrução de açudes e a abertura de crédito especial para socorrer as populações dos municípios cearenses de Fortaleza e Maranguape, vítimas de trombas d'água que caíram sobre aquela região, provocando inundações, que destruíram casas e lavouras.

Foi aludido ao projeto do representante cearense que o senador Durval Cruz comentou: — No Ceará, é assim: o rio ou o tempo; seca ou inundação... — C.

No Rio o governador do Paraná

ATIVIDADES POLITICAS DO SR. MOISES LUPION

Está no Rio o governador do Paraná, sr. Moisés Lupion. A sua viagem a esta capital tem por objetivo tratar de assuntos da administração paranaense. Ontem o sr. Lupion esteve em conferência com o ministro do Trabalho, professor Honorio Monteiro, no gabinete deste.

O governador do Paraná, por outro lado, não está alheio aos acontecimentos políticos, tendo assumido, desde o seu regresso ao Paraná, o contato com parlamentares de seu Estado e com líderes paulistas e mineiros.

NA CAMARA

Aprovado o projeto de prorrogação da licença prévia — Nos anais, o discurso do Presidente da República, de 1.º de maio — Fala o sr. Dioclecio Duarte sobre a situação econômico-financeira — O ministro do Trabalho agradece, pessoalmente, a solidariedade da Casa — Vários projetos aprovados

A primeira hora do expediente da sessão da Câmara dos Deputados pertenceu ao sr. Dioclecio Duarte que focalizou, embora dispersivamente, em virtude dos apertes que foram registrados, a situação econômica do país. Sua tese é que a má situação econômica e não financeira, dentro das causas principais da situação, aponta o estado das populações rurais, acentuando o pauperismo, a verminose e as moléstias tropicais.

Referindo-se ao petróleo, afirma que o auxílio e a decisão do Governo resolverão esse problema fundamental e se confessa otimista quanto à situação geral. No momento em que aborda o nível de vida do interior, encontra o sr. Jurandir Pires em discordância, estabelecendo-se um diálogo vivo entre os dois representantes. O orador termina por lançar uma visão sobre o nordeste e falar, de relance, sobre seus problemas fundamentais.

Resgate de congelados

O orador seguinte é o sr. Celso Rodrigues, que, mais uma vez, dá combate ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco do Brasil, no caso do empréstimo em cogitação, necessário ao resgate das divisas congeladas. Em apêndice, o sr. Tristão da Cunha reconhece a necessidade do empréstimo, mas acredita que se faz necessário eliminar as causas que determinaram o congelamento e o empréstimo correspondente.

Taxa de reembolso

Outro projeto de lei — este já com o vício de inconstitucionalidade, conforme já está assentado em decisões anteriores — foi apresentado pelo sr. Campos Vergal. É o sentido de ser criada uma agência postal-telegráfica em Iporanga, Estado de São Paulo.

O sr. Jonas Correia, a seguir, lêu telegramas originários de entidades paulistas interessadas, solicitando que a Câmara aprove o projeto do sr. Hermes Lima que restabelece as antigas taxas para reembolso postal de livros e convocações das telegramas que, depois de majoradas nas taxas, cessou, quase por completo, a circulação de livros pelo correio.

Projeto aprovado

Na ordem do dia, foram aprovados os seguintes projetos de lei da Câmara: — que abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para construção de uma estação experimental em Córceas, Estado de Mato Grosso; que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para máquinas e materiais destinados à Companhia de Cimento Portland Fátima; que cria a carreira de enfermeiro no Quadro Permanente do Ministério da Marinha; que aumenta o número de vagas no Q.A.O. do Exército. Esse projeto tem o teor seguinte: "O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É elevado de 210 para 217 o efetivo de 1.ºs Tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, para serviços arrematados da Arma de Infantaria.

Art. 2.º — As vagas resultantes deste aumento de efetivo caberão aos 7 (sete) 1.ºs Tenentes da Reserva de 2.ª Classe e de 2.ª Linha, que estiverem em convocação nas 4 (quatro) estações estabelecidas pelo art. 1.º do Decreto-lei número 8.159, de 3 de novembro de 1945, julgados aptos na seleção realizada pela Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Oficiais e que não foram aproveitados por falta de vagas na Arma de Infantaria.

Art. 3.º — O aumento de que trata esta lei não elevará a percentagem de 27,8 fixada no inciso 4, art. 32 do Decreto-lei número 8.760, de 21 de janeiro de 1946, modificação pelo de

Renúncia coletiva dos udenistas

Eleitas as várias comissões da Câmara Municipal — Aprovadas as indicações sobre melhoramentos urbanos — Ordem do dia para hoje

Os udenistas, reunidos no salão nobre da Câmara Municipal, resolveram, ontem, o impasse da Câmara Municipal. Na sessão da tarde de ontem, a Casa aprovou, sem manifestação do plenário, o bloco de indicações sobre melhoramentos urbanos, que vinha sendo discutido desde que se elegera a Mesa Diretora. O resto da hora destinado ao expediente foi todo ocupado com a aprovação de votos de registro e de aplauso. Um a pedido da senhora Ligia Bastos, pela passagem do "Dia das Mães", outro, do sr. João Luiz de Carvalho, ao sr. Hermes Lima, pela sua atitude em face do caso das refinarias.

Toda a bancada do PSD votou contra a proposição do sr. João Luiz de Carvalho, em nome do PSD, declarou que o governo do general Dutra, em todos os setores da vida nacional, vem imprimindo um ritmo de trabalho e honestidade poucas vezes igualado no passado e sempre reconhecido, até pelas mesmas forças inimigas. E um outro voto ainda, solicitado pelo sr. Alvaro Dias, aos srs. João Pires e Mario Pinotti e ministro Clemente Mariani, pela criação do Instituto de Meteorologia, único no gênero em toda a América do Sul.

Logo após a proclamação pela presidência dos membros eleitos para as comissões, os srs. Ari Barroso, Paulo Leme e Tito Livio renunciaram os cargos nas comissões para que foram eleitos. A seguir, ocupou a tribuna o sr. Bartlett James e declarou que em solidariedade com os colegas de bancada, renunciava também ao cargo de primeiro secretário da Câmara. O sr. Bento Braga, que se acha doente, enviou ontem mesmo à Mesa a comunicação de sua renúncia a comissão de que fora eleito membro. O sr. Leite de Castro também apresentou sua renúncia, seguindo na diretriz traçada pela bancada da UDN. Só não renunciaram o sr. Jorge de Lima e o sr. Lídia Bastos, porque se achavam ausentes no momento do plenário.

Sei plantar nabos...

O sr. Paulo Leme queimou-se com a sua escolha para a Comissão de Agricultura. Foi à tribuna e declarou que, quem quer que mandasse plantar nabos, mas o que ele sabia muito bem, era plantar nabos. E a sessão prosseguiu até as 19 horas e 30 minutos, tendo vários oradores ocupado a tribuna mantendo a ordem e o critério da proporcionalidade dos partidos. O sr. Moura Brasil respondeu que a Mesa considerava válida a eleição e marcou para a sessão de hoje a seguinte ordem do dia: eleição da primeira e segunda vice-presidência; eleição para o cargo de primeiro secretário e eleição para os cargos vagos às comissões permanentes.

Renúncia do 1.º secretário e de todos os elementos da U.D.N.

A sessão sofreu uma prorrogação de hora e meia e a segunda eleição foi realizada na prorrogação. Logo após a proclamação pela presidência dos membros eleitos para as comissões, os srs. Ari Barroso, Paulo Leme e Tito Livio renunciaram os cargos nas comissões para que foram eleitos. A seguir, ocupou a tribuna o sr. Bartlett James e declarou que em solidariedade com os colegas de bancada, renunciava também ao cargo de primeiro secretário da Câmara. O sr. Bento Braga, que se acha doente, enviou ontem mesmo à Mesa a comunicação de sua renúncia a comissão de que fora eleito membro. O sr. Leite de Castro também apresentou sua renúncia, seguindo na diretriz traçada pela bancada da UDN. Só não renunciaram o sr. Jorge de Lima e o sr. Lídia Bastos, porque se achavam ausentes no momento do plenário.

Eleitas as Comissões Técnicas

Entrando-se na ordem do dia, a sessão foi suspensa por vinte minutos e a fim de que os vereadores se preparassem para a eleição das comissões permanentes. Reaberta, procedeu-se à eleição tendo, enfim, a Câmara eleito para a segunda sessão deste ano com a composição das comissões técnicas.

As eleições foram realizadas de duas vezes por falta de urnas. Da primeira vez foram constituídas as seguintes comissões: Finanças — Alencastro, Guimarães, Levi Neves, Frota Aguiar, Córreia Neto e Bento Braga, com dezesseis votos; Justiça — João Luiz de Carvalho, Alvaro Dias, Frota Aguiar, Bento Braga e Jorge de Lima, com dezesseis votos; Agricultura — João Luiz de Carvalho, Caldeira de Azevedo, Acácio Lima, Ari Barroso e Paulo Leme, com dezesseis votos.

Política

O último orador do expediente foi o sr. Edgar Arruda, da UDN do Ceará. Vinha defender o Governador do Estado, no caso da agressão a Rádio Itacema e a um correligionário, as portas do palácio. Quando ao primeiro caso, disse que o Governador nada tem a ver com ele, salientando que a campanha empreendida pela enciclosa era feita em termos baixos que vieram provocar reação estranha ao seio do Governador. Quanto ao segundo caso, alegou que se tratava de incidente com um amigo que recalcitrava, quando advertido por um fiscal de trânsito.

Homenagem

Anunciada a ordem do dia, o sr. Barroso Pinto requereu um voto de congratulações pelo fato de haver o sr. Antão Freire assumido sua cadeira na Academia Brasileira de Letras e, a seguir, a votação de licença para tratamento de saúde em favor do sr. Diógenes Arruda.

Licença prévia

A primeira matéria em votação é o projeto que prorroga o regime de licença prévia. O sr. Costa Porto, encaminhando a votação, apresenta um projeto que dispõe de verbas em favor dos produtos nacionais, em igualdade de preço e de qualidade. Contra o projeto, falou o sr. Tristão da Cunha. E, afinal, foi aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças, seguindo a matéria para a Comissão de Redação, para voltar em discussão final.

Visita do ministro do Trabalho

Abriundo um intervalo na sessão, o sr. Cirilo Junior anuncia que o sr. Honorio Monteiro, que está no lado da Mesa, em sua companhia, virá à Câmara, pessoalmente, agradecer a solidariedade da mesa, com referência ao caso da descon sideração que lhe tentara imprimir um deputado comunista do Uruguai. O ministro recebeu palmas do plenário e, depois, demorou-se longamente em contato com os antigos colegas, com os quais palestrou durante vários minutos.

Conferência que causou espécie

Numa das salas do Monroe, mantiveram longa conversa os senadores Góis Monteiro e Salgado Filho — Declarações do presidente do P.T.B. à reportagem da MANHÃ

O sr. Salgado Filho manteve ontem, numa das salas do Monroe, longa conferência com o senador Góis Monteiro. Causou espécie o encontro, pois o presidente do PTB acabara de regressar de São Paulo. Em palestra com nossa reportagem, o senador gaúcho disse que fora aquele Estado com o objetivo de pacificar a família petebista, o que conseguiu realizar.

Interrogado sobre se o sr. Hugo Borghi, que atualmente cede o P.T.B., voltaria ao P.T.B., o sr. Salgado Filho declarou que não estivera com o sr. Borghi, porém alguns dos seus correligionários manifestaram simpatia pelo retorno de todos ao P.T.B. e o sr. Salgado Filho acrescentou: — Eles serão recebidos de braços abertos. Quanto aos rumores de que o P.T.B. apoiaria a candidatura do sr. Prestes Maia, lançada pela UDN, para o governo de São Paulo, o senador gaúcho disse que o P.T.B. tem simpatia pelo sr. Prestes Maia, mas só tratará de problemas locais ou estaduais dentro do âmbito nacional.

Salgado Filho

O senador gaúcho disse que o P.T.B. tem simpatia pelo sr. Prestes Maia, mas só tratará de problemas locais ou estaduais dentro do âmbito nacional.

A MANHÃ

ANO VIII RIO DE JANEIRO, Quarta-feira, 11 de maio de 1949

SEGUNDO CADERNO

(Não pode ser vendido separadamente)

NA CÂMARA

(Conclusão da pág. anterior)

alente da República, pronunciado em 1.º de Maio.

— em discussão final, o projeto considerando da utilidade pública a Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro;

— em discussão final, o projeto autorizando o registro do termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Construtora Industrial Limitada, para construção das obras do porto de Curuçá, no médio São Francisco.

Adiados

Dois projetos voltaram às respectivas comissões, adiando-se, portanto, a votação. O que estende as classes militares os beneficiários de salário familiar, com parecer da Comissão de Finanças, opinando pela arquivamento; e o que estende os benefícios do 2.º do art. 1.º da Lei n.º 200 aos antigos arventuários das Delegações Fiscais.

NO SENADO

(Conclusão da pág. anterior)

n.º 249, de 13 de maio do mesmo ano.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Foi ainda aprovado o projeto de lei da Câmara que muda a redação de uma alínea do artigo 15, do Decreto-lei n.º 8.281, de 17 de dezembro de 1945, e dá nova redação ao parágrafo único do artigo 10, do capítulo segundo, do Estatuto da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto n.º 20.445, de 23 de janeiro de 1948.

Restabelecidas as consignações em folha

Na sessão de ontem, a Comissão de Contas da Câmara teve oportunidade de aprovar a reanulação do vencimento, apresentada pelo sr. Facheiro de Oliveira, referente ao projeto que restabelece as consignações em folha de pagamento dos funcionários públicos civis e militares da União, medida que também torna extensiva aos servidores autárquicos.

No Rio, o ex-interventor Uden Bezerra

Por via aérea, chegou à esta capital o ex-governador Uden Bezerra, um dos dirigentes do PSD na Paraíba, que se encontra na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde chegou em 1944, a intervenção naquele Estado, ao que parece vem conversar com os líderes de seu partido, atualmente no Rio, sobre a possibilidade de uma aliança com o PSD.

Conferência de imprensa, na manhã de ontem, com a participação de Uden Bezerra, em consequência da perspectiva de uma aliança com o PSD com o grupo liderado por Uden Bezerra, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde chegou em 1944, a intervenção naquele Estado, ao que parece vem conversar com os líderes de seu partido, atualmente no Rio, sobre a possibilidade de uma aliança com o PSD.

O futuro do poderão ser entregue ao eleitor

PROSSIGUIU A DISCUSSÃO DAS EMENDAS A LEI ELEITORAL. Na reunião de ontem da Comissão de Justiça da Câmara, prosseguiu a discussão das emendas apresentadas ao projeto da Lei Eleitoral, tendo votado apreciável número delas.

Dentre as aprovadas figurou uma emenda que o título de eleitor não será emitido, a não ser que o eleitor tenha, no próprio domicílio, e não a seu domicílio, qualquer que ele seja, mesmo que se trate de delegado de partido ou procurador com poderes especiais. Manifestando o seu parecer a respeito, o sr. Gustavo Capanema teve oportunidade de apoiar a medida proposta pelo representante do Partido Libertador gaúcho, tendo ela, assim, sido unanimemente aprovada.

Outra providência aprovada foi a que consta de uma sub-emenda do sr. Gustavo Capanema, estabelecendo-se que o alistamento eleitoral não se interrompe, podendo votar, em qualquer caso, o eleitor que se qualificar 90 dias antes das eleições. Essa sub-emenda restabelece o princípio constante do dispositivo da lei eleitoral da República velha, no qual o prazo do impedimento era de 60 dias.

Ho T.S.E.

Em sua reunião de ontem o Tribunal Superior Eleitoral não conheceu da representação, por incompetência da Justiça Eleitoral, formulada pelo desembargador Giovanni Plauens da Costa, visto tratar-se de providência atribuída na lei de organização judiciária local ao Tribunal de Justiça do Piauí, no que entende com a aposentadoria compulsória do juiz Milcíades Lopes.

A reorganização judiciária do Distrito

PROSSIGUIU OS DEBATES NA COMISSÃO DE JUSTIÇA DO SENADO

Realizou-se, ontem, em sessão extraordinária, a Comissão de Justiça do Senado a fim de prosseguir a discussão e votação do substitutivo do sr. Arthur Santos ao projeto de reorganização judiciária do Distrito Federal.

O artigo 11, que trata, na sessão anterior, uma discussão adiada, foi o primeiro dispositivo a ser aprovado e objeto de longos debates, sem que os membros da Comissão chegassem a um pronunciamento definitivo, tendo o sr. Aloísio de Carvalho solicitado novo adiamento, com que concordaram os seus colegas. Ainda por proposta do sr. Aloísio de Carvalho, o substitutivo sofreu duas supressões quanto aos artigos 23 e 32, este último quanto ao seu parágrafo único, sendo modificada também a redação do artigo 34.

O artigo 42, por sugestão do próprio autor do substitutivo, sofreu uma alteração no seu parágrafo 2.º ante a supressão da expressão "da Procuradoria Geral".

Estudantes brasileiros nos EE. Unidos



Da esquerda para a direita: Ethel Bauzer, Yvanise K. Ribeiro e Lygia Costa, tendo como fundo o quadro o Rockefeller Center

Como expressão de seu interesse no desenvolvimento da compreensão internacional, a Standard Oil Company (New Jersey) ofereceu recentemente um jantar-dança para 150 estudantes de 20 países diferentes, e que se realizou no Salão Arco-Iris (Rainbow Room), de seu edifício na Rockefeller Plaza, em New York.

Os estudantes faziam parte do grupo de cerca de 1.000 que são trazidos anualmente aos Estados Unidos pelo Instituto de Educação Internacional, para aperfeiçoamento nas universidades e outras instituições educacionais norte-americanas.

Os visitantes foram saudados pelo sr. Gordon Michler, alto funcionário da empresa e uma orquestra de música internacional tocou músicas nacionais de diversos dos países representados. Entre os presentes estavam:

se três estudantes do Rio de Janeiro: as senhoritas Ethel Bauzer, que cursa a Northwestern University, Yvanise K. Ribeiro, cursando a University of California e Lygia Costa, que frequenta a New York University School of Fine Arts.

Há treze meses não recebem seus salários

(Conclusão da 1.ª pag.)

tório comercial e de outros setores, bem como os operários da companhia os seus salários, vivendo toda essa gente, com suas famílias, como é fácil compreender, numa situação vizinha do desespero, pois a solução de seu caso, há alguns meses em mão

Golpeou o pescoço e depois atirou-se debaixo do ônibus

Nem assim conseguiu morrer — Tudo por causa da Nair

As pessoas que se encontravam ontem à noite no café da rua Vicente de Carvalho 393, assistiram perplexas a pavorosa cena. Um homem que ali se achava sentado a uma das mesas, de repente, num gesto de extremo desespero, empunhando uma afiada faca, golpeou o próprio pescoço. Imediatamente os que se encontravam mais próximos interferiram impedindo que o tresloucado conseguisse o tenebroso intuito. Tomaram-lhe a faca e providenciaram a ambulância do Hospital Getúlio Vargas. O estranho indivíduo sentara-se novamente à espera do socorro. Mas, em dado momento, com surpresa geral, levantou-se e em desabalada carreira deixou o interior do bar, lançando-se então sob as rodas de um ônibus que passava. Ronger de freios, pá-nico dentro do veículo e mais uma vez frustrada a nova tentativa de suicídio do infeliz rapaz. Chegou então ao local a ambulância do Hospital Getúlio Vargas que removeu o ferido. Tratava-se de Nelson Ferreira da Silva, de 32 anos, solteiro, comerciante, residente à rua Inerê s/n, em Irajá. Falando ao investigador de serviço naquele hospital,

deixou que tentara acabar com a vida pois estava desgostoso. A namorada, Nair da Silva, com ele rompera o namoro e sem ela não podia viver...



deixou que tentara acabar com a vida pois estava desgostoso. A namorada, Nair da Silva, com ele rompera o namoro e sem ela não podia viver...

Foi lido no expediente um ofício em que o comandante Fud Estrela apresentava sua renúncia do cargo de segundo secretário daquela entidade, por motivos que já são do conhecimento público.

Falou em seguida a esse respeito o comandante José Eronildes de Souza, que durante quarenta minutos fez a defesa do comandante Fud, que vinha sendo taxado de traidor da classe. E demonstrou por A mais B como seu passado era limpo e a classe muito devia aos seus esforços. A sua assinatura no convênio no Ministério do Trabalho fora feita na qualidade de testemunha e não como membro da diretoria do Sindicato.

Frisou que o seu colega podia ter errado mas era um nome limpo e um leal batalhador pelos ideais da classe.

Em seguida falou o comandante Eurico Gomes de Souza que também enalteceu o comandante Estrela e declarou não ser ele um traidor.

A assembleia aceitou a renúncia daquele oficial mas lhe concedeu uma salva de palmas, numa prova de que não endossava o juízo maléfico dos que o tinham como traidor.

SUGERIU A PARALISAÇÃO DOS NAVIOS

Em seguida foi lida pelo comandante Antonio Pinto Barbosa uma proclamação convocando a classe a paralisar as suas atividades e exigir vencimentos maiores.

Foi um momento de sensação e surpresa na assembleia. Mas logo compreendendo a importância de semelhante proclamação, o comandante Eronildes mais uma vez usou da palavra para desferir vemente combate contra a iniciativa lançada naquele plenário, que era, sem dúvida, um convite a desordem.

E esclareceu que tal proclamação não se justificava porquanto o presidente do Sindicato estava procurando resolver, por meios suaves, as pretensões da classe e já havia nesse sentido enviado memoriais às autoridades.

Qualificou a atitude de seu colega de precipitada e disse que se a mesma fosse tomada a sério iria desmoronar o trabalho pacífico, já iniciado pela diretoria do Sindicato. Terminou advertindo a assembleia para que meditasse bem no que ia fazer e que agisse com consciência, sendo sua opinião que o assunto devia ser conduzido dentro de um clima de ordem e de disciplina.

Propôs finalmente um prazo para que o presidente do Sindicato entrasse em entendimento com as autoridades, tendo o comandante Eurico secundado a palavra.

Em seguida o comandante Leuma Freire apresentou um adendo para que o prazo fosse de 15 dias, o que foi aprovado.

AS PRETENSÕES

São as seguintes as pretensões dos oficiais da náutica solicitadas às autoridades:

— Gratificação pela maior parte o comandante com mais de 15 anos de serviço;

— Gratificação para os demais oficiais em condições íntimas às comandas dos marinheiros e marinheiros do primeiro e segundo escalões da 1.ª classe.

A assembleia ratificou essa deliberação.

O ONIBUS CHOCOU-SE COM O POSTE

Na Avenida Suburbana, esquina da Rua Bahia, às últimas horas da noite de ontem um ônibus foi de encontro a um poste, causando ferimentos leves em alguns de seus passageiros, sofrendo o coletivo danos materiais.

OUTRA LUA EM NETUNO

CAMBRIDGE, Massachusetts, 10 (U. P.) — Foi anunciada a possível descoberta de uma nova lua do planeta netuno. Seu descobridor foi G. P. Kuiper, do Observatório da Universidade de Harvard, que foi notificado pelo dr. Kuiper de que as fotografias tomadas durante a existência de um objeto perto de Netuno, que "move-se" aproximadamente ao mesmo passo que esse planeta. E acrescentou: "Há fortes possibilidades de que talvez se trate de uma nova lua". Advertiu que as provas não são conclusivas.



TROTE DOS CALOUROS EM TRIESTE — TRIESTE — Como parte do trote universitário deste ano, os estudantes festejaram a entrada do "governador" de Trieste, um estudante envergando um velho uniforme austríaco, num carro de "genera" de sete estrelas. (Foto ACME)

CONTRA A CASPA JUVENTUDE ALEXANDRE EVIDENTE EFFICACIA

APELO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ontem à tarde esteve em nossa redação uma comissão de funcionários da N.A.B. constituída dos srs. Serafin João Teixeira, Oscar Martins, Mario Martinho e Ricardo Domingos, a fim de nos comunicar que os funcionários-pilotos e operários da companhia "aeromarinha" da presidente da República o seguinte telegrama:

"Reafirmando nossa inabalável confiança no alto espírito de Justiça do digno e austero Presidente da República, pedimos vênia para dirigir a V. Excia. nosso último e dramático apelo no sentido de ser dada qualquer solução para o caso da Navegação Aérea Brasileira. O generoso ato que esperamos de V. Excia. devolverá a tranquilidade a cerca de seiscentos trabalhadores, muitos dos quais já tiveram seus lares tomados pela miséria e pelo desespero.

"Aproveitando a oportunidade para formular ardentes votos de boa viagem pela sua próxima visita à grande república irmã norte-americana, confirmamos, no entanto, na sede de V. Excia. ainda antes de sair embarcar, a fim de que seja solucionada nossa difícil situação.

"Em nosso próprio nome e em nome de nossas esposas e de nossos filhos, apresentamos a V. Excia. os protestos da nossa mais sincera gratidão.

"Pelas funções em geral. (Ass.) Colômbio Amaral Ribeiro, Comandante Gerônimo Martins de Oliveira, Oscar Martins e Serafin João Teixeira".

Trata-se, como se vê, de um dramático apelo dirigido ao Primeiro-Ministro da República e que certamente será atendido por S. Excia.

IRAÓ HOJE AO CATETE

Segundo nos informou a comissão que visitou A MANHÃ, hoje às 15 horas, os funcionários da N.A.B. irão ao Catete, incorporados, a fim de avistarem com o chefe do Governo.

Desastre em Espera Feliz

TRES MORTOS CAMPOS, 10 (Assapress) — Na localidade denominada Espera Feliz, caiu uma ponte quando sobre a mesma passava um caminhão, morrendo no desastre três pessoas que viajavam no referido veículo.

Incêndio na Coletoria de Videira

MORTA A MAE DO COLETOR FLORIANÓPOLIS, 10 (Assapress) — Violento incêndio destruiu o edifício da coletoria estadual de Videira, prendendo no sinistro a mãe do coletor Odilon Taborda Ribas, que ali residia com sua família. A esposa do sr. Odilon Taborda Ribas sofreu também graves ferimentos. O coletor encontrava-se aqui a serviço.

Imigração para a Argentina

BUENOS AIRES, 10 (U. P.) — O governo argentino nomeou uma comissão de oito homens para visitarem os países europeus durante o presente ano e redigirem novas disposições para imigração para este país.

A missão procurará estabelecer acordos turísticos e disposições quanto a repatriação de argentinos.

Dirige o grupo o dr. Juna Napoleón Lucero Schmidt, na qualidade de enviado especial.

ULTIMA HORA ESPORTIVA

VOLEIBOL — Mantveo-se invicto o Fluminense — Por 2 a 1 baqueou o Flamengo Vitorioso o Tijuca

Uma bonita e bem disputada partida jogaram os atletas do Fluminense e Flamengo, na noite de ontem, pelo Torneio "Cidade do Rio de Janeiro".

O Fluminense defendendo a sua posição de líder invicto, encontrou no Flamengo, segunda colocada, uma forte oposição, conseguindo, porém, vencer com o placar de 2 a 1, graças a uma jogada invulgar que ostenta a vitória.

MOVIMENTO TÉCNICO

1.ª divisão: 1.º "set" — Fluminense 13-9 2.º "set" — Flamengo 16-14 3.º "set" — Fluminense 15-12. Quadros: Fluminense — Gil, Gilson, Adão, Borno, Hugo e Gilson. Flamengo — Gabriel, Corrente, Inácio, Paulinho, João, Lucio e Perácio.

2.ª divisão: 1.º "set" — Fluminense 17-15 2.º "set" — Flamengo 15-12 3.º "set" — Fluminense 15-8. Quadros: Fluminense — Gilberto, Hugo, Walter, Sérgio, Henrique, Sérgio, Amadeu e Peri. Flamengo — Marcos, Rubens, Fernando, Lúcio, Borno, Queiroz e Lúcio.

Julia B. Maya Jr. (regular). Fiscal: Otávio Moura. Apontador: José Pinho.

TIJUCA T. C. 2 x CRAJAU T. C. 0

Vencendo o Grajau, agora lanterna do torneio, o Tijuca conservou-se no segundo posto, agora sem a

Travessia dos Andes pelo "Anjo das Crianças"

MENDOZA, 10 (U. P.) — O "Anjo das Crianças" voltará a tentar a travessia dos Andes, rumo a Santiago, uma vez mais, hoje.

A tentativa de ontem foi inútil.

Todo colono seria proprietário da gleba cultivada

GOIÂNIA, 10 (Assapress) — Foi aprovada pela Comissão de Colonização da I Conferência Brasileira da Imigração e Colonização, uma indicação do prof. Artur Rios, determinando que todo colono, nacional ou estrangeiro, seja proprietário da gleba cultivada.

Assassinada na igreja

ROANOKE, Virgínia, 10 (A. P.) — A polícia não tem ainda qualquer pista capaz de deslindar o brutal assassinato da atraente jovem de 15 anos, Marie Weaver, cujo corpo, tremendo e mutilado, foi encontrado na cozinha da igreja local. Trabalham as autoridades sobre a hipótese de que a moçuelha foi atacada ao surpreender um intruso na igreja, onde fora para tomar parte num reunião de jovens, sem saber que o grupo lá não estava. A polícia interrogou grande número de estudantes, mas nenhum revelou qualquer esclarecimento sobre o crime.

Novamente julgado Meneghetti

S. PAULO, 10 (Assapress) — Eneclito Meneghetti voltou ontem a ocupar o banco de réus, sendo julgado por tentativa de morte contra um guarda-civil, fato ocorrido no dia 3 de dezembro, por volta das 22 horas, na Avenida Fies Co Barros. Muitas vezes já Meneghetti ocupou esse banco, sendo que na última foi condenado a 60 anos de prisão, por vários crimes. Obteve então sursata condicional quando daquela noite tentou roubar um homem. Quando um guarda tentou intervir, Meneghetti ameaçou-o de morte.

1/2 FASANELLO AVENIDA 110 AVENIDA 147

BANCO DO BRASIL S. A.

RELATÓRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1948 APRESENTADO À ASSEMBLÉIA DOS ACIONISTAS, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1949

INTRODUÇÃO

Foi difícil o ano de 1948, mas a perseverança na execução da política econômico-financeira do Governo permitiu que se tornassem evidentes os sinais de recuperação econômica do País.

Após o decurso de três anos de vigência dessa política, justo é lembrar a situação em que se deu o fim da deflacionista do atual Governo, em janeiro de 1946, época do início de sua gestão.

Durante o ano de 1945 muito se tinham agravado os danos econômicos, financeiros e sociais do mal inflacionista que, a partir de outubro de 1930, acometiera a Nação.

No período decorrido entre 1930 e 1945, portanto 15 anos, sofrera o meio circulante um acréscimo de 14.690 milhões de cruzeiros, com a agravante, ainda, de terem sido lançadas na circulação, em jorros contínuos, só no sexênio 1940 a 1945, emissões de papel-moeda, cujo volume atingiu no alto valor de 12.546 milhões de cruzeiros.

De 2.845 milhões de cruzeiros, em 1930, passara o meio circulante a 17.635 milhões de cruzeiros, em 1945.

O potencial monetário ascendia de 5.200 milhões de cruzeiros, em 1930, a 41.460 milhões de cruzeiros, em 1945; tomando-se 1930=100, seu índice chegara a 798.

O índice do custo da vida, na base 1930=100, elevava-se a 267.

As sucessivas emissões de papel-moeda, que se fizeram através da Carteira de Redescontos, cujo regulamento sofreu reiteradas modificações no sentido de lhe atenuar a rigidez de funcionamento, provocaram forte depreciação monetária e, em consequência, todos os desajustamentos econômicos e sociais próprios da inflação.

A Carteira de Redescontos constituía, depois de 1930, a máquina cuja produção, até 1945, mais acentuava a inflação monetária. Em vez de agir como mecanismo de fomento à produção, passara a funcionar, em virtude de distorções oriundas da pressão de várias ocorrências financeiras, como aparelho propulsor de especulações. De 1939 em diante, até 1945, a Carteira de Redescontos operava em redescontos bancários sem qualquer restrição. Por terem essas operações provocado emissões sucessivas de papel-moeda, sem que tivesse havido previamente aumento de produção, agravava-se o desequilíbrio econômico do País.

Pode ser avaliada a situação econômico-financeira do País, em 1946, pela declaração feita pelo Governo Ditatorial, em 2 de fevereiro de 1945, através da exposição de motivos do seu eminente Ministro da Fazenda, justificando a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito. Nessa exposição o Ministro da Fazenda afirmava peremptoriamente que:

"a inflação, em sua obra de desorganização da ordem econômica, estava criando uma situação caótica, impossível de controlar".

Tal afirmação apareceu em fevereiro de 1945, mas, até 29 de outubro do mesmo ano, a situação fora se agravando a passos largos, de modo que, no atual Governo, no início de sua gestão, a 31 de janeiro de 1946, em verdade coube deparar-se com o caos financeiro e econômico, que a Ditadura se afirmava "impossível de controlar".

Até outubro de 1945 tinha plorado imenso a devastação ocasionada pela inflação no organismo econômico da Nação. Com a criação imoderada de dinheiro haviam surgido as consequências econômicas, sociais e morais decorrentes das enormes perturbações dos preços. As especulações e os golpes de especulação constituíam atrativos. A proliferação das fortunas fáceis e as dissipações dos novos ricos da inflação agravavam os sofrimentos dos novos pobres, que viviam de salários, rendimentos fixos e vencimentos.

A ação perversa da inflação já havia produzido a instabilidade do meio econômico e social e os costumes muito tinham decado. Pelas repercussões da depreciação monetária sobre o Estado afluíam-se a unidade política da Nação.

Foi nesse mesmo ambiente que se iniciou, a 31 de ja-

neiro de 1946, o atual Governo.

Teve, ainda, o novo Governo de se deparar com uma gravíssima crise bancária, resultante das especulações geradas pela inflação de crédito e cuja amplitude muito se acentuara graças à liberalidade com que os Institutos, Caixas Econômicas e Autarquias efetuavam depósitos em bancos particulares, onde as taxas eram superiores às do Banco do Brasil.

A especulação criara mesmo um mercado de procura desses depósitos mediante elevadas comissões; bancos e casas bancárias, tinham sido fundados em profusão em todo o País. Pessoas alicadas à técnica bancária, atraídas unicamente pela ideia de lucros fáceis, tinham obtido cartas-patentes para criação de bancos e estes haviam surgido como cogumelos.

Apelões mencionados depósitos de Institutos bancários, atingindo mais de 1.500 milhões de cruzeiros, haviam sido utilizados, no Rio, quase exclusivamente em operações de especulação imobiliária, criando assim um novo mercado que se desenvolvia rapidamente e apresentava lucrativo, devido à alta de preços dos imóveis e dificultando a vida de todos em benefício de meia dúzia de especuladores.

Essas especulações tinham ocasionado, ainda, com o sacrifício da produção agrícola, a transferência de braços do interior para as obras vultosas que se promoviam nos grandes centros, principalmente no Rio e São Paulo, à custa de recursos de origem inflacionista: as emissões de papel-moeda e a expansão indiscriminada do crédito bancário.

Ao novo Governo cabria, pois, conjurar os perigos dessa gravíssima situação, gerada pelos factos contínuos das emissões de papel-moeda e a expansão imoderada do crédito bancário. Para corrigir o desequilíbrio econômico existente foi adotada uma política econômico-financeira, cuja execução teve de enfrentar os maiores obstáculos. Surgiu, logo, a oposição de determinadas forças, oriundas de grupos, cujo poder econômico muito se havia acrescido à sombra da inflação, com o sacrifício da maioria da população empobrecida pela redução do seu poder de compra, conseqüente à contínua depreciação da moeda.

Visou essa política corrigir os malefícios da inflação sem, entretanto, concorrer para qualquer depressão econômica.

Considerando o ritmo que se vinha processando a inflação monetária e as suas repercussões econômicas, sociais e financeiras, não será difícil apreciar as dificuldades que se apresentaram ao Governo, na execução de sua política antiinflacionista.

Foi constante preocupação dos executores dessa política afastar os fatores que pudessem contribuir para qualquer depressão econômica e ocasionar o desemprego. Por isso evitaram a deflação e não reduziram a circulação monetária.

O Banco do Brasil não fez deflação de crédito, mas cunheou o controle técnico visando o sustar as especulações. Mantive-se no mesmo nível o volume total dos empréstimos, pois, extinguindo-se os concedidos aos setores de especulação, foram as quantias assim liberadas, dirigidas para aplicações nos setores de produção de bens de consumo. Não obstante todos os esforços empreendidos para deter as emissões de papel-moeda, emitiram-se, ainda, em virtude da pressão de vários fatores inflacionistas, em 1946, 2.959 milhões de cruzeiros.

Apesar disso, os inflacionistas persistiram em afirmar que o Governo estava pondo em prática drástica deflação e com isso a Nação a uma horrível crise econômica.

Continuaram, também, a garantir que a produção não crescia por falta de financiamentos apropriados e que estes só se tornariam possíveis mediante largas emissões de papel-moeda.

Mas, para desmentir tais afirmações, as longas filas, constituídas de consumidores aflitos e em desespero, acotovelandose de fronte dos armazéns e lojas de gêneros alimentícios, ocasionadas pela escassez de utilidades essenciais e representando pesada herança da Ditadura, foram paulatinamente desaparecendo durante o ano de 1947, no Rio de Janeiro e outras capitais, denun-

tando, assim, maiores facilidades de abastecimento.

Também subsistiu a situação de pleno emprego.

O Banco do Brasil procurou estimular a produção de bens de consumo e extinguir as especulações; facilitou o financiamento da produção agrícola, principalmente a de gêneros alimentícios e evitou operações que pudessem redundar em retenção de estoques de mercadorias.

Também financiou largamente a aquisição de meios de transporte e concedeu créditos para a importação de automóveis de carga, locomotivas e vagões, máquinas agrícolas e de construção de rodovias, navios mercantes e materiais para equipamento ferroviário e portuário.

Financiou, ainda, os trabalhos de construção das variantes da Estrada de Ferro Central do Brasil, nos ramais de São Paulo e Minas Gerais.

Na esfera federal, o exercício de 1946 encerrou-se com um déficit de 2.633 milhões de cruzeiros.

Em 1947, segundo ano do atual Governo, foram bastante amadores os resultados de sua política econômico-financeira.

Apesar da forte pressão inflacionista, remanejo-se se emitiram, em fins de dezembro, 100 milhões de cruzeiros, os quais mais tarde, em 1948, foram resgatados.

O estancionamento das emissões e a sã orientação da política de crédito, amparando a produção e impedindo especulações, provocaram ruidosa campanha com a finalidade de demonstrar que a execução da política econômico-financeira do Governo estava levando o País a uma situação de colapso econômico.

Mas falharam totalmente essas valências e, em compensação, surgiram sinais, evidentes de recuperação econômica e ordem financeira do País. Com o estancionamento das emissões criou-se um clima mais propício ao desenvolvimento das atividades econômicas, assegurando também melhor rendimento aos fatores de produção.

Não conformando com a cessação das emissões, continuaram os inflacionistas a combater, por todos os meios, a política econômico-financeira executada pelo Banco do Brasil e sobre este fizeram convergir toda a carga de suas baterias. Reclamando sempre novas emissões de papel-moeda para o fomento largo da produção e expansão do crédito bancário, persistiram em proclamar o erro da orientação seguida.

Chegaram mesmo a asseverar que o estancionamento das emissões ocasionou a redução da produção nacional, impossibilitando, assim, a baixa do custo da vida.

Não obstante essas críticas, todos os fatores de produção conservaram-se plenamente aplicados. Não houve mão-de-obra disponível; cresceu sempre o consumo de energia elétrica e, em certas regiões do País, a capacidade geradora das usinas atingiu quase o ponto de saturação, não obstante a instalação de novas unidades. Todas as fábricas mantiveram-se em pleno regime de trabalho e muitas funcionaram com melhor produtividade técnica, conseqüente à instalação de novas maquinárias.

Subsistiu intenso o movimento de mercadorias.

A percentagem do aumento do consumo de energia elétrica, considerando-se englobadamente São Paulo e Rio, que, em 1946, fora de 3,6%, em relação ao ano de 1945, subiu para 10,2 %, em 1947.

Em 1948, a elevação atingiu a 16,3%.

Relativamente a 1945, o aumento de consumo de energia foi de 33%.

Em 1945, o consumo alcançou 1.506.743.085 kWh; em 1948, a 2.004.943.297 kWh.

A execução orçamentária, no exercício de 1947, encerrou-se com um "superávit" de 460 milhões de cruzeiros.

Em 1948, acentuou-se a melhoria da situação econômico-financeira. O Banco do Brasil continuou a financiar normalmente as safras dos principais produtos do País, prestando ampla assistência financeira, não só os produtores, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, como também aos comerciantes, pelas Cartas de Crédito Geral, dentro das prerrogativas regulamentares pertinentes a cada espécie de operação.

Não obstante esse amparo às atividades econômicas do País, inflacionistas adversários da política econômico-financeira

do Governo, em princípios de 1948, rumorosa campanha em torno de imminente crise bancária e da "escassez de numerário". A sagacidade dos observadores econômicos, entretanto, não passaram despercebidos certos aspectos dessa campanha que se desenvolveu com pertinência em vários setores do campo econômico-financeiro do País.

Embora todas as críticas feitas à execução da política econômico-financeira do Governo tivessem sido minuciosamente respondidas através do anterior Relatório do Banco do Brasil, persistiam, contudo, os adversários no afã de propagar as más acusações. Por ser a política do Governo a de combate à inflação, não se tem com ela conformado os inflacionistas e, por isso, lentam invalida-la por todos os meios.

A vozzeria feita em torno da "escassez de numerário" constituía apenas mais uma etapa da luta empreendida pelos inflacionistas contra o Governo, para forçá-lo a emitir largamente, favorecendo assim as especulações e os lucros excessivos de uma minoria de privilegiados, com o sofrimento atroz da maioria do povo brasileiro, que vive de salários e vencimentos ou rendimentos fixos.

A situação assemelhava-se muito a uma outra que se formou em meados de 1947, provocando o clamor de certa imprensa contra a passividade do Governo ante a iminente debacle econômica da Nação. Também naquela época, se clamava pela emissão de papel-moeda para evitar o aniquilamento da economia brasileira e ergueram-se até vozes inflamadas no Congresso advertindo o Governo e pressagindo o colapso econômico do País.

Entretanto, o ano de 1947 se fechou com superávit orçamentário numa situação de pleno emprego e de prosperidade, a economia brasileira. A campanha de 1948 surgiu com o clamor em volta da "escassez de numerário" e apelos a emissões.

EXPORTAÇÃO DE MILHO

Anos	Toneladas	Cr\$ 1.000
1945	123.018	153.336
1946	163.946	245.369
1947	110.951	183.032

De maio em diante foi acentuando a melhoria da situação econômica e a abundância das safras tornou muito favorável a perspectiva futura.

Para acudir com maior amplitude às legítimas necessidades de crédito no País, concedeu o Banco do Brasil a todas as suas Agências um aumento de 40% em suas margens de aplicação.

Muitas Agências tinham deixado de atender operações de desconto de duplicatas, com comprovantes de entrega da mercadoria, e de títulos sobre praças importantes, com garantia de conhecimentos de embarque de produtos essenciais, em virtude de se acharem esgotados os seus limites de operações.

Não poderia, portanto, o Banco do Brasil deixar de desamparar a economia brasileira em tal conjuntura e, por isso, deliberou elevar esses limites.

Principalmente em São Paulo, com o maior volume da produção, criou-se um aumento irremediável de negócios. Impossível de ser detido pelos Bancos, visto serem comerciais, altamente irrecusável todas as operações eram legítimas e havia, em contrapartida, a garantia de produtos acabados.

Os títulos descontados sobre Santos tinham a garantia de conhecimentos de café na base de Cr\$ 300,00 por saca.

Entretanto, o aumento de 40% nas margens de aplicação de todas as Agências do Banco do Brasil, não obstante haver produzido evidentes benefícios à economia brasileira, foi vivamente criticado nos meios técnicos do exterior e alguns economistas estrangeiros, em visita a nosso País, o consideraram providência de caráter inflacionista.

Arduo tem sido o esforço do Banco do Brasil em provento da economia brasileira, mas, infelizmente, os seus críticos muitas vezes se recolhem a gabinetes de estudo fechados e, afastando-se da realidade, se deleitam em apontar situações que só podem existir abstratamente.

Muitos estrangeiros visitam o Brasil à pressa, do avião, e, a cada sacm convencidos de

de papel-moeda como providência salvadora.

Procurou-se, mesmo, fazer publicidade sobre os benefícios das emissões de papel-moeda, chegando-se até ao paradoxo de afirmar que, para o combate à inflação, mister se tornava emitir largamente visto só assim se conseguiria o aumento da produção.

Assegurava-se, ainda, os emissões que, mediante o aumento da produção gerada por novas emissões de papel-moeda, se conseguiria absorver o excesso dos meios de pagamento!

Em maio de 1948 atingiu ao auge o clima dessa campanha e contra o Banco do Brasil deram os adversários violentos ataques, proclamando sempre que de sua política de crédito provinhavam todos os embargos com que se deparava a economia da Nação.

Mas não obstante esses ataques, o Banco do Brasil, firmemente, foi executando a política econômico-financeira do Governo e jamais faltou com a sua assistência à economia, de São Paulo ou de qualquer outro estado brasileiro não se desviando de amparar a produção e financiando-a sempre, de acordo com os dispositivos que lhe regem a concessão de créditos.

Não pôde, porém, atender a muitas pretensões de financiamentos desmedidos, incompatíveis com as possibilidades de seus recursos.

Convém ressaltar um paradoxo: ao mesmo tempo que os adversários da política econômico-financeira do Governo afirmavam haver diminuído a produção também reclamavam maiores financiamentos para atender a mobilização das safras visto serem elas abundantes.

Outro paradoxo foi a volumosa exportação de produtos agrícolas.

O caso do milho é muito expressivo: se a produção agrícola diminuiu, de onde provem o milho que se exportou em 1946, 1947 e 1948?

Os seguintes seguintes estatísticos o asuntem:

Anos	Toneladas	Cr\$ 1.000
1945	123.018	153.336
1946	163.946	245.369
1947	110.951	183.032

problemas. Nem sempre esses ilustres visitantes se abasteceram de informações em fontes puras e, por isso, frequentemente assistimos à propagação no exterior de rumores tendenciosos, que geram clima de desconfiança e prevenções prejudiciais ao País.

Por ser a verdade a representação da realidade, não precisa de propaganda; impõe-se por si própria.

Assim sendo, esperamos que com o decorrer do tempo, essa verdade se imponha espontaneamente a todos os observadores imparciais da situação econômico-financeira do Brasil.

Em fins de dezembro visitou nosso País eminente filantropo estrangeiro, acompanhado de três competentes assessores técnicos desempenhando importantes funções em uma grande Instituição monetária mundial e da qual faz parte o Brasil.

Depois de estudarem a situação brasileira, elaboraram esses técnicos um relatório preliminar, do qual vamos destacar alguns tópicos, relativos a apreciações sobre a execução da política econômico-financeira do Governo.

Durante o ano de 1948 foram vementes as reclamações contra a política de crédito do Banco do Brasil, que os reclamantes consideravam deflacionista e altamente prejudicial aos interesses da economia brasileira.

Agora, entretanto, os peritos estrangeiros, que examinaram a situação do País, declararam que a política de crédito do Banco do Brasil tem sido excessiva e aconselham providências drásticas.

Consideram perigoso o aumento do crédito agrícola e criticam o Banco do Brasil por estar assim, concorrendo para a inflação.

Destacamos do Relatório dos peritos estrangeiros os seguintes tópicos:

"A princípio o novo Governo se preocupou com os perigos da inflação e instituiu uma política de crédito e fiscal rigorosa, que teve tanto êxito quanto se poderia razoavelmente esperar. A

continuação dessa política seria, de fato, um grande acontecimento. Há várias indicações de que essa política de restrições esta sendo abandonada".

"O País ainda atravessa um período de expansão (boom), embora haja algumas opiniões acerca do declínio das construções. Para um observador, o montante das construções no Rio de Janeiro e São Paulo e ameaçadoramente muito maior do que em qualquer país europeu ou nos Estados Unidos. Os preços dos imóveis são fantásticamente altos".

"Embora haja muitos comentários a respeito do fim do 'boom' de construções, é duvidoso se, de fato, os investimentos decrescerão".

"A providência capaz de restringir os investimentos é a limitação drástica do crédito".

"O Governo comprometeu-se a aumentar o crédito agrícola através do Banco do Brasil. Não há dúvida que o financiamento da produção agrícola e seu escoamento é duvidoso, dispendioso e praticamente inacessível aos pequenos produtores, mas, apesar disso, a expectativa é a de que o Banco do Brasil conceda créditos de cerca de um bilhão e meio de cruzeiros com esse objetivo".

"Em virtude de ser isso desejável e mesmo necessário devido ao efeito favorável sobre a produção e distribuição, o Banco do Brasil deixa de ver a parte inflacionária dessa política".

Provém a atitude dos dirigentes do Banco do Brasil do fato de presumirem eles não poder haver inflação se os créditos forem a prazo curto e destinados realmente à produção.

"Tentamos, inutilmente, mostrar que um crédito agrícola liberará recursos para outros investimentos".

"Um nível de crédito bancário permanentemente cada vez mais alto para a agricultura ou outros fins, elevará a posição financeira do País e possibilitará a manutenção dos investimentos e o crescimento dos preços".

"Além disso, parte do crédito concedido pelo Banco do Brasil à agricultura repercutirá, sob a forma de depósitos, em outros bancos, aumentando-lhes, assim, tanto as reservas como a capacidade de conceder créditos e, por fim, a expansão do crédito agrícola contribuirá para nova inflação".

"A solução que propomos não foi a de negar novos créditos à agricultura. Sugerimos que o crédito fosse concedido em montante limitado e que o Banco do Brasil reduzisse outros créditos em montante equivalente. Tal política desviaria créditos da indústria e do comércio para a agricultura e seu efeito seria provavelmente antiinflacionário".

"Tememos que as restrições do ano anterior desapareçam e o crédito bancário se expanda consideravelmente".

"Não podemos deixar de referir este paradoxo: um Governo verdadeiramente desejoso de limitar a inflação e que alcançou algum êxito nessa trilha, está sendo forçado — pelo desejo de elevar o nível real dos salários e facilitar os financiamentos à agricultura — a uma política de crédito que somente pode crescer a inflação".

"Cumpram-nos evidências ao Brasil que para se impedirem novos aumentos de preços só existe um meio, que é a redução drástica do crédito".

"Havendo acentuada escassez de crédito também se reduzirá de modo significativo grande volume de investimentos".

...

E inegável a importância dos comentários e conceitos transcritos, em uma, ao mesmo tempo, revelem a incompre-

ensão do ambiente brasileiro por parte dos eminentes técnicos que subscreveram o Relatório sobre a situação do País.

Geralmente os peritos financeiros são ortodoxos e examinam as situações com muita rigidez, esquecendo-se sempre de computar, em suas apreciações, o fator psicológico, que é importantíssimo.

Uma coisa é estabelecer regras e planos para solucionar problemas econômicos e outra aplicá-los.

Quase sempre os planos econômicos-financeiros delineados em gabinetes de estudos, onde todos os aspectos dos problemas a resolver são minuciosamente examinados, sofrem decepções quando postos em prática.

São os imponderáveis fatores psicológicos a causa de tantos insucessos.

Quem executa uma política econômico-financeira precisa ter a atenção constantemente voltada para esses fatores cuja apreensão é muito difícil.

Agir drasticamente em matéria econômica financeira constitui política incompatível com o estado atual do mundo.

Nem mesmo nos países de regime totalitário poderá ela ser realizada.

Uma boa política econômica financeira precisa ter, no entanto, mas forçosamente, a flexibilidade necessária à atenuação de reações desfavoráveis que de modo inesperado possam ocorrer no campo das atividades econômicas.

Ao apreciar a situação brasileira, não se dispuseram os peritos estrangeiros a pesquisar os acontecimentos econômicos no País durante o período decorrido, entre 1930 e 1945 e nem considerar as imensas dificuldades que o Governo atual teve de vencer desde o seu início em janeiro de 1946.

Se tivessem analisado a situação brasileira naquele período, veriam que, de 1930 a 1945, nenhum exercício orçamentário se encerrou sem "déficit" e que, depois de 1940, com saldos se tem encerrado os exercícios financeiros.

Essa é a situação que o atual Governo tem de enfrentar o esforço do País em promover a restauração financeira do País.

Aos signatários do Relatório sobre a situação brasileira, também não interessou qualquer pesquisa acerca das emissões de papel-moeda na mesma época de 1930 a 1945 e de 1946 a 1948, de responsabilidade do atual Governo.

Se indagações a esse respeito, tivessem sido feitas, aos peritos estrangeiros não teria passado despercebido o estancionamento das emissões de papel-moeda depois de 1946 fruto, na exclusão da política econômica, financeira do Governo, no atual.

Constituiu, ainda, grande lacuna o fato de não terem os técnicos considerado em suas apreciações sobre a situação brasileira a influência dos fatores políticos, decorrentes da passagem de uma época de longa ditadura para um regime constitucional.

Mas o Relatório dos peritos estrangeiros teve o grande mérito de realçar a injustiça da campanha empreendida contra o Banco do Brasil pelos adversários da política econômico-financeira do Governo.

Esses adversários acusam o Banco do Brasil de estar recuando o crédito; os técnicos estrangeiros censuram-no por ampliar-lo.

Reclamam os adversários, crédito agrícola e afirmam que o Banco do Brasil o reduziu; acentuam, entretanto, os peritos estrangeiros que o crédito agrícola é perigoso declarar que o Banco do Brasil o está expandindo, e encarecem a necessidade de uma drástica redução.

Mas, apesar dessa divergência de julgamento, prosseguirá o Banco do Brasil sereno e confiante, na sua alta missão de sempre servir a economia da Nação com o constante objetivo de lhe assegurar um contínuo progresso.

Em novembro de dezembro de 1948, para atender as operações da Carteira de Redescontos o Banco do Brasil requisiou, do Ministério da Fazenda, a importância de 1.330 milhões de cruzeiros.

De 20 a 30 de novembro foram requisitados 250 milhões e em dezembro de 1948, 1.100 milhões de cruzeiros. Para atender a essas re-

quisições a Caixa de Amortização emitiu papel-moeda em valor correspondente.

As emissões assim realizadas através da Carteira de Redescontos, possuem o lastro de efeitos comerciais a prazo curto, e conferiram uma maior elasticidade à circulação monetária reclamada pela mobilização da volumosa produção já acabada e em condições de ser consumida.

Muitos comentários se fizeram em torno dessas emissões, mas não singularizaram elas qualquer mutação da política anti-inflacionista do Governo.

Estando a Carteira de Redescontos em pleno funcionamento legal, não se poderia eximir da obrigação de atender os bancos que lhe solicitassem redescontos, mediante a garantia de efeitos comerciais com as condições exigidas pela lei.

Os adversários da política econômica-financeira do Governo acobardaram-se, ilegais as emissões requisitadas para as operações da Carteira de Redescontos, assinalando, ainda, que, além de clandestinas, tinham por objetivo fornecer ao Tesouro exaustos novos recursos para as suas despesas.

Paradoxalmente, os inflacionistas, que vivem sempre sonhando com emissões de papel-moeda capazes de lhes propiciar novo clima de especulações, passaram a verberar a pretensa mudança de orientação da política monetária e a afugentar-se com o desaparecimento dos auspícios resultados com tamanho esforço já obtidos.

Houve mesmo quem anunciase a inundação do País por uma torrente de emissões de papel-moeda.

Mas todas essas afirmações constituíram apenas meras fantasias.

As emissões foram legais e obedeceram ao dispositivo da Lei n. 449, de 14 de junho de 1931, decretada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República.

Não se destinaram essas emissões a empréstimos ao Tesouro Nacional, suas contas no Banco do Brasil apresentavam saldos credores avultados.

Nenhuma letra ou promissória emitiu o Tesouro Nacional que, descontada pelo Banco do Brasil, fosse por este depois levada à Carteira de Redescontos.

Três motivos ocasionaram as emissões de novembro a dezembro de 1948:

- a) — as necessidades relativas ao escoamento de volumosa produção — já feita;
- b) — as necessidades estacionais de fim de ano;
- c) — as necessidades resultantes do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da União cujo pagamento, relativo aos meses de agosto, setembro e outubro, teve de ser feito conjuntamente com o de novembro.

O transporte financeiro das emissões que foram abundantes exigiu maior volume de numerário e todos os bancos foram obrigados a operar largamente para não deixar de atender necessidades legítimas da produção.

Para fazer face ao aumento de vencimentos não precisou o Tesouro Nacional recorrer a qualquer empréstimo visto possuir saldos credores no Banco do Brasil, mas a este coube mobilizar recursos, através da Carteira de Redescontos, para fortalecer sua caixa e assim honrar os cheques emitidos pelo Tesouro Nacional.

Foi, pois, a pressão exercida do chefe da ação conjugada dessas três causas que provocou as emissões de novembro e dezembro de 1948.

Essas emissões não podem ser interpretadas como alteração do rumo da política econômica-financeira vigente.

Nem sempre uma maior elasticidade da circulação monetária produz a inflação.

Desde que o maior volume do papel-moeda emitido esteja lastreado por efeitos comerciais a prazo curto e representativos de produção efetiva, isto é, já acabada e em condições de ser consumida não haverá inflação; isto só existirá se o papel-moeda emitido não possuir a contrapartida da produção.

E' por isso que uma emissão de papel-moeda feita para estimular a produção ocasiona inflação; a prensa litográfica funciona instantaneamente mas a produção demanda tempo.

E' essa defasagem que produz a inflação.

Sem elasticidade de circulação monetária não poderá haver ritmo regular de produção e será sempre defeituoso qualquer sistema de crédito.

Agora, entretanto, com a existência da Superintendência da Moeda e do Crédito, que possui atribuições de Banco Central, o País está preparando o caminho para a fundação, muitos benefícios poderá colher a economia do País, desde que se impeçam os inconvenientes que a distorção de funcionamento da Carteira de Redescontos ocasionou no passado.

Datas	Cr\$ 1.000,00
Em 28-1-1949	19
" 29-1-1949	25
" 31-1-1949	50
" 24-2-1949	75
" 25-2-1949	45
" 28-3-1949	75
" 20-3-1949	75
" 30-3-1949	50
Total	470

A qualidade principal de um instrumento de circulação é a sua elasticidade, isto é, a facilidade de aumentar ante as necessidades da atividade econômica e, em seguida, diminuir quando a pressão se atenua, impedindo, assim, tanto um excesso de moeda em circulação quanto uma acentuada escassez em face das operações efetuadas.

Nas épocas de safra deve haver expansão de circulação monetária para corresponder à intensa procura de moeda indispensável ao escoamento das mesmas.

Se houver inflexível rigidez de circulação nessas épocas ocorrerão grandes dificuldades consequentes à escassez do numerário indispensável ao movimento das transações.

Em seguida, após o escoamento das safras e a liquidação das transações, sobrevém superabundância de moeda, precisamente em ocasião de pouca procura para aplicações legítimas.

Essa abundância de moeda só aproveitará aos especuladores.

Por isso, tanto a inelasticidade da circulação como a do crédito constituem um incentivo à instabilidade dos mercados monetário e financeiro.

O escoamento das safras provoca uma multidão de transações que se manifestam em efeitos comerciais, que, descontados pelos bancos, vão depois ser redescontados nos Institutos de redescontos.

Pagos esses efeitos nos vencimentos, deverá o papel-moeda ser recolhido, desde que não seja solicitado para novos redescontos.

Destarte não haverá qualquer tensão excessiva do mercado no período de atividade e nem superabundância de moeda durante o período de calma.

Para que um sistema central de redescontos possa funcionar livremente e fornecer aos bancos o apoio necessário, tornando líquidos, a qualquer momento, os valores saídos de suas caixas e transformando-os em moeda, é indispensável que possua o privilégio de emissão com a flexibilidade necessária para se adaptar às exigências temporárias do movimento dos negócios.

As emissões dos Bancos de Reserva dos Estados Unidos são lastreadas por efeitos comerciais de primeira ordem e estão organizadas para assegurar a elasticidade da circulação nos dois sentidos, tanto de expansão como de contração.

Há uma diferença entre efeito comercial "seguro" e "certo". Não basta que um banco tenha a certeza de reembolso de um empréstimo concedido com a garantia de toda a fortuna de um cliente; é preciso que o papel descontado se liquide por si mesmo, isto é, traga no vencimento um pagamento em espécie. Se isso não ocorrer, o banco deixará de ser comercial para se transformar em instituto de investimentos.

O papel-moeda emitido pelo Instituto de Redescontos deve ter o lastro de efeitos comerciais, isto é, títulos que representem transações comerciais.

Mas o papel-moeda assim emitido, após haver preenchido a sua finalidade, deverá ser recolhido para não obstruir e inflar a circulação.

Resgatado o efeito comercial no dia do vencimento, o papel-moeda recebido deverá voltar ao Instituto que o emitiu.

E' se emitirá o papel-moeda em resposta a transações comerciais e, terminadas estas, deverá voltar ao Instituto de Redescontos; assim sendo, os movimentos da circulação devem se adaptar aos dos negócios.

Uma das principais finalidades do Federal Reserve Act de 23 de dezembro de 1913, foi a de dotar os EE. UU. com uma circulação monetária elástica, isto é, capaz de aumentar desde que aumentasse a demanda do crédito.

A inelasticidade da circulação monetária americana era o

seu principal defeito, pois o suprimento de moeda era limitado por fatores que não tinham relação com as necessidades monetárias do público não possuindo, os bancos a capacidade de expandir a circulação quando essas necessidades se apresentavam em determinadas épocas. Existem pronunciados movimentos estacionais de demanda de moeda.

Antes do Natal, quando o volume de compras no varejo se expande, largas somas de moeda adicional são necessárias para os pagamentos à vista.

Os sistemas monetários modernos são elásticos. O volume da moeda não é constituído por uma soma imutável, mas varia para mais ou para menos conforme as alterações da demanda do público.

Assim, sai dos bancos o numerário quando a procura do público aumenta e a eles retorna quando essa regride.

Consiste precisamente nesse movimento a essência de uma circulação monetária elástica.

Mas o volume da circulação monetária não é determinado pelos bancos ou pelo Tesouro e sim pelo público. Deve a moeda ajustar-se às necessidades econômicas.

Quando o volume aumenta em decorrência das necessidades da produção e distribuição de mercadorias, isso constitui um benefício; mas, quando a demanda de moeda resulta de atividades especulativas e anti-econômicas, devem as autoridades monetárias promover a redução do volume da circulação.

A complexidade dos fatos monetários e das leis que os regem provém do entrelaçamento de diversos fatores, de certo ponto contrários.

Por isso devemos evitar tanto o dogmatismo como o empirismo.

Uma interpretação muito dogmática, como a dos metalistas e quantitativistas, deixando escapar grande parte da verdade, não reconhece quanta flexibilidade e relatividade os fenômenos monetários permitem.

Uma concepção monetária, meramente empírica, conduz os seus adeptos a julgarem que, a esse respeito, tudo seja possível, inclusive permitir às fantasias e caprichos dos legisladores um campo de eficiência que efetivamente não possuem, pois que as leis da psicologia humana e o jogo dos mecanismos econômicos lhes criam insuperáveis obstáculos.

Os fenômenos monetários estão sujeitos tanto a matemática como à psicologia.

Por intervir a moeda na troca que pode sempre ser apresentada sob a forma de equação, e, também, por agir a quantidade da moeda sobre o seu valor, têm os fenômenos monetários sido traduzidos por formulas.

Entretanto, tais formulas, podendo ser úteis como esquemas aproximativos, nunca encerram o real em sua integração, porque os fenômenos psicológicos, individuais ou coletivos, intervêm ao lado dos elementos numéricos.

Mas não exprime isso que a moeda não possa ser objeto de ciência e não esteja sujeita a leis rigorosas.

Psicológico não significa indeterminado e os fatos humanos e sociais, a despeito de seu caráter psicológicos, estão sujeitos a regularidades não inevitáveis como as do mundo físico.

Mas as ações e reações que provocam nem sempre convergem para rigorosamente equacionadas. A intervenção de um elemento subjetivo pode ocasionar apreciações que não representam o simples resultado objetivo dos fatos materiais e numéricos que lhes constituem a parâmetro de partida.

E' essa razão pela qual as alterações do valor de uma moeda, muitas vezes, se acentuam mais do que poderiam justificar os elementos econômicos e financeiros de balanço de uma nação.

Os fenômenos monetários são altamente influenciados por, geralmente, o Estado intervém na fixação da unidade de conta.

na adoção do sistema monetário, na unificação das moedas e emissão de papel-moeda.

Muitos autores têm escrito sobre sistemas monetários com idéias preconcebidas, estabelecendo um corpo doutrinário, em que incluem os fatos e as teorias favoráveis à tese sustentada.

A história das moedas revela a adaptação periódica de seus valores à situação econômica. Mas as alterações monetárias, adaptando-se à evolução econômica, jamais deverão ser provocadas pela situação financeira do Estado.

Em matéria monetária devemos nos subtrair ao classicismo e a ortodoxia.

O classicismo anterior à primeira guerra mundial assentava sobre a dupla idéia de moeda-ouro imutável e moeda-ouro circulante em mãos do público; o atual está ligado à idéia de moeda estavel, mas não imutável, e de reservas concentradas em um banco central.

Os fatos contemporâneos provocaram no mundo uma inflação incontrolável, obrigando todos os Estados a manipularem suas moedas.

Os aspectos do problema monetário são múltiplos e complexos, mas uma moeda estavel é garantia de manutenção de uma economia estavel.

Com a segunda guerra mundial tornou-se muito confuso o pensamento econômico, consequente à reinante inquietação de todas as camadas sociais das nações.

Mas o problema da moeda, constituindo a principal preocupação dos povos, adquiriu excepcional importância nestes últimos anos e deve ser considerado com realismo.

Constitui a moeda, ao mesmo tempo, um intermediário de trocas, uma medida de valores, um poder de compra e um poder liberatório.

A moeda já foi uma mercadoria, mas para isso precisa ser material. Uma moeda de ouro ou um certificado de ouro preenchem a condição material, mas são mercadorias de gênero

Os seguintes números demonstram não ter havido deflação de crédito nem monetária.

Anos	Cr\$ 1.000,00 Moeda Circulante	Moeda Escritural	Meios de Pagamento (Total)
1915.....	17.535	23.955	41.490
1946.....	20.494	26.163	46.657
1947.....	20.599	29.739	50.338
1948.....	21.696	32.224	53.920

Uma política inflacionista não deve impedir a realização de empréstimos necessários à preservação e desenvolvimento das oportunidades de emprego e produtividade de tuturas.

Procurou o Banco do Brasil, com a sua política de crédito, alisar o ambiente econômico e concorrer, entretanto, para qualquer declínio.

Censuram-se, frequentemente, os bancos por não concederem com liberalidade ao comércio, às indústrias e à agricultura o crédito de que necessitam. Mas os bancos são apenas distribuidores de disponibilidades monetárias espontaneamente formadas pelas forças econômicas da coletividade e que lhes foram confiadas.

Quando os depósitos aumentam, a função essencial dos bancos consiste em canalizar o crédito para aplicações produtivas que representem a criação de novas riquezas, concorrendo assim para o desenvolvimento racional e harmônico dos mercados interno e externo.

Em realidade essa função é criadora. Mas a distribuição do crédito só pode ser feita, mediante garantias suficientes, reais ou pessoais, aos que se dispõem a expandir seus meios de produção ou a criar empreendimentos novos, valorizando riquezas ainda inexploradas.

Não são os bancos os iniciadores do progresso econômico e sim colaboradores dos pioneiros da criação industrial ou comercial.

Por motivo de segurança e probidade precisam os bancos ser prudentes na concessão de créditos, pois, devendo a seus depositantes, cumpre-lhes manter em seus ativos, com contrapartida de seus débitos, somente valores certos.

O crédito dispensado pelos bancos não é gerador de inflação quando se destina à produção e cresce a massa de bens paralelamente ao poder de compra.

No caso da criação de uma nova empresa de produção, durante todo o tempo de sua instalação, e ela exclusivamente consumidora.

Consumo, materiais, primas, maquinaria e mão de obra, são gastos salariais. Se não houver produção passada a produzir mais tarde, mas no presente absorvem riquezas, não as criam.

Se os bancos aplicarem seu poder de crédito em financiar a instalação de empresas, não resultará com a menor dúvida um consumo crescente sem que

especial, incapaz de corresponder diretamente a qualquer satisfação humana. Como ilustração podemos referir o caso do aventureiro que morreu de fome ao lado do seu tesouro de ouro.

Nos últimos anos tem se acrescido o número das moedas que vêm perdendo a qualidade de valor material, transformando-se em moedas imateriais, simples bônus de compra ou moedas signos.

A rarefação dos meios de pagamento tem se imputado a baixa de preços, o que equivale a dizer que a causa da baixa de preços é de natureza exclusivamente monetária.

Mas não é tão absolutamente provado que só a quantidade de moeda possa agir sobre o valor das mercadorias.

Uma boa política monetária deve impor à moeda a obrigação de servir às atividades econômicas da Nação e impedir que estas sofram o domínio daquela.

Moderou-se, em 1948, a mentalidade de idolatria do crédito, a que nos temos referidos nos relatórios anteriores, mas, apesar disso, muitos idolatras persistiram em lhe exaltar os grandes milagres.

Outros, entretanto, desalentados pelos insucessos, passaram a chamar a atenção dos desprevidos para as ilusões do crédito.

Os inflacionistas mantiveram-se permanentemente em campo reclamando sempre contra a restrição de crédito do Banco do Brasil.

Mas o Banco do Brasil não praticou a política de deflação do crédito; canalizou-o para os setores de produção de bens de consumo e impediu as operações de especulação.

O total do meio de pagamento que, em janeiro de 1948, era de 50.656 milhões de cruzeiros, ascendeu em dezembro a 53.920 milhões de cruzeiros.

A moeda escritural passou, nas mesmas datas, de 30.267 milhões a 32.224 milhões de cruzeiros.

Os seguintes números demonstram não ter havido deflação de crédito nem monetária.

Anos	Cr\$ 1.000,00 Moeda Circulante	Moeda Escritural	Meios de Pagamento (Total)
1915.....	17.535	23.955	41.490
1946.....	20.494	26.163	46.657
1947.....	20.599	29.739	50.338
1948.....	21.696	32.224	53.920

Uma política inflacionista não deve impedir a realização de empréstimos necessários à preservação e desenvolvimento das oportunidades de emprego e produtividade de tuturas.

Procurou o Banco do Brasil, com a sua política de crédito, alisar o ambiente econômico e concorrer, entretanto, para qualquer declínio.

Censuram-se, frequentemente, os bancos por não concederem com liberalidade ao comércio, às indústrias e à agricultura o crédito de que necessitam. Mas os bancos são apenas distribuidores de disponibilidades monetárias espontaneamente formadas pelas forças econômicas da coletividade e que lhes foram confiadas.

Quando os depósitos aumentam, a função essencial dos bancos consiste em canalizar o crédito para aplicações produtivas que representem a criação de novas riquezas, concorrendo assim para o desenvolvimento racional e harmônico dos mercados interno e externo.

Em realidade essa função é criadora. Mas a distribuição do crédito só pode ser feita, mediante garantias suficientes, reais ou pessoais, aos que se dispõem a expandir seus meios de produção ou a criar empreendimentos novos, valorizando riquezas ainda inexploradas.

Não são os bancos os iniciadores do progresso econômico e sim colaboradores dos pioneiros da criação industrial ou comercial.

Por motivo de segurança e probidade precisam os bancos ser prudentes na concessão de créditos, pois, devendo a seus depositantes, cumpre-lhes manter em seus ativos, com contrapartida de seus débitos, somente valores certos.

O crédito dispensado pelos bancos não é gerador de inflação quando se destina à produção e cresce a massa de bens paralelamente ao poder de compra.

No caso da criação de uma nova empresa de produção, durante todo o tempo de sua instalação, e ela exclusivamente consumidora.

Consumo, materiais, primas, maquinaria e mão de obra, são gastos salariais. Se não houver produção passada a produzir mais tarde, mas no presente absorvem riquezas, não as criam.

Se os bancos aplicarem seu poder de crédito em financiar a instalação de empresas, não resultará com a menor dúvida um consumo crescente sem que

especial, incapaz de corresponder diretamente a qualquer satisfação humana. Como ilustração podemos referir o caso do aventureiro que morreu de fome ao lado do seu tesouro de ouro.

Nos últimos anos tem se acrescido o número das moedas que vêm perdendo a qualidade de valor material, transformando-se em moedas imateriais, simples bônus de compra ou moedas signos.

A rarefação dos meios de pagamento tem se imputado a baixa de preços, o que equivale a dizer que a causa da baixa de preços é de natureza exclusivamente monetária.

Mas não é tão absolutamente provado que só a quantidade de moeda possa agir sobre o valor das mercadorias.

sada do encargo dos capitais circulantes e que não poderia desempenhar com a flexibilidade e elasticidade necessárias.

A princípio foi necessária a função do crédito, mas depois cobriu todo o campo da deflação e eliminou dessa tarefa a economia.

Colocando à disposição do campo econômico massa importante de capitais circulantes, liberou o crédito bancário massa equivalente de capitais imobilizados.

Em resumo, a função do crédito bancário tem sido a de efetuar a substituição da economia.

Mas a insuficiência relativa de capitais de economia em relação ao volume de crédito bancário, consideravelmente acrescido, pode determinar desajustamento econômico-financeiro de mais alta gravidade.

A excessiva expansão do crédito bancário gera a alta de preços de todos os produtos, isto é, a inflação, que significa, cedo ou tarde, reação e crise.

Antigamente a economia social desempenhava a tarefa de realizar a criação econômica. O crédito, a princípio, substituiu a economia em suas posições de primeira linha; hoje caminha na vanguarda.

A economia, que outrora precedia, limita-se a seguir, substituindo-o nas posições conquistadas. Inverteram-se os papéis, mas uma solidariedade maior continua a unir os dois protagonistas do drama econômico.

Ajustar a economia ao crédito constitui problema angustiante, pois de seus desajustamentos podem surgir graves desequilíbrios econômicos. Cabe aos Bancos Centrais o encargo do controle e disciplina do crédito.

Não havendo ainda no Brasil um Banco Central, é o controle do crédito exercido pela Superintendência da Moeda e do Crédito mas o Banco do Brasil, através de suas Carteiras, desempenha papel importante como executor da política de crédito.

Durante o ano de 1948 foram constantes os apelos a financiamentos mediante emissões de papel-moeda, mas o Banco do Brasil conseguiu satisfazer as solicitações legítimas da economia sem entretanto promover a expansão do crédito.

Pretendem os inflacionistas realizar o desenvolvimento econômico do País por meio de emissões de papel-moeda e expansão do crédito bancário.

Embora frequentemente aludam aos êxitos alcançados em certos países pelos financiamentos efetuados, mediante larga expansão de crédito bancário, todavia nada referem acerca do seu mecanismo.

Nesses países, entretanto, a principal preocupação dos executores da política de grandes investimentos consiste em promover a formação de capitais por meio de economias compulsórias.

O aspecto mais significativo das sociedades econômicas da época atual é o de um progresso contínuo da produção graças ao desenvolvimento dos capitais.

Mas se progresso gigantesco só se tornou possível mediante a economia e a formação de capitais. A poupança é a amadora da economia. Não pode haver progresso em um país sem um desconto sobre a produção, sem a constituição de reservas que permitam criar máquinas, casas, vias férreas, usinas, etc.

Nos países de regime coletivo, onde só há salarizados, esse desconto constitui uma diminuição de salário.

Esses países retiram de quatro fontes os fundos necessários ao seu desenvolvimento econômico: lucros industriais, lucros comerciais, impostos sobre o volume de negócios e empréstimos. Pouco pedem à inflação monetária. Nos países coletivistas, onde os preços são autoritariamente fixados, as altas são provocadas pelo Governo para estimular os lucros. O lucro é dividido em duas partes: uma desempenha o papel de fundos de reserva e expansão das empresas, outra constitui receita orçamentária do Estado.

O Tesouro canaliza esses fundos de reserva para a indústria, o comércio ou agricultura quando não são utilizados em empreendimentos públicos e armamentos.

As autoridades também se tiram para a constituição de reservas, reservando-as e investindo-as em fundos de reserva e expansão das empresas, outra constitui receita orçamentária do Estado.

O Tesouro canaliza esses fundos de reserva para a indústria, o comércio ou agricultura quando não são utilizados em empreendimentos públicos e armamentos.

As autoridades também se tiram para a constituição de reservas, reservando-as e investindo-as em fundos de reserva e expansão das empresas, outra constitui receita orçamentária do Estado.

Os consumidores fazem as despesas da formação de capitais, nos países coletivistas, mas

por métodos diferentes dos usados nos países liberais.

Nos países de regimes totalitários, embora não coletivistas, também se promove a formação de capitais mediante as economias compulsórias.

Precisamente nesses países foi que se desenvolveram os vastos financiamentos mediante larga expansão de crédito, a que se referem com tanto entusiasmo os nossos inflacionistas.

Convém, pois, aluciar as características desses financiamentos.

O Estado força a formação de capitais, fazendo incidir impostos sobre os salários, ordenados e vencimentos; além disso congela-lhes os níveis, reduzindo-lhes, assim, o poder de compra. Também os força a subscrever empréstimos. São taxados os dividendos superiores a 6% e congelados os lucros superiores a esse rendimento. Incide sobre os lucros das sociedades anônimas um imposto que absorve 30% dos lucros brutos. Além disso os lucros das empresas são obrigatoriamente empregados em subscrição de empréstimos de consolidação. O Estado controla os depósitos bancários e os titulares das contas correntes são obrigados a subscrever empréstimos desde que os saldos excedam um limite fixado em nível baixo. A formação de capitais é a lei desses regimes totalitários e é necessária para reabsorver os créditos de antecipação criados pelos financiamentos.

Num dos países em que esse sistema de financiamento foi realizado com êxito, entre 1933 e 1938, ocorreram condições muito favoráveis; havia um alto volume de desemprego e a utilização da capacidade do equipamento industrial correspondia apenas à percentagem de 40%.

Não houve inflação monetária e o sistema bancário funcionou dirigido por um Órgão Central, com poderes discretórios.

Os preços foram estabilizados e houve monopólio estatal do comércio exterior.

A expansão de crédito pôde ser efetuada em a correspondente ampliação na circulação monetária.

A moeda não foi utilizada como instrumento de financiamento; ao contrário, como a circulação ficou abaixo dos índices da atividade econômica, ocorreu uma maior rotação do moeda.

Criou-se tecnicamente um clima econômico desfavorável à inflação, mediante estas providências: compressão rigorosa dos rendimentos de consumo pela estabilização das tabelas de salários, rigor fiscal que absorvia anualmente soma avultada de rendimentos do trabalho normalmente destinados ao consumo; consolidação de créditos flutuantes por meio de empréstimos e taxações maciças sobre os lucros, impostos sobre lucros de sociedades anônimas, lucros individuais, dividendos e lucros excessivos.

Aos nossos inflacionistas certamente não agradariam os financiamentos feitos em tais condições.

Derros desajustamentos econômicos causou a política de financiamentos, mediante recursos inflacionistas, que foi adotada no País no período decorrente entre 1920 e 1945.

Inútil tem sido o esforço da demagogia financeira em ofuscar os males que as emissões de papel-moeda infligiram à massa de trabalhadores, cujo padrão de vida se reduziu em consequência da alta dos preços.

Foi tremendo o legado de dificuldades que tocou ao atual Governo, em 1948. Constituiu condição essencial para o desenvolvimento econômico de um País a ordem financeira resultante do equilíbrio de seus orçamentos.

Dos contínuos "deficits" orçamentários sempre costumam promanar desordens sociais que conduzem fatalmente as Nações à escravidão.

Geralmente acarreta a alta de preços, eras pelos desequilíbrios orçamentários e também pela inflação monetária, crises afimamentos e massas injustas de classes que vivem de salários, ordenados fixos.

Assim toda política financeira capaz de assegurar o equilíbrio orçamentário, portanto, a ordem financeira, estabelece condições de dignidade e conforto à vida dos trabalhadores, mas a que necessita no regime de constantes "deficits" conduza os trabalhadores à degradação e escravidão.

Em 15 anos que decorreram

entre 1939 e 1945 foram constantes os "deficits" orçamentários.

RECEITAS E DESPESAS

Cr\$ 1.000.000

ANOS	RECEITAS	DESPESAS	DEFEITO
1939	1.571	2.510	939
1941	1.753	2.040	287
1942	1.750	2.059	309
1943	2.078	2.391	313
1944	2.510	3.040	530
1945	2.722	2.872	150
1946	3.127	3.220	93
1947	3.462	4.143	681
1948	3.878	4.732	854
1949	3.798	4.333	535
1940	4.036	4.025	11
1941	4.043	4.031	12
1942	4.377	5.745	1.368
1943	5.443	5.944	501
1944	7.950	7.451	499
1945	9.452	8.850	602

Foram noivos a economia da Nação os efeitos de uma cadência de "deficits" orçamentários durante tão longo período.

Acentuaram-se os desequilíbrios entre vários setores da economia, provocando o aumento contínuo dos preços.

Agravou-se o desajustamento entre as atividades agrícolas e industriais, incentivando a transferência de trabalhadores rurais para as cidades.

O crescimento das dificuldades de financiamento das estradas de ferro em virtude do desajustamento dos preços e custos e o peso de reduziu a capacidade de transportes.

Desenvolveu-se uma mentalidade de alto lucro inflacionista que desviou economias coletivas para especulações imobiliárias nas cidades.

Mas essas economias financeiras geraram, a construção de edifícios comerciais e de apartamentos destinados a uma minoria de abastados ou ricos.

Com a alta contínua do custo da vida, entretanto, reduziu-se o poder de compra da maioria constituída de trabalhadores e de todos os que vivem de salários e vencimentos fixos.

Foi a "economia forçada" proveniente da redução de consumo, dessa maioria, cujo padrão de vida baixou em consequência da depreciação da moeda, quando os salários continuavam "deflacionados".

São muito expressivos os resultados ao seguinte quadro:

RECEITAS E DESPESAS

Cr\$ 1.000.000

ANOS	RECEITAS	DESPESAS	DEFEITO
1939	1.571	2.510	939
1941	1.753	2.040	287
1942	1.750	2.059	309
1943	2.078	2.391	313
1944	2.510	3.040	530
1945	2.722	2.872	150
1946	3.127	3.220	93
1947	3.462	4.143	681
1948	3.878	4.732	854
1949	3.798	4.333	535
1940	4.036	4.025	11
1941	4.043	4.031	12
1942	4.377	5.745	1.368
1943	5.443	5.944	501
1944	7.950	7.451	499
1945	9.452	8.850	602

mentários e consecutivas anulações de papel moeda, que possibilitou o surto dos lucros excessivos de uma minoria.

Cabe a responsabilidade da injustiça social e da desordem financeira gerada pela constância dos "deficits" orçamentários que, por sua vez, provocaram sucessivas emissões de papel-moeda.

Foi esse o tremendo problema que teve de solucionar a política econômica, financeira do Governo, que se iniciou em 31 de janeiro de 1946.

Só enunciação já é evidenciar as imensas dificuldades da situação.

Concentram-se no exercício de 1946 todas as consequências do regime deflacionário dos primeiros anos.

Teve o orçamento de 1946 de lutar com o peso dos encargos oriundos do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da Nação.

Por isso o trabalho de reajustamento dos desequilíbrios sociais, econômicos e financeiros, mas com paciência, dedicação e perseverança os esforços foram sendo paulatinamente compensados e os benefícios da nova política começaram a aparecer.

Para comprovar os resultados dessa política em vez de longas explicações, mais expressivo são os resultados do seguinte quadro:

RECEITAS E DESPESAS

Cr\$ 1.000.000

Anos	Receitas	Despesas	Resultados
1946	11.570	14.203	- 2.633
1947	13.353	13.383	+ 30
1948	15.699	15.606	+ 93

Encerrou-se o exercício de 1946 com um déficit de 2.633 milhões de cruzeiros, fruto ainda da desordem financeira provocada pelos desequilíbrios orçamentários do período 1939 a 1945.

Mas, no exercício de 1947, da execução orçamentária resultou um superávit de 400 milhões de cruzeiros.

No exercício de 1948 o superávit foi de 3 milhões de cruzeiros, não obstante ter ocorrido um acréscimo de despesa de 831 milhões de cruzeiros, resultante do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares da União.

Restaurou, assim, a política econômica-financeira do Governo, pelo equilíbrio orçamentário, a ordem financeira tão necessária ao desenvolvimento econômico da Nação.

Asssegurada a estabilidade financeira, poderão ser defendidos e realmente amparados, sem estériles demagogias, os altos interesses da maioria, constituída pela classe de trabalhadores que vivem de salários, vencimentos ou rendimentos fixos.

Sem ordem financeira jamais será possível corrigir as injustiças sociais e assegurar melhor padrão de vida às classes trabalhadoras.

Representa o desejo de lucro o princípio fundamental da economia.

É esse desejo de lucro que leva o homem a produzir quantidades sempre maiores de mercadorias e a procurar convertê-las em moeda antes de as trocar por outros bens.

O aparente antagonismo entre o capital e o trabalho resulta somente do fato de ambos, em concorrência, visarem a mesma presa: o lucro.

Procura o trabalho sempre crescer o seu rendimento. Por isso o operário e o empregado reclamam aumento de salários.

Por sua vez, o industrial, o comerciante, o banqueiro, o advogado e o médico decidem também aumentar o preço de seus serviços.

São visíveis os salários daqueles mas invisíveis os seus. Os impostos representam o salário do Estado.

Independente das necessidades imediatas, é constante o esforço dos que trabalham em

conseguir o aumento de seus lucros.

Existe mesmo uma tendência humana a considerar sempre insuficientes os salários auferidos.

Sobre o assunto existem estatísticas muito interessantes. Na Grã-Bretanha o índice de salários subiu, de 1890 a 1939, de 54 a 57 e dobrou até 1910. Em 1913 chegou a 140 e, em 1939, a 197.

Explicam essa elevação a "pressão salarial", o crescimento das necessidades dos trabalhadores e, também, desde o fim do século passado, a alta do custo da vida.

Em França, a média dos salários passou de 100, em 1810, a 380, em 1931.

Há a considerar que esses salários foram calculados por dia de trabalho, correspondendo, entretanto, a número decrescente de horas, 12, em 1850; 11, em 1870; 10, em 1900 e 8, em 1919.

Verifica-se, assim, que os salários apresentam uma tendência à alta em todos os países, sejam quais forem as situações econômicas ou as organizações sociais.

Constitui a "pressão salarial" uma força cuja ação é contínua, tanto no meio dos empregados quanto dos empregadores.

Quando a "pressão salarial" manifesta violência ou prossegue sem reações durante longo período, provoca altas resistências do custo da vida.

Mas têm os salários uma perpetua tendência à alta e isso representa uma realidade histórica e constitui uma necessidade econômica.

Nos países totalitários ou coletivistas, são os princípios inspiradores da política de salários inteiramente diversos dos adotados nos países liberais.

Naqueles as considerações econômicas e políticas superam as sociais: não se procura atingir o bem-estar dos trabalhadores, mas sim a grandeza e prosperidade do país.

Nos regimes totalitários o preço dos salários é fenômeno decisivo, seja para regular o consumo ou estabelecer os custos da produção e preços, seja para estabilizar a moeda, evitando-se o déficit orçamentário e o do balanço comercial.

Nos países totalitários ou coletivistas, o salário é dirigido, isto é, fixado pelo Governo.

Visa essa política a consecução da estabilidade dos preços, pois que evita esta as discussões entre empregados e empregadores. Com os salários e preços estabelecidos desaparecem as controvérsias: essa é a tese dos coletivistas.

Foi à custa de salários baixos que os países coletivistas ou totalitários conseguiram construir novas indústrias, principalmente as de armamentos.

Nesses países os sindicatos foram extintos e desapareceu o direito de greve.

Consiste a ideologia desses regimes no seguinte: igualdade de trabalho, manual e intelectual, obrigação de trabalho, grandeza do trabalho social, à coletividade e ao país.

O operário, porém, não é livre e não é bem pago.

ao Fundo Monetário Internacional não representou uma diminuição de reservas, pois a tendência de acumulação de ouro, obtida pelo Fundo, em parcelas anuais, dividas de outros países, até 5 vezes o valor da quota subscrita.

Em 30 de junho de 1948 fizeram ao Fundo Monetário a declaração do valor-par do cruzeiro, que foi fixado em Cr\$ 18.50 por 1 dólar americano.

Tomando-se por base o preço internacional do ouro, de 33 dólares por onça troy ou US\$ 1.125.275 por grama de ouro fino, o conteúdo metálico do cruzeiro correspondente a gr. 0.0480363 de ouro puro.

A quota subscrita pelo Brasil foi de 150 milhões de dólares; desse montante 25% deveriam ser entregues em ouro.

Foi essa parte em ouro que o Brasil integrou no Fundo Monetário em 13 de setembro de 1948. Essa integração correspondeu a 2.700 barras de ouro, pesando 1.071.000.861 onças troy, no valor de US\$ 37.485.030.10.

O restante da quota, equivalente a 112 milhões e 500 mil dólares, foi entregue, em cruzeiros, mediante depósito em conta, à disposição do Fundo, na Superintendência da Moeda e do Crédito.

Esses fatos concorreram para firmar o prestígio internacional do cruzeiro, permitindo-lhe ser aceito como instrumento de troca em convênios internacionais e, também, para acrescer nossas possibilidades, pois ficamos habilitados a obter, do Fundo, divisas de outros países, contra a entrega de nossa moeda.

Não obstante esses acontecimentos, persistem os especuladores em propagar, aqui e no estrangeiro, rumores acerca da desvalorização de cruzeiros.

Conservam-se obstinadamente articulados a elementos do exterior os maquinadores indigenas da pretensa desvalorização do cruzeiro.

Não há desmentido oficial que os detenha na ansia de especular. Necessitando, para livremente agirem, de ambiente de desconfinança, foram telegramas lançando boatos incriveis que se espalham com facilidade nos principais centros financeiros do mundo.

Chegam até a precisar com antecedência a data em que o cruzeiro será desvalorizado!

Mas o admirável é que haja ingenuidade de quem dêem crédito a tais baleias de contumazes especuladores.

A política econômico-financeira do Governo, restaurando a ordem financeira da Nação, visa o saneamento da moeda e não a sua desvalorização.

Seria prejudicialíssima ao País uma desvalorização da moeda, mas aos especuladores cria-se clima favorável à obtenção de lucros fáceis.

Causaria perniciosa elevação do custo da vida e nocivas repercussões sociais.

Elevando o preço das matérias primas importadas encareceria a produção nacional, reduzindo-lhe desse modo a capacidade de exportação.

Afastaria a possibilidade de colaboração dos capitais estrangeiros emabrando assim o desenvolvimento econômico do País.

Estimularia, porém, a tendência às especulações, possibilitando a uma minoria de privilegiados auferirem lucros excessivos, mediante a escravização da classe dos trabalhadores que constituem a maioria da Nação.

Com os recursos provenientes de saldes de exportação, acumulados durante o período da guerra e no pós-guerra, poderia o Brasil, mesmo com o "deficit" do Balanço de Pagamentos de 1947, destrutur situação de relativa folga, se contingências de caráter internacional não nos tivessem privado do direito de utilizar saldos em libras, francos e outras moedas, no valor aproximado de 5 bilhões e 750 milhões de cruzeiros, na cobertura do "deficit" do nosso balanço de contas com os Estados Unidos e demais países de moeda forte.

Representam esses créditos, assim imobilizados, sem remuneração e vencimento certo, empréstimos forçados, auxílios prestados pelo Brasil no exterior, com sacrifício próprio, visto não dispor da economia que lhe permita desempenhar o papel de país financeiramente credor.

Proveriam, pois, de causas externas as dificuldades cambiais sobrevindas em 1948.

A suspensão do comércio triangular, impedindo-nos de usar os créditos acumulados no exterior, está nos forçando a vender, a prazo, grande parte do excedente exportável de nossa produção e pagar, à vista, a maior parte das compras essenciais na área do dólar.

Para atenuar essas desajustamentos e impedir a exaustão das reservas em ouro e em dólares, foi o Governo compelido a instituir o regime de licença-prévia (Lei n. 282 de 23-2-48).

Também a Superintendência da Moeda e do Crédito estabele-

ceu normas para o fornecimento de cobertura cambial.

Facultaram nos essas providências destinar as disponibilidades em divisas, de preferência, ao pagamento de importações essenciais e de interesse nacional, aos serviços comerciais e aos encargos relativos a investimentos estrangeiros.

Destarte, conseguimos manter em dia o serviço da Dívida Externa e satisfazer com pontualidade as obrigações contratuais assumidas com a garantia do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, no valor aproximado de 16 milhões e 750 milhões de dólares, também liquidamos no vencimento a primeira prestação, no montante de 20 milhões de dólares, do Empréstimo e Estabilização, obtido nos Estados Unidos, e atendemos, na medida do possível, às necessidades pertencentes a compras essenciais, remessa de rendas, inversões estrangeiras, serviços de fretes, seguros, etc.

Mas, em virtude da escassez de dólares, não nos foi facultada a possibilidade de manter em dia essas últimas obrigações, não obstante as restrições das importações não essenciais e a pressão quase total dos gastos atuais.

Visando remover entraves oriundos da escassez de meios de pagamento internacionais, foram prorrogados alguns acordos e firmados novos ajustes que se vão mostrando satisfatórios.

Em março, prorrogou-se o acordo com a França e, em maio, foi assinado outro com a Grã-Bretanha, que constitui elemento decisivo para a solução do problema dos esterlinos "congelados" e utilização dos novos saldos de transações correntes.

Esses "congelados", que montavam a 61 milhões e 500 mil libras, em 1946, e tinham se reduzido, por ocasião do acordo, a 50 milhões de libras, deverão ser liquidados até junho de 1950.

Em outubro foi assinado o acordo de pagamentos com a Argentina, visando não só a regularização mas também a intensificação das trocas com o Brasil.

Representam as restrições cambiais e a utilização racional de nossas divisas disponíveis a via mais segura e menos esperada, capaz de nos permitir transitar a difícil situação criada pelo pós-guerra no campo internacional.

Constituem, na presente situação, tanto o controle do câmbio como o controle de importações, elementos decisivos para a consolidação do crédito do País no exterior.

Precisamos atrair capitais estrangeiros para assegurar o progresso do nosso desenvolvimento econômico; cumpre-nos ampliar e melhorar nossas exportações, desenvolvendo tanto a

produção agrícola como a industrial e a produção de produtos combustíveis, cuja importação tanto sobreceja, cuja nossa Balança de Pagamentos.

Visam os controles de câmbio a importação obter o equilíbrio entre a oferta e a procura de cambiais; mas para assegurar esse objetivo deparam-se-lhes imensas dificuldades, que só podem ser superadas mediante estreita colaboração entre a Carteira de Exportação e Importação e a Carteira de Câmbio.

É indispensável que esses dois órgãos ajam conjugados.

Muito se tem aludido ao problema dos atrasados, cujo montante, na imaginação de alguns, atinge cifras fabulosas.

Entretanto, o valor desses atrasados, em 31 de dezembro de 1948, representava 116 milhões de dólares.

Estimamos nos esforçando em resolver este caso realmente prejudicial a interesses legítimos.

Durante o ano de 1943 continuou a Superintendência da Moeda e do Crédito a desempenhar relevante papel no setor financeiro do País, fazendo as vezes de Banco Central e preparando-lhe o caminho para a fundação.

A Carteira de Redescontos funcionou eficientemente com recursos fornecidos, de acordo com a Lei, pela Superintendência da Moeda e do Crédito, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro Nacional.

A Caixa de Mobilização Bancária continuou realizando operações de descongelo de ativos bancários, com o objetivo de facultar aos bancos, atingidos por imobilizações, suficientes recursos para aplicação úteis a economia nacional.

Montavam os empréstimos concedidos a bancos pela Caixa de Mobilização Bancária, em 31 de dezembro de 1948, a 2 bilhões e 178 milhões de cruzeiros.

Em dezembro de 1945, esses empréstimos atingiam apenas o valor de 164 milhões de cruzeiros.

Tem sido profícua aos interesses da economia brasileira a ação desse importante órgão do nosso sistema bancário.

Em todas as nações civilizadas existem órgãos semelhantes.

Nos Estados Unidos, existem a Reconstruction Finance Corporation e a Federal Deposit Insurance Corporation, além de outros.

Na Alemanha houve a "FIDAG" e a "TILKA", dois importantes órgãos de amparo a bancos de ativos congelados.

A "TILKA" representou uma verdadeira clínica de bancos doentes.

Pelo quadro seguinte poderá ser avaliada a ação construtiva da Caixa de Mobilização Bancária.

EMPRESTIMOS A BANCOS

	Cr\$ 1.000
31-12-1945	164.000
31-12-1946	550.000
31-12-1947	1.472.000
31-12-1948	2.178.000

Durante o ano de 1948 tornaram-se evidentes os sintomas do reajustamento das forças de produção no sentido de um equilíbrio entre os diferentes setores de nossa atividade econômica.

No decurso da última guerra, para ocorrer às nossas próprias necessidades e às das Nações Unidas, deslocaram-se braços e capitais da agricultura para a indústria extrativa mineral e vegetal e para certos ramos da indústria fabril.

Essas transferências bruscas de fatores de produção, de uns para outros setores de atividade econômica, constituíram as causas remotas das dificuldades financeiras.

A produção global do País cresceu em ritmo razoável em 1948, transparecendo com evidência no alargamento do mercado interno e na composição do comércio exterior.

Em 31 de dezembro de 1948 o balanço do comércio exterior apresentou um superávit de 712 milhões de cruzeiros; em 1947, o balanço acusou um déficit de 1 bilhão e 610 milhões de cruzeiros.

As estatísticas da composição percentual do comércio exterior revelam a expansão e variedade da produção global brasileira.

Na exportação, aumentou a tonelagem relativa às matérias-primas.

Nas importações foi sensível a transformação de nossa economia, acentuando-se os traços de uma estrutura agro-industrial e apagando-se os sulcos da atividade puramente colonial, tão sujeita às oscilações bruscas dos mercados externos de produtos primários.

Revelam os dados estatísticos, na importação, a crescente importância das matérias-

primas indispensáveis às nossas indústrias.

Analisando minuciosamente a rubrica "Produtos Manufaturados" no quadro da importação, teremos a prova do progresso de nossa diversificação econômica, revelada pelas cifras concernentes ao número e variedade de máquinas, instrumentos e matérias-primas industrializadas que se têm destinado a posterior processo de transformação em nosso parque mecânico-fabril já bastante especializado.

Embora o preço médio unitário dos produtos exportados seja inferior ao de alguns dos

produtos importados, a tendência à normalização da economia europeia e à colidência com a nossa, malgrado os embargos oriundos do balanço de pagamentos, que, aliás, atigem, praticamente, todas as nações.

Melhor do que comentários, o quadro seguinte exprime a realidade da economia brasileira, após oito anos de grandes sacrifícios, durante os quais ficamos privados, quase totalmente, de alguns produtos essenciais e de apreciável parte dos mercados consumidores de nossa produção rural, fechados pela guerra marítima.

PRODUÇÃO BRASILEIRA

Alguns itens — (1.000 t)

Produtos	1939	1942	1943	1946	1947	1948 (*)
Carvão	1.947	3.773	2.073	4.297	8.588	8.013
Cimento	686	753	771	876	914	8.113
Ferro gusa	109	214	260	371	481	532
Ferro laminado	101	185	166	230	316	387
Aço	114	190	206	343	337	481
Alumina	1.137	830	833	920	963	1.134
Algodão em grão	1.455	8.391	8.117	2.758	2.586	2.790
Arroz	429	377	378	373	348	249
Milho	5.439	6.279	4.847	8.731	5.563	5.850
Óleo vegetal	201	116	152	127	128	128
Feijão	958	838	1.002	1.075	1.048	1.043
Banana	85	60	62	61	61	45
Fumo	94	113	119	109	122	122
Mandioca	2.231	7.916	11.415	11.558	10.947	80.500
Cana-de-açúcar	19.867	21.374	23.179	28.309	28.444	28.309
Algodão	1.133	1.284	1.365	1.437	1.277	1.400
Cacau	133	109	120	129	119	123
Trigo	301	217	233	213	287	330

(*) Dados sujeitos a retificação.

Os dados acima mostram que a produção global do País vem crescendo em ritmo razoável, não obstante as quedas — inevitáveis, por certo, e sem caráter de permanência — no volume de alguns produtos isolados.

Se ponderarmos que, para o presente ano, se prevê uma colheita de algodão superior em 50% à de 1948, estimando-se, ainda, a safra do café na mesma quantidade da passada — e isso apesar dos estragos causados pela seca —, chegaremos à conclusão de que o ano findo marca o início do reajustamento da economia nacional, no sentido de um fortalecimento de sua base agrícola, sobre a qual terá que se apoiar, ainda por muito tempo, a

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Índices — Janeiro-setembro de 1949

PAISES	PERÍODO BÁSICO	FERRO E AÇO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL TOTAL
EUROPA			
Bélgica	1938	163	115
Tchecoslováquia	1937	107	93
Francia	1938	116	106
Alemanha (Zonas francesa, inglesa e americana)	1938	28	61
Itália	1938	82	79
Holanda	1938		104
Noruega	1938		123
Polónia	1938	121	129
Suécia	1938	142	142
Inglaterra	1938	117	117
AMÉRICA DO NORTE			
Canadá	1935/36	215	180
Estados Unidos	1935/36	201	191
OUTROS PAÍSES			
Brasil	1937	551	513
Japão	1930/31	51	50
México	1939	358	124
União Sul-Africana	1937	232	128

Se bem que as cifras referentes à produção sejam, por si sós, suficientes para ajuizar da nossa recuperação econômica, os dados relativos ao consumo aparente são ainda mais expressivos. Vamos para alguns produtos básicos:

CONSUMO APARENTE (*)

1.000 toneladas

PRODUTOS	1943		1947		1948	
	PRODUTOS	CONSUMO APARENTE	PRODUTOS	CONSUMO APARENTE	PRODUTOS	CONSUMO APARENTE
Carvão	1.637	1.637	2.934	1.531	3.527	2.013
Cimento	828	331	1.177	914	1.261	1.112
Ferro e aço(1)	230	170	400	316	493	387
Papel	156	71	220	171	227	(2)150

(*) A exportação não foi deduzida, em virtude de ser nula ou insignificante.
(1) Laminados.
(2) Estimativas.

Outro elemento de grande significado na análise da normalização de nosso organismo econômico — no sentido de tendência a uma expansão equilibrada — é o concernente à importação de veículos e embarcações, a cuja escassez tem sido atribuída grande parte dos entraves à recuperação econômica, principalmente no que respeita ao escoamento da produção agrícola para os grandes centros de consumo e distribuição:

IMPORTAÇÃO

Unidades

VEÍCULOS E EMBARCAÇÕES	1943	1947	1948
Veículos para estrada de ferro	2.422	2.797	197
Automóveis	131	194	131
Camionetas, ônibus e semelhantes	2.631	11.313	13.333
Barcos para cabotagem, ômbus e demais	18.117	23.722	23.511
Embarcações	17	105	63

2 — Comércio Exterior

Grupada por classes, eis como se tem apresentado o nosso intercâmbio mundial, nos últimos três anos:

IMPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO POR CLASSE

a) Volume Físico (1.000 toneladas)

CLASSE	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1943	1947	1948	1943	1947	1948
Animais vivos	5	6	10	7	7	8
Matérias primas	1.506	1.785	2.104	3.867	4.102	4.921
Gêneros alimentícios	2.029	2.501	2.320	670	1.030	945
Manufaturas	79	45	64	819	1.180	440
TOTAL	4.619	5.337	6.498	5.366	6.316	6.374

b) Valor (Cr\$ 1.000.000)

CLASSE	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1943	1947	1948	1943	1947	1948
Animais vivos	18	9	15	65	65	80
Matérias primas	7.583	8.250	9.482	14.224	14.883	18.521
Gêneros alimentícios	9.284	11.287	12.920	2.434	4.072	4.001
Manufaturas	1.345	1.801	1.712	1.156	13.713	12.158
TOTAL	18.370	21.947	24.127	17.925	32.733	34.660

c) Preço médio por tonelada (Cruzeiros)

CLASSE	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1946	1947	1948	1946	1947	1948
Animais vivos	9.415	23.504	22.125	4.420	6.463	9.829
Matérias primas	4.752	4.627	3.465	900	1.005	994
Gêneros alimentícios	4.552	5.785	5.601	3.721	3.902	4.150
Manufaturas	34.147	25.848	21.007	8.689	11.533	12.934
TOTAL AS CLASSES	4.971	5.601	4.658	2.574	3.152	3.086

Se confrontarmos o movimento desses últimos três anos com o de antes da Guerra, perceberemos, no comércio exterior, os reflexos da diversificação de nossa economia nos dois sentidos: poliprodução exportável e industrialização.

Doenças Nervosas e Mentais

DR. HUMBERTO ALEXANDRE — CLÍNICA MÉDICA
RUA ALCINDO GUANABARA, 15 A — 1º Sala 106
2as., 4as. e 6as. das 14 às 16 horas — Telefone: 22-4033

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. JORGE BANDEIRA DE MELLO

Exames de sangue, urina, fezes, escremento, pus, etc. — Rua da Assembleia, 115 — 2º andar — Fone: 22-6358 — Aberto de 8 às 18 horas.

O confronto entre a tonelagem e o valor da manufatura importada deixa ver claramente que se trata de uma variedade de artigos de alta qualidade, na qual se inclui elevada parcela de bens duráveis de produção — máquinas, instrumentos etc. — e materiais semi-manufaturados, destinados a ulterior transformação em nosso parque mecânico-fabril, já apreciadamente desenvolvido.

Para garantir o suprimento normal desses bens essenciais à nossa economia — nesta fase de consolidação de sua estrutura agro-industrial — é que o Controle Cambial, através do regime de licença-prévia de importação, instituiu graus de prioridade de obtenção de divisas em consonância com o papel desempenhado pelo produto ou artigo importado, no conjunto da economia nacional.

Nem outro poderia ser o critério de distribuição de cambio, de vez que a fonte

quase única de nossos recursos no exterior é representada pelas exportações, cujo valor, em 1947, mostrava-se insuficiente para fazer face às importações, que cresciam desmesuradamente, de mês a mês.

Felizmente o saldo do balanço mercantil, no ano findo, voltou a ser favorável ao Brasil. Ainda que esse saldo tenha sido pequeno (712.000 cruzeiros), o fato não deixa de revelar a vitalidade de nosso

comércio exterior, cuja participação no intercâmbio mundial passou de 1,4% em 1938 a 2,4% em 1947.

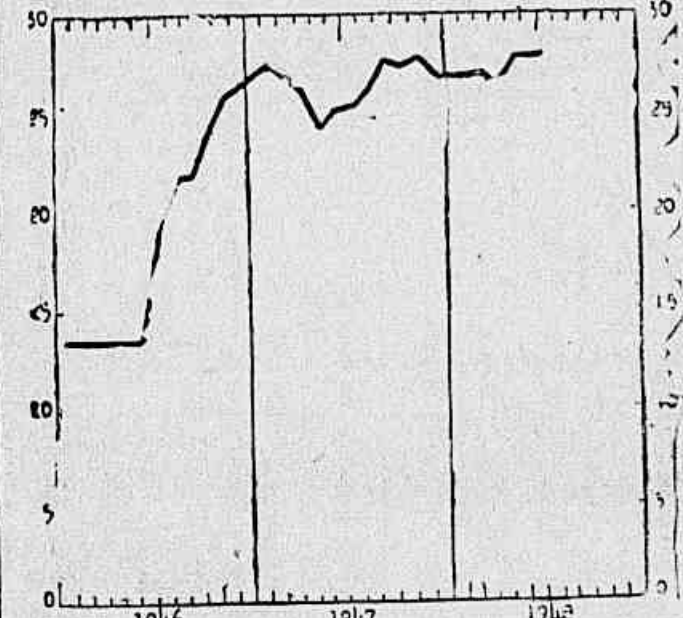
Para esse resultado, contribuiu, com a maior parcela, o café, cujas exportações, em 1948, alcançaram 17.492 mil sacos, na importância de 9.019 milhões de cruzeiros. Esta cifra representa o máximo atingido nos últimos 18 anos, conforme se verifica do quadro abaixo.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ

PRODUTOS	1931 a 1948	
	Quantidade em toneladas	Valor em Cr\$ 1.000
1931	1.432.572	5.517.079
1932	1.432.572	5.517.079
1933	1.432.572	5.517.079
1934	1.432.572	5.517.079
1935	1.432.572	5.517.079
1936	1.432.572	5.517.079
1937	1.432.572	5.517.079
1938	1.432.572	5.517.079
1939	1.432.572	5.517.079
1940	1.432.572	5.517.079
1941	1.432.572	5.517.079
1942	1.432.572	5.517.079
1943	1.432.572	5.517.079
1944	1.432.572	5.517.079
1945	1.432.572	5.517.079
1946	1.432.572	5.517.079
1947	1.432.572	5.517.079
1948	1.432.572	5.517.079

CAFÉ

Média da cotação do disponível — Nova York — Tipo 4 — Santos — Cents por libra



Fonte: Review of International Commodity Problem — 1943 United Nations.

Apesar de, para a alta exportação de café em 1948, ter corrido um certo volume de estoques retidos, é lícito concluir que pouco a pouco o nosso grande produto de exportação — do qual ainda tanto depende a economia brasileira, a despeito do avanço no caminho da policultura e da industrialização — se vai restabelecendo da crise que vinha sofrendo. É que o consumo ascendente desse produto nos Estados Unidos, e em quase todos os países da Europa com que temos estreitas relações comerciais, deixa entrever a possibilidade de um apreciável acréscimo da quota brasileira no abastecimento mundial. Para isso seria altamente aconselhável um esforço mais amplo no sentido de fazer com que o nosso café possa corresponder às exigências do paladar de alguns grandes consumidores, principalmente os EE. UU. Nunca será demais repetir que devemos caminhar para o objetivo de expandir a produção de cafés finos, cujos mercados são, praticamente garantidos.

O produto da exportação que se segue ao café, em importância, é o algodão, com 259 mil toneladas, no valor de 3.385 milhões. As séries seguintes são expressivas da posição da malvaca brasileira nos mercados internacionais:

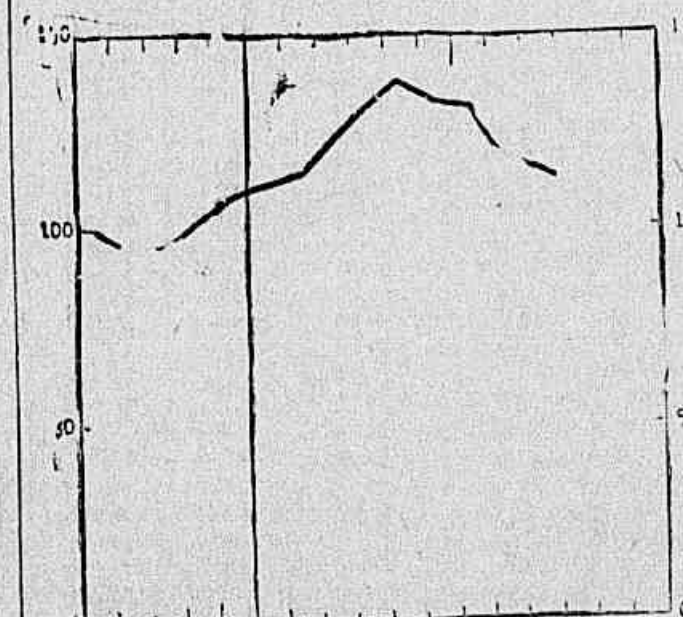
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO EM RAMA

1944 a 1948

ANOS	Quantidade em toneladas	Valor em Cr\$ 1.000	Preço médio da tonelada em Cr\$ 1.000
1944	101.940	697.943	6.843
1945	166.436	1.049.058	6.297
1946	232.732	2.037.566	8.752
1947	249.473	3.076.203	10.724
1948	259.000	3.385.000	12.684

COTAÇÕES DO ALGODÃO

Índice compositivo dos preços médios mensais em alguns mercados



(Média 1946/47 = 100)
Fonte: Review of International Commodity Problem — 1943 United Nations.

Esses dois produtos — café e algodão — representam 37% do valor global das exportações do ano passado. Os outros itens, principalmente

gêneros alimentícios, concorram, no bem que muito distanciamos daquela data, para que o valor da exportação no ano findo alcançasse o máximo até hoje registrado em nossa economia nacional.

O valor unitário, em cruzeiros, apresentava-se como segue:

Novel empreendimento da C.C.B.

CERCA DE 3.000 FOMBOES COBREIO SOBREVOAM OS CEUS DA PRAÇA PARIS

Realizou-se no dia 8 de maio p. passado, nesta Capital, por ocasião da inauguração da temporada comemorativa de 49, uma grande revolução de 3.000 fombos cobreio, constituindo um espetáculo maravilhoso, em vista do local da sua e com assim pelas solenidades realizadas.

As 6 horas em ponto, presente toda a diretoria da Companhia Comumotina Brasileira, pela esposa do sr. cel. Paulo Kruger, presidente da C. C. B., foi hasteada a bandeira da Confederação, enquanto cerca de 200 alunos da Escola Deodoro cantavam cânticos patrióticos.

A seguir, às 8.30 hs., foram apresentados os campeões de 48 e seus proprietários, sendo filmados todos os atos da solenidade.

As 9 horas em ponto, foi dado o sinal de liberdade para as 3.000 aves contidas em 200 cestas, subindo as mesmas em círculos pelo espaço, sob os aplausos da multidão.

Pelas senhoras presentes foram distribuídos doces e balas aos alunos da escola Deodoro e aos filhos dos associados das entidades filiadas e dos convidados.

Uma banda do Batalhão de Guarda, gentilmente cedida pelo Comandante da 1ª R. M. Abrihantou os festejos, sendo a mesma fortemente ovacionada pela execução de belíssimos dobrados e cânticos patrióticos.

Usou a palavra, agradecendo aos presentes, o atual Vice-Presidente Civil da C. C. B., dr. Petrarcha A. da Cunha Vasconcelos, que reportando-se ao papel histórico do pombo correio nas guerras de 14 e 39, mostrou aos presentes em belos lances de oratória, o heroísmo dos mensageiros alados, em serviço na França, na Inglaterra e nos demais países do continente europeu. Terminando o seu discurso, fez um apelo ao povo, no sentido de salvaguardar a vida dessas aves, quando caídas exaustas, feridas por aves de rapina, ou por qualquer acidente momentâneo, nos exercícios a que ora são submetidos a serviço da Defesa Nacional.



PEDE NOTICIA DOS FILHOS

UM DESAPARECIDO HA SETE ANOS E OUTRO, HA MESES

D. Maria Deodora da Fonseca esteve em nossa redação para pedir-nos que publicássemos um apelo aos leitores. Trata-se do seguinte: há 7 anos seu filho João Mesquita da Fonseca, atualmente contando 30 anos, foi para São Paulo e não mais deu notícias suas, o mesmo aconteceu com Newton Mesquita da Fonseca, que há um ano está desaparecido. Cêra de três meses, D. Maria, que mora à rua Flaciano, 27, apto. 23, teve vagas informações de que aquele último se encontrava em Carangola, Minas Gerais.

A afilhada senhora pede que os dois com via se comuniquem e que os leitores dêem qualquer notícia dos mesmos.

DISCOS

COMPRO USADOS
Clássicos e Populares
RUA SÃO JOSÉ, 67
Telefone: 42-2577

Aprovado pelos órgãos competentes o balanço do IPASE relativo a 1948

O sr. Honorio Monteiro, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, homologou ontem, a decisão do Conselho Fiscal do IPASE sobre o Balanço das atividades dessa Autarquia em 1948. As contas do IPASE ativas que exerceu haviam sido aprovadas, em 30 de abril último, pelo referido Conselho, tendo sido merecido do seu Relator, o Conselheiro sr. Joaquim Henriques Coutinho, a proposta de "um voto de louvor ao Presidente e demais componentes da Administração do IPASE pelo êxito superior da gestão".

moifluidina

Na artéria esclerose.

Mais uma escola rural para o sertão carioca

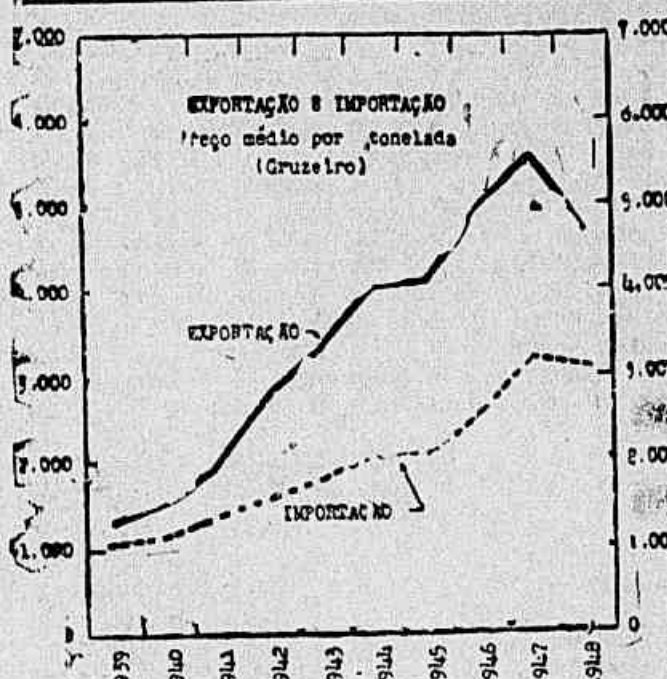
APROVADA A CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE ENGENHO DA RAINHA
O Prefeito do Distrito Federal, em recente despacho com o seu Secretário Geral de Educação e Cultura, aprovou os resultados da concorrência pública aberta para a construção de mais um prédio escolar do tipo rural, localizado à Praça da Liberdade, no Engenho da Rainha. Foi aceita a proposta da firma "Rainha", que ofereceu o preço mais baixo de 25 mil quarenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta cruzeiros, portanto, do orçamento estimado.

PREÇO MÉDIO POR TONELADA

EM CRUZEIROS

CLASS	EXPORTAÇÃO					
	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Animais vivos	1.013	1.077	888	4.420	6.493	6.589
Matérias primas	333	435	476	660	1.008	884
Produtos alimentícios	481	603	703	8.721	3.339	4.189
Manufaturas	2.601	6.790	6.026	6.699	11.533	12.538
TOTAL	631	633	1.087	6.524	11.852	14.000

CLASS	IMPORTAÇÃO					
	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Animais vivos	1.009	3.231	1.493	6.433	13.524	22.123
Matérias primas	1.434	1.899	1.232	6.723	6.627	3.473
Produtos alimentícios	1.619	2.500	1.328	6.082	5.755	6.673
Manufaturas	1.431	1.779	1.923	73.123	23.543	11.627
TOTAL	1.593	1.675	1.256	10.971	10.401	4.000



Cumpra advertir que, para a diminuição do preço da tonelada exportada em 1948, contribuíram a queda dos preços de certas matérias primas e o aumento impressionante dos embarques de minério de ferro, que passaram de 197 mil toneladas, em 1947, a 600 mil no ano passado. Produto primário de baixo valor, é evidente que sua quantidade havia de influir, fortemente, para o declínio do valor unitário da exportação em seu conjunto.

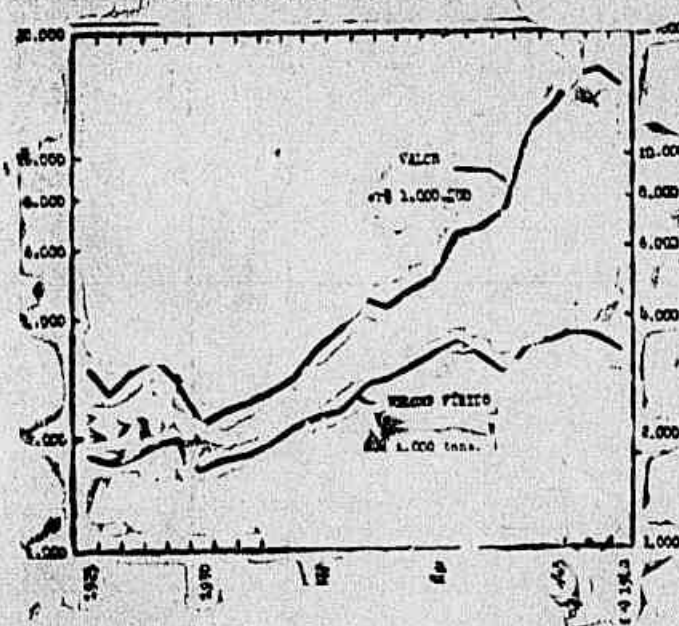
Compensando a baixa das cotizações de um certo número de matérias primas, os preços e a procura de café, algodão, cacau e arroz, por exemplo, levam-nos a admitir que os valores das exportações desta ano e possivelmente, dos imediatos, deverão ser aproximadamente os mesmos de 1948, ou talvez algo mais elevados.

Para o decréscimo do preço unitário da importação, no ano de 1948, em comparação com o anterior, o fator predominante foi a ligeira diferença verificada no valor unitário das matérias primas.

As relações de troca (Terms of Trade) do Brasil, em 1948, permaneceram, praticamente, iguais às do ano de 1947, isto é, podem ser representadas pelo índice 110, tomando-se como base o ano de 1946.

3. COMÉRCIO INTERNO
Inda que no Brasil, bem como nos países de estrutura semelhante, o comércio internacional continue a exercer função econômica importante, desempenhando o papel do investimento externo nos países supercapitalizados, nossas permutas internas tendem a expandir-se, como se percebe do seguinte gráfico:

COMÉRCIO DE CABOTAGEM



(*) Janeiro-outubro.

Não somente a tonelagem de carga transportada, nos últimos 20 anos, entre os portos brasileiros é significativa do desenvolvimento do comércio interno, mas também a própria composição desse comércio demonstra que as regiões brasileiras se vão vinculando através da cabotagem e tendendo a uma definida integração político-econômica.

CLINICA DE SENHORAS E CRIANÇAS

Pediatria — (DRA. IRENE CID)

2as. 4as. e 6as. Feiras — Das 15 às 18 horas

Ginecologista — (DR. VASCONCELOS CID)

3as. 5as. e sábados — Das 16 às 18 horas

RUA MEXICO, 21 — 19.º andar — Sala 1.901 — Fone 32-7709

NADA DE DORES...

A dor mina a existência humana. O reumatismo ataca o coração, diminui a vida. Livre-se das dores reumáticas, das dores musculares, depure o sangue e tonifique o coração com **ESSENCIA PASSOS**, poderoso auxiliar no tratamento da sífilis.

ESSENCIA PASSOS

COMÉRCIO DE CABOTAGEM

Toneladas

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS	1948			
	1945	1946	1947	1948 (JAN. A OUT)
Água	414.947	432.213	361.631	326.963
Algodão em rama	40.907	67.186	55.827	65.950
Arroz	119.134	134.510	135.406	178.091
Banha de porco	31.040	27.119	28.351	26.824
Bebidas	68.999	70.580	63.692	48.709
Borracha	15.670	24.187	28.635	22.977
Café	36.533	59.831	46.463	28.832
Carne seca	51.511	58.649	62.936	50.977
Carvão de pedra	509.740	129.829	172.580	504.836
Cimento	62.028	35.050	27.715	41.482
Farinha de trigo	101.308	12.163	40.517	45.563
Frutos oleaginosos	26.037	38.674	34.315	37.800
Gasolina	5.466	102.956	120.523	138.456
Lã em bruto	8.490	11.554	6.929	7.312
Madeiras	331.814	388.885	326.600	271.404
Manufaturas de ferro e aço	65.083	69.711	74.765	104.945
Manufatura de louça e vidro	26.159	30.492	36.167	25.289
Óleos vegetais	12.063	14.443	10.822	12.181
Papel	42.791	41.823	41.470	33.705
Pele e couros	19.741	18.500	11.634	11.710
Produtos químicos e farmacêuticos	45.649	46.383	37.408	30.295
Sal para uso industrial	128.573	113.567	126.947	433.168
Tecidos de algodão	33.221	36.067	28.350	30.420
Outros produtos	864.970	958.833	376.005	760.954
TOTAL	3.331.874	3.523.215	3.353.738	3.235.821

Norte, Centro e Sul vão, através da troca de seus produtos típicos, contribuindo para a formação de um grande mercado, condição preciosa de uma industrialização de maior envergadura. Apesar de os produtos primários concorrerem com manufaturas mais importantes, como, aliás, era de esperar, em valor as manufaturas estão representadas destacadamente.

Vamos, assim, ampliando a procura de nossa produção fabril, que deve encontrar, dentro das fronteiras, o seu principal consumidor.

Eis os quadros do comércio interregional, por via marítima, nos primeiros dez meses do ano findo:

COMÉRCIO DE CABOTAGEM

Janeiro — Outubro — Cr\$ 1.000.000

REGIÃO	EXPORTAÇÃO			
	1947	1948	1947	1948
Norte	89	908	1.727	2.088
Nordeste	2.643	8.105	2.782	3.563
Leste	6.033	4.820	1.563	2.383
Sul	6.270	6.028	1.356	1.928
Centro-Oeste	—	—	1	2
TOTAL	15.835	19.953	7.357	10.003

Janeiro — Outubro de 1948

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS	TONELADAS	Cr\$ 1.000
Tecidos de algodão	30.420	1.483.758
Algodão	126.063	823.126
Carne seca em chumbo	50.977	490.781
Borracha	22.977	403.233
Algodão em rama	65.930	706.392
Banha de porco	26.824	134.068
Produtos farmacêuticos	8.043	344.470
Gasolina	138.456	418.607
Arroz	175.091	667.523
Manufaturas químicas	16.623	323.323
Pinho	148.147	166.906
Pele e couros	11.710	258.923
Fumo em folhas	18.723	165.366
Café em grão	28.523	120.876
Farinha de trigo	45.563	254.623
Outros produtos	2.130.600	7.544.262
TOTAL	3.235.821	11.593.882

Embora os números supra sejam suficientes para ilustrar a expansão do âmbito interno de trocas, cumpre considerar que o comércio de cabotagem — por muito expressivo que seja na vida do País — tem representado cerca de metade do intercâmbio efetuado por vias interiores, conforme se pode verificar da seguinte estimativa:

COMÉRCIO POR VIAS INTERNAS

CLASS	1.000 toneladas		Cr\$ 1.000.000	
	1947	1948	1947	1948
100	5.237	10.561	—	—
125	6.723	17.754	—	—
150	8.015	20.563	—	—
200	10.671	27.123	—	—
250	13.587	32.309	—	—
300	17.023	38.728	—	—

Se levarmos em conta que os dados anteriores devem estar aquém da realidade, devido à natural dificuldade do registro estatístico de todos os transportes por vias internas, chega-se a conclusão de que o intercâmbio, dentro das fronteiras, deve ter girado em torno de cifras bastante superiores às que figuram nos quadros oficiais publicados.

Todavia nunca se deve perder de vista que o comércio externo é fator ponderável na intensidade das trocas internas.

Ainda neste capítulo, cabe assinalar a fixação da paridade do cruzeiro, em 14 de junho de 1948, nos termos do artigo XX, Seção 4 (b) da Convenção do Fundo Monetário Internacional, ratificada pelo Decreto n.º 1.177, de 27 de maio de 1948. Essa paridade foi estabelecida na base de Cr\$ 18,50 por dólar americano, equivalente a 0,0480363 gramas de ouro fino por cruzeiro (US\$ 0,0540541 por cruzeiro), ou, ainda, Cr\$ 647,50 por onça troy de ouro fino.

O Federal Reserve Bank of New York, cumprindo instruções do Governo Brasileiro, transferiu para o Fundo Monetário Internacional 2.700 barras de ouro, contendo 1.071.000,861 onças troy de ouro fino, correspondentes a US\$ 33.485.030,10. Esse pagamento corresponde a 25% da quota do Brasil (de US\$... 130.000.000,00 (*). Os restantes 75%, realizáveis em moeda nacional Cr\$ 2.081.250.000,00), foram creditados à Superintendência da Moeda e do Crédito, como depositária do Fundo Monetário Internacional. De conformidade com os estatutos do Fundo, qualquer parcela de tal depósito só poderá ser empregada pelo mesmo, com anuência prévia do Governo Brasileiro, no desenvolvimento da economia do nosso País.

(*) A pequena diferença entre os 25% exatos (37,5 milhões de dólares) e o ouro efetivamente entregue se refere ao pagamento feito pelo Brasil no momento da assinatura da Convenção.

(Continua na página seguinte)

O feirante alegou engano no troco

O juiz, porém, condenou-o a um mês de prisão e multa de quinhentos cruzeiros

No Juízo da 16.ª Vara Criminal, foi denunciado, há meses, o comerciante Manoel Botelho Filho, por ter na feira livre de Jaquezinho, em 13 de janeiro deste ano, cobrado por mil e trezentas gramas de pó de porco dez cruzeiros, quando a tabela marcava 6 cruzeiros e 40 centavos. O réu alegou, perante a Delegacia de Economia Popular, que se enganara no troco, pois a freguesa que adquirira a mercadoria ainda se encontrava com o dinheiro na mão, quando a polícia chegou, prendendo-o.

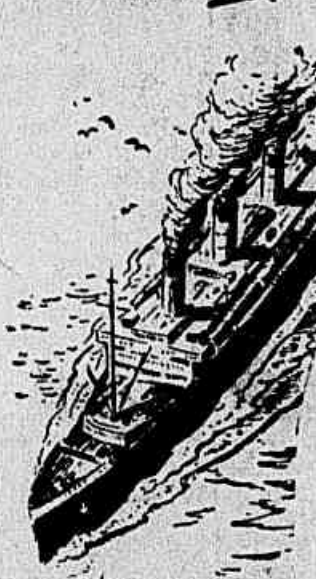
No interrogatório, confirmou a alegação, mas as testemunhas de acusação, funcionários da polícia, sustentaram que o feirante já havia terminado a transação, quando o prenderam, não podendo assim o acusado alegar que se tratava de simples engano.

Os autos foram conclusos ao juiz Silveira Sales, o qual, examinando o caso, condenou o réu a um mês de prisão e quinhentos cruzeiros de multa. Salientou o magistrado que a simples possibilidade do engano em prejuízo do comprador não bastava para eximir o vendedor de culpa. Do contrário, prosseguiria a alegação garantida a impunidade de todos os acusados de transgressão das tabelas oficiais de preços de mercadorias.

Está aqui



Está ali



Está em toda parte



CR\$ 1,50

DELICIOSA E REFRESCANTE

COCA-COLA REFRESCOS S. A.

AS CONVERSAS ANGLO-ARGENTINAS

BUENOS AIRES, (Reuters) — As exportações de carne da Argentina para a Grã-Bretanha cessarão na próxima semana, a menos que as negociações comerciais entre os dois países sejam antes do fracasso completo a última hora — anuncia-se aqui.

4. Moeda e Crédito

a) Moeda Circulante

As estatísticas do papel-moeda em circulação acusam, sobre 1947, um acréscimo de 1.298 milhões de cruzeiros, como se evidencia no quadro abaixo, onde vemos, resumido, o movimento das emissões e dos resgates verificados em 1948:

CLASSIFICAÇÃO	Cr\$ 1.000	
	EMISSÃO	RESGATE
Cédulas em circulação — Nota emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	—	—
Cédulas em circulação — Nota emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	1.000.000	—
— Nota emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	—	61.800
Cédulas em circulação — Nota emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	13.500	—
— Nota emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	—	61.037
Moeda depositada — Nota em circulação emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	1.000.000	—
— Nota emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	—	672.113
Moeda depositada — Nota em circulação emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	1.000.000	—
— Nota emitida pelo Banco do Brasil em 1948, de 100 mil cruzeiros, em 1 de janeiro de 1948	—	1.297.415
TOTAL	1.000.000	1.000.000

As emissões originárias de requisições da Carteira de Redescontos ao Ministério da Fazenda, de acordo com sua finalidade específica, foram feitas em fins de 1948, e repousam em títulos comerciais de alta liquidez, a prazo curto, levados a redescontos pelo Banco do Brasil e outros bancos, para atender a necessidades de tesouraria. Tais necessidades, sempre mais amplas nos últimos meses do ano, foram acenadas, no exercício, pelas retiradas maiores do Governo Federal, decorrentes do aumento de vencimentos dos funcionários públicos civis e militares, e pelas exigências de crédito da produção em crescimento.

A devolução das quantias requisitadas deverá ser processada, paulatinamente, na proporção do resgate dos títulos levados ao redesconto (*).

É de justiça consignar que o Banco do Brasil, durante o ano de 1948, deixou, muitas vezes, de lançar mão do recurso legal do redesconto e, ao contrário, fez vários avanços à Carteira respectiva, conforme atestam seus balancetes mensais. Nota-se, entretanto, que sem a devida elasticidade do meio circulante, para atender, em ocasiões oportunas, às legítimas solicitações de crédito, nunca será possível expandir a produção e o comércio em um ritmo normal de desenvolvimento econômico. O uso dessa elasticidade, nos momentos tecnicamente

aconselháveis, constitui a missão fundamental da Superintendência da Moeda e do Crédito e da Carteira de Redesconto, enquanto não tivermos o nosso Banco Central.

Em 1948, verificou-se a retração da circulação de 52 milhões de cruzeiros, em cédulas de responsabilidade do Tesouro Nacional, que foram trocadas por moedas divisionárias. Lancou-se em circulação 623 mil cruzeiros, em cédulas novas, para troca de cédulas da extinta Caixa de Estabilização em valor equivalente.

A responsabilidade do meio circulante, em 1947 e 1948, encontrava-se assim distribuída:

(*) — Até o mês de março de 1949 tinham sido devolvidos 470 milhões de cruzeiros que foram retirados da circulação.

b) Meio de pagamento

Os meios de pagamento apresentaram uma expansão de 6.782 milhões de cruzeiros, entre fins de 1947 e de 1948. A moeda em poder do público (moeda em circulação menos encaixes bancários), ascendeu de 16.882 milhões para 17.733 milhões de cruzeiros, enquanto que os depósitos à vista (menos os bancários) subiram de 33.256 milhões para 36.186 milhões de cruzeiros.

O quadro a seguir evidencia a evolução comercial dos meios de pagamento, no último decênio:

CLASSIFICAÇÃO	Cr\$ 1.000.000		
	1947	1948	Variação
Tesouro Nacional	45.018	19.125	- 25
Carteira de Redescontos	109	1.350	+ 72
Carta de Mobilização Bancária	201	2.178	+ 61
Carta de Estabilização	6	3	- 1
TOTAL	45.334	22.656	- 1.277

MEIOS DE PAGAMENTO

Cr\$ 1.000.000

DATAS	MOEDA EM CIRCULAÇÃO	ENCARGOS NOS BANCOS	MOEDA EM PODER DO PÚBLICO (a - b)	DEPÓSITOS À VISTA (menos bancários)	TOTAL DOS MEIOS DE PAGAMENTO (c + d)	RELAÇÃO DE
1939						
30 jun.....	4.803	1.178	3.625	7.080	10.705	2,23
31 dez.....	4.971	1.117	3.854	7.380	11.234	2,20
1940						
30 jun.....	5.053	1.180	3.873	7.326	11.199	2,22
31 dez.....	5.185	1.000	4.085	7.474	11.559	2,23
1941						
30 jun.....	5.588	1.243	4.345	8.390	12.735	2,28
31 dez.....	6.047	1.387	4.660	9.113	13.773	2,26
1942						
30 jun.....	7.792	1.478	6.314	9.874	16.188	2,18
31 dez.....	8.238	2.108	6.130	2.693	18.723	2,27
1943						
30 jun.....	9.342	2.137	7.205	5.501	22.706	2,43
31 dez.....	10.981	2.439	8.542	19.895	28.437	2,60
1944						
30 jun.....	13.336	2.038	10.298	22.390	32.688	2,45
31 dez.....	14.462	2.800	11.662	24.047	35.709	2,47
1945						
30 jun.....	15.438	3.265	12.173	26.831	39.004	2,53
31 dez.....	17.535	3.214	14.321	27.169	41.490	2,56
1946						
30 jun.....	18.552	3.359	15.193	29.480	44.673	2,41
31 dez.....	20.494	3.674	16.820	29.837	46.657	2,28
1947						
30 jun.....	20.349	3.517	16.797	33.969	50.766	2,49
31 dez.....	20.399	3.517	16.882	33.256	50.138	2,46
1948						
30 jun.....	20.378	3.667	16.711	34.779	51.490	2,53
31 dez.....	20.378	3.667	16.711	34.779	51.490	2,49

(*) Não inclui moeda divisionária

c) RESERVAS-OURO

As reservas-ouro do Tesouro Nacional, depositadas no Banco do Brasil e no exterior, cifram-se em 281.605.677 gramas de ouro fino, no valor de Cr\$ 6.403.685.462,00, em 31 de dezembro de 1941.

Registrou-se, em relação ao exercício anterior, uma diminuição de 33.275.248 gramas (Cr\$ 692.710.937,00) para a qual concorreu a transferência de 33.311.871 gramas, correspondentes a Cr\$ 693.473.206,00, para o Fundo Monetário Internacional, quota do Brasil naquele organismo, conforme se acha explicado em item anterior.

Essas reservas, acha-se gravada a parcela de 54.409.007 gramas em garantia do saldo de US\$ 80.000.000 do Empréstimo de Estabilização, no montante de US\$ 80.000.000, obtido do Federal Reserve Bank em 1947.

As compras de ouro efetuadas no exercício limitaram-se a 38.664 gramas, no valor de Cr\$ 783.257,00, em virtude da vigência da Instrução n.º 4, de 5 de julho de 1945, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que suspendeu, a título provisório, a obrigatoriedade da entrega do ouro de produção nacional ao Banco do Brasil. Essa Instrução foi parcialmente modificada pela n.º 27, baixada em 4 de dezembro de 1948, que obriga os mineradores e exploradores de ouro a venderem 25% da sua produção ao Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil, a preço correspondente à paridade do cruzeiro, as restantes 80% ficando livres para venda no mercado.

Continua permitida, sob regime de licença-prévia, a importação de ouro de liga especial, destinado a trabalhos dentários estando, temporariamente, revogado o controle da Fiscalização Bancária sobre as transações internas de compra e venda de ouro.

O preço oficial, baseado na paridade do cruzeiro (Instrução n.º 21, de 18 de outubro de 1946, da Superintendência da Moeda e do Crédito), é de Cr\$ 20.817,6 por grama de ouro fino.

d) POLÍTICA DE CREDITO

Ante a impossibilidade de serem atendidos, de maneira satisfatória, os pedidos, de caráter de pagamento de importações, foram revigorados os dispositivos do Decreto n.º 24.038, de 2 de março de 1934, que determinam o depósito prévio do equivalente em cruzeiros, em nome do cedente ou credor domiciliado no exterior, para efeito de oportuno fechamento de câmbio, dentro do regime estabelecido para distribuição de coberturas na Instrução n.º 2, de 3 de junho de 1947, da Superintendência da Moeda e do Crédito. Em setembro de 1948, a Superintendência deliberou que tais depósitos deverão ser transferidos diariamente ao Banco do Brasil, pelos bancos depositários, onde permanecerão, a ordem da mesma até o fechamento do câmbio respectivo.

Em face desse novo dispositivo, passaram a ser de três espécies os recolhimentos obrigatórios ao Banco do Brasil, como depositário da Superintendência da Moeda e do Crédito, cujos totais aqui entramos em milhões de cruzeiros, com suas variações em relação ao exercício anterior:

Dados	31-12-47	31-12-48	Varição
Bancários (Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 7.201, de 2-3-1945)	63	69	+ 6
Compulsórios (Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8.159, de 10-1-1946)	63	68	+ 5
Obrigatórios (Decreto n.º 24.038, de 2-3-1934)	—	333	+ 333
TOTAL	126	470	+ 344

Esses depósitos permitiram à Superintendência da Moeda e do Crédito a objetivação de maior assistência bancária — consoante recomendação do Governo — através da Carteira de Redescostos e da Caixa de Mobilização Bancária, atuando o Banco do Brasil como órgão executor das providências determinadas por aquela entidade controladora do mercado monetário. Como poderá ser verificado em outro tópico deste Relatório, os financiamentos da Carteira de Redescostos foram realizados, durante quase todo o ano de 1948, sem qualquer apelo a emissões monetárias.

Os redescostos entre bancos, facultados pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 8.494, de 28 de dezembro de 1915, atingiram a 130 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1948.

Em complemento a essas diretrizes, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, dando execução ao deliberado em reunião ministerial efetuada em meados de 1948, permitiu a redução da taxa de redescosto para 5%, exclusivamente para os títulos representativos de transações reais de produção ou de circulação de bens produzidos.

O Banco do Brasil, coerente com a orientação oficial de facilitar o crédito às atividades econômicas — de que a referida redução da taxa de redescosto é um índice claro — resolveu elevar de 40%, em todas as suas Agências, os limites das operações previstas pela Carteira de Crédito.

O tópico seguinte, referente ao movimento bancário, comporta as considerações acima e o Movimento Bancário.

Foi intensa a atividade bancária, em 1948, fato que atribuímos à política de crédito adotada pelo Governo, visando à normalização do mercado monetário.

O número de estabelecimentos de crédito aumentou, com um acréscimo de 154 unidades, em relação ao exercício anterior, elevando-se a 2.110, assim classificadas:

SEDES:	1947	1948	Variação
Bancos	227	227	0
Finanças	227	227	0
TOTAL	454	454	0

Casas bancárias — 197
FILLIAS:
Bancos nacionais 1.814
Bancos estrangeiros 41
Casas bancárias 19
Escritórios bancários 493
Cooperativas 321

TOTAL 3.115

Enquanto baixava o número de pequenos estabelecimentos aparecidos no período inflacionário, os bancos solidamente assentados abriam filiais e escritórios pelo interior, em louvável obra de disseminação do crédito. No decorrer de 1948, 3 filiais de grandes bancos estrangeiros iniciaram operações no País.

O capital empregado nas atividades bancárias apresentou majoração de 550 milhões de cruzeiros (mais 13%), tendo passado de 4.193 milhões para 4.743 milhões de cruzeiros.

A expansão dos empréstimos, traduzida na cifra de 4.770 milhões de cruzeiros, torna-se mais significativa pela circunstância de corresponder aos reclamos do desenvolvimento econômico nacional. De 46.539 milhões, em fins de 1947, elevou-se a 51.309 milhões de cruzeiros, em dezembro de 1948. Revela essa expansão um período de grande crescimento das atividades bancárias, para o qual concorreu a atuação da Carteira de Redescostos e da Caixa de Mobilização Bancária, supervisionadas, ambas, pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

Os depósitos, tanto de natureza comercial quanto popular, apresentaram satisfatória progressão. Na sua totalidade o aumento foi de 5.409 milhões de cruzeiros (10%), tendo evoluído de 51.808 milhões para 57.218 milhões de cruzeiros no decorrer do último exercício.

f) Mercado de Valores Mobiliários

As operações sobre valores mobiliários permaneceram pouco ativas no ano de 1948, com exceção dos títulos estaduais, que se mostraram em expansão, conforme se observa no quadro abaixo, referente a títulos de maior movimento:

Títulos	1947	1948	Variação
Estaduais	1.024	1.024	0
Federais	1.024	1.024	0
Municipais	1.024	1.024	0
TOTAL	3.072	3.072	0

Refletindo a situação geral, damos, a seguir, o movimento das principais Bolsas de Valores do País:

BOLSA	Cr\$ 1.000.000		Variação 1939/40	
	1937	1938	absoluta	%
30 de dezembro	618	627	- 9	1
31 de março	759	1.394	+ 635	84
30 de junho 1939	27	67	+ 40	148
30 de junho 1940	20	16	- 4	- 20
30 de junho 1941	6	20	+ 14	233
TOTAL	1.429	1.524	+ 95	6

Vemos que a Bolsa do Rio de Janeiro, em cujas transações os títulos estaduais, normalmente, representam modesta percentagem registou queda ponderável, ao passo que as dos Estados — influenciadas por maiores negócios em valores dessa natureza — ofereceram relativa expansão, mais acentuada na de São Paulo, onde as transações sobre aqueles títulos atingiram 684 milhões de cruzeiros, ou seja 57 % do seu movimento global.

5. MERCADO CAMBIAL

O desequilíbrio monetário internacional, caracterizado pelo bloqueio de fundos e por restrições de várias ordens, impossibilitou a utilização dos saldos de exportação em libras, francos franceses, francos belgas e outras moedas na cobertura parcial de déficits com a área do dólar e das demais moedas fortes. Por isso, viu-se o Brasil forçado a adotar uma atitude que encerra um dualismo aparentemente paradoxal: por um lado era obrigado a contrair dívidas no exterior, a atrasar os pagamentos e a desfalcar suas disponibilidades em dólares, para efetuar pagamentos essenciais nessa zona monetária, única ainda em condições de suprir de certos bens indispensáveis, enquanto, por outro lado,

era compelido a assistir à acumulação crescente de saldos credores indisponíveis nas zonas de moeda fraca.

Ingressamos, assim, no exercício de 1948 com o mercado cambial seriamente afetado pela quase suspensão do comércio triangular que nos havia causado, em 1947, uma diminuição de 1.163 milhões de cruzeiros em divisas livres, já escassas, e um acréscimo de 705 milhões de cruzeiros em divisas bloqueadas, ou de utilização restrita, das quais já tinhamos elevada posição.

Ao iniciar-se o ano de 1948, dispunhamos de reservas no valor de 13.507 milhões de cruzeiros, dos quais 6.952 milhões em divisas e 6.555 milhões em ouro. Tais reservas nos teriam permitido fazer face ao déficit de 1947 e atender regularmente às necessidades do mercado cambial em 1948, não fora o desajuste monetário internacional provocado pela escassez mundial de dólares. As perturbações daí decorrentes generalizaram-se por quase todo o mundo, fundamentando a conclusão de que, enquanto perdurar o presente desequilíbrio monetário, poucos países poderão, sem graves riscos, instituir um regime de plena liberdade na movimentação de capitais e mercadorias.

Essa situação forçou o nosso Governo a prosseguir na política cambial adotada em 1947, cujas grandes linhas são as seguintes: seleção das importações e regulamentação dos pagamentos relativos a serviços comerciais e financeiros; drástica restrição dos serviços não comerciais e das remessas unilaterais. Paralelamente, procurou-se aplicar os saldos bloqueados em transações capazes de aliviar futuros encargos que viessem afetar nosso Balanço de Pagamentos.

Por outro lado, ao iniciar-se o exercício, ante a carencia de divisas livres e a necessidade de distribuição equitativa de coberturas cambiais, foi elevada de 30 % para 75 % a cota de "repasso" obrigatória, ao Banco do Brasil, das compras de moedas arbitráveis efetuadas pelos bancos autorizados a operar em câmbio (Instrução n.º 26 de 8 de janeiro de 1948, da Superintendência da Moeda e do Crédito).

Proseguindo, durante o ano de 1948, o regime de prioridade na concessão de câmbio, com observância do grau de preferência dos compromissos a satisfazer e da essencialidade das mercadorias a importar, na ordem estabelecida pela Instrução n.º 25, de 3 de junho de 1947, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Não obstante as dificuldades reinantes, pôde o Brasil cumprir

rigorosamente, graças aos controles estabelecidos, vultosos compromissos assumidos no exterior. Além dos serviços da Dívida Externa, foram pontualmente satisfeitos, durante o ano, obrigações contratuais decorrentes de empréstimos anteriormente concedidos por entidades estrangeiras à Companhia Siderúrgica Nacional, Lloyd Brasileiro, E. F. Soro-cubana, E. F. Central do Brasil e Fábrica Nacional de Motores, todos garantidos pelo Banco do Brasil, por conta do Governo Federal. Foram, ainda, atendidas, na medida do possível, as remessas de rendas de inversões estrangeiras e os serviços de fretes, seguros, etc. A escassez de dólares e a impossibilidade de converter os saldos de exportação em divisas fracas, acumulados no exterior, não nos permitiram manter em dia os pagamentos na área do dólar.

Embora tenha havido uma redução de 553 milhões de cruzeiros nas disponibilidades em divisas do Banco do Brasil, a ordem do Tesouro Nacional, a posição cambial melhorou em virtude da diminuição do montante das libras bloqueadas, devido ao acordo de descongelamento respectivo. Nas moedas conversíveis e compensadas houve acréscimos apreciáveis, como se constata no seguinte quadro:

DISPONIBILIDADES

Cr\$ 1.000.000

Moedas	31-12-47	31-12-48	+ ou - em 1948
Conversíveis	611	1.153	+ 542
Compensadas	1.069	2.035	+ 966
Bloqueadas	4.044	2.883	- 1.161

Os dados que se seguem mostram a posição, em 31 de dezembro de 1948, das disponibilidades e obrigações em divisas por grupos de moedas:

DISPONIBILIDADES E OBRIGAÇÕES EM DIVISAS ESTRANGEIRAS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

Moedas	BANCO DO BRASIL		OUTROS BANCOS (*)		TOTAL (**)	
	MILHARES DE UNIDADES MONETÁRIAS ESTRANGEIRAS	Cr\$ 1.000	MILHARES DE UNIDADES MONETÁRIAS ESTRANGEIRAS	Cr\$ 1.000	MILHARES DE UNIDADES MONETÁRIAS ESTRANGEIRAS	Cr\$ 1.000
CONVERSÍVEIS						
Dólares	62.778	1.154.003	6.502	118.039	69.280	1.272.042
Escudos	2.507	2.433	20.229	15.532	22.736	23.400
Francos suíços	238	2.614	53	343	291	1.185
Outras	—	—	—	—	—	—
TOTAL	65.523	1.156.050	6.555	118.382	72.078	1.273.432
COMPENSADAS						
Francos belgas	615.915	391.487	60.835	26.158	676.750	417.645
Francos franceses	1.705.501	334.761	25.706	1.710	1.731.207	336.471
Libras esterlinas	5.154	391.113	5.534	3.292	10.688	394.405
Coroas checas	618.383	232.172	5.690	2.101	624.073	234.273
Coroas australianas	16.437	63.650	696	4.258	17.133	67.908
Coroas dinamarquesas	8.069	35.386	335	1.707	8.404	37.093
Dólares / Argentina	26.755	501.479	67	202	26.822	501.681
Outras	—	63.271	—	775	—	62.496
TOTAL	6.055.233	2.056.239	131.509	31.509	6.186.742	2.087.748
BLOQUEADAS						
Libras esterlinas	38.353	2.906.502	—	—	38.353	2.906.502
Outras	—	23.423	—	254	—	23.677
TOTAL	—	2.929.925	—	254	—	2.930.179
TOTAL GERAL	—	6.071.402	—	131.763	—	6.203.165

(*) Dados provisórios.

Providência digna de realce foi a declaração do valor par de cruzeiro, feita no Fundo Monetário Internacional, no cumprimento de obrigações assumidas na Conferência de Bretton Woods, de que já tratamos no capítulo "Moeda e Crédito".

Convém salientar que a remessa da quota-ouro não redunda em definitiva diminuição de reservas. Ao contrário, importa praticamente em aumento pela facilidade conferida ao Brasil de obter, do Fundo das divisas disponíveis, em parcelas anuais até 5 vezes o valor da referida quota.

As dificuldades e os desequilíbrios do intercâmbio internacional obrigaram o Brasil a realizar vários acordos de pagamento. A série de atos concluídos, renovados ou modificados no decorrer do exercício findo, representa trabalho digno de especial referência, salientando-se o Acordo Anglo-Brasileiro, assinado em 21 de maio, que solucionou o problema dos esterlinas "congeladas" e regulou a utilização dos novos saldos oriundos de transações correntes. Esses "congelados", que totalizavam, em 1 de janeiro de 1948, 1.53.864.303, estavam reduzidos, em 31 de dezembro de 1948, a 2.033.383.080, tendo sido a diferença aplicada da seguinte forma:

Títulos	1947	1948	Variação
Compras de títulos da Dívida Externa Brasileira	4.201	4.201	0
Pagamento relativo à encampação do São Paulo Railway Co.	7.532	7.532	0
Item de indenizações à Brasil Railway Co., por encampação de bens de sua propriedade	2.000	2.000	0
Transferência para a conta disponível	1.500	1.500	0
TOTAL	15.233	15.233	0

A 8 de março de 1933, foi as-

sinada a prorrogação, por dois anos, do Acordo de Pagamentos firmado com a França em 8 de março de 1946. A prorrogação teve em mira regular a liquidação do saldo a favor do Brasil, restante do antigo acordo, que não previa forma específica de pagamento, e reduziu de 25 milhões para 15 milhões de dólares o crédito anteriormente concedido àquele país.

A 17 de maio de 1943, venceu-se o Acordo com a Bélgica, vigorando desde 1946, denunciado pelo Brasil em vista da rápida recuperação da economia belga e das dificuldades cambiais que ainda nos assombram. O saldo a favor do Brasil, resultante do acordo, deverá ser liquidado em moeda de curso internacional, no prazo máximo de treze anos.

Durante o exercício de 1948 registrou-se uma redução de 23% nos fundos retidos na Tcheco-Eslaváquia, com quem assinamos um Acordo em outubro de 1946.

Em virtude da denúncia, pelo Brasil, e do vencimento do convenio vigente desde 1941, as transações entre o nosso País e a Argentina foram reguladas em novo convenio, assinado a 21 de outubro de 1948, o qual estabeleceu que, a partir de 10 de novembro do mesmo ano, o intercâmbio das duas nações passaria a efetuar-se em cruzeiros. Elevava-se, em fins de 1948, a Cr\$ 356.220.318 o saldo credor do Brasil. Do convenio extinto subsistiu um saldo de cerca de US\$ 40.000.000, utilizável em pagamentos de importações de trigo, o qual, em 31 de dezembro de 1948, estava reduzido a US\$ 26.787.207.

Tendo chegado a bom termo os acordamentos com o Banco Central do Chile, para regular o crédito concedido ao Brasil, cujo limite tinha sido ultrapassado, os pa-

amentos entre os dois países retomaram seu ritmo normal. Relativamente ao Paraguai, dificuldades oriundas de desequilíbrios tendenciosos no balanço de pagamentos com o Brasil têm impedido a satisfação de compromissos comerciais e financeiros assumidos para com o nosso País.

Regularizando o intercâmbio com a Dinamarca, o Banco do Brasil e o Danmarks National Bank, de Copenhague, ajustaram, em setembro de 1948, a liquidação dos nossos créditos acumulados, mediante pagamento em libras. Foi também ajustada a abertura de uma conta, para registro das novas transações, pelo prazo de dois anos, a partir de 24 de março de 1948, até o limite de 15 milhões de coroas, prevista a liquidação do excedente em dólares.

Pro seguem normalmente em 1948 as operações reguladas pelos demais acordos existentes.

6. FINANÇAS PÚBLICAS

A reforma tributária brasileira, já delineada no exercício anterior, teve sua execução iniciada com a nova legislação do imposto de renda, a consolidação das leis de imposto de consumo, o reajustamento das tarifas aduaneiras e o restabelecimento do imposto sobre transferência de fundos para o exterior.

A nova lei do imposto de renda, n.º 154, de 25 de novembro de 1947, apesar de aumentar várias taxas, favoreceu os contribuintes com a majoração dos abatimentos relativos aos encargos de família, além de outras vantagens, destacando-se a extinção do imposto adicional de renda que se não mais justificava. Vigorando em todo o exercício, a nova lei permitiu uma arrecadação superior à prevista orçamentariamente, tanto em relação às pessoas naturais quanto às pessoas jurídicas. A sua aplicação do imposto adicional de

renda veio dar maior margem ao desenvolvimento do comércio e da indústria.

O imposto de 5% sobre as transferências de fundos para o exterior, que havia sido extinto, foi restabelecido pela Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, dele ficando isentas as remessas para atender serviços da dívida externa, pagamentos de combustíveis, lubrificantes, papel para imprensa importado com isenção de direitos aduaneiros, gêneros alimentícios de primeira necessidade, retorno de capitais estrangeiros aplicados no País, bem como remessas feitas pelas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares de países que dispensem tratamento recíproco. Sua arrecadação ficou a cargo do Banco do Brasil.

Os diretos alfandegários, tendo em vista o paulatino desarmamento aduaneiro que sofreram em virtude do nosso sistema de tarifas baseado em valores fixos por unidade, tiveram de ser reajustados. A Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948, consubstanciou esse reajustamento e aprovou o Acordo Geral de Tarifas, concluído em Genebra em outubro de 1947, sob o auspício da Organização das Nações Unidas, visando estimular a expansão do comércio internacional por meio da redução das barreiras aduaneiras.

O imposto de consumo, ainda a maior parcela no valor de nossa renda tributária, sofreu aumento em suas taxas sobre fumo, bebidas, relógios, joias e obras de ourives e semelhantes, passando a incidir também sobre os automóveis. Esta alteração foi objeto da Lei n.º 494, de 28 de novembro de 1948.

Vai assim o Governo e o seu programa financeiro, cujos resultados se evidenciam pelo superávit alcançado na execução orçamentária do exercício de 1947, agora confirmados no exercício de 1948, se bem que com um saldo diminuído de Cr\$ 3.380.352. Esse saldo teria sido bem maior se não fossem

Os encargos consequentes da majoração dos vencimentos do funcionalismo da União. Por pequeno que seja, entretanto, demonstra uma técnica mais apurada na arrecadação da receita tributária, conseguida pela reforma já iniciada.

A execução orçamentária do exercício de 1948 apresentou uma receita de Cr\$ 15.698.971.246 e uma despesa de Cr\$ 15.698.971.246, inclusive "Restos a Pagar".

A previsão orçamentária para 1949, consubstanciada na Lei número 537, de 14 de dezembro de 1948, estima a receita em Cr\$ 18.228.650.000 e fixa a despesa em Cr\$ 18.228.650.000, apresentando, por conseguinte, um déficit previsto de Cr\$ 1.141.365.769, que o Governo espera reduzir ou eliminar no decorrer do exercício.

O provável excesso da arrecadação sobre a receita orçada, como resultado da severa política fiscal e como fenômeno decorrente do próprio crescimento das forças econômicas e, por outro lado, a redução das despesas ao mínimo indispensável, permitirão ao Governo prosseguir na execução do seu sadio programa financeiro.

Em 31 de dezembro de 1948, a dívida externa da União elevava-se a Cr\$ 71.206.285 e US\$ 100.187.065, verificando-se um

decréscimo de £ 1.393.748 e US\$ 6.478.040 em relação ao ano anterior.

A dívida externa nacional (União, Estados e Municípios) era representada, ao terminar o ano de 1948, por Cr\$ 96.537.650, US\$ 184.833.865 e Florins 6.428.100.

Os nossos compromissos para com a França, no montante de 229.185.500 francos-ouro e 519.668.587 francos-papel — sendo 272.908.462 de responsabilidade federal, 225.138.125 estadual e 21.520.000 municipal.

foram objeto de "Acordo de Liquidação" entre os dois governos por troca de notas datadas de 8 de março de 1948, estando essas importâncias depositadas no Banco de França para resgate com os portadores dos títulos.

O empréstimo em florins, emitido pelo Estado de São Paulo em 1921, constitui matéria de estudos especiais tendentes à sua liquidação.

A dívida interna consolidada federal, em fins de 1948, estava representada pela quantia de

10.411 milhões de cruzeiros, registrando o pequeno acréscimo de 348 milhões em relação ao último dia de 1947.

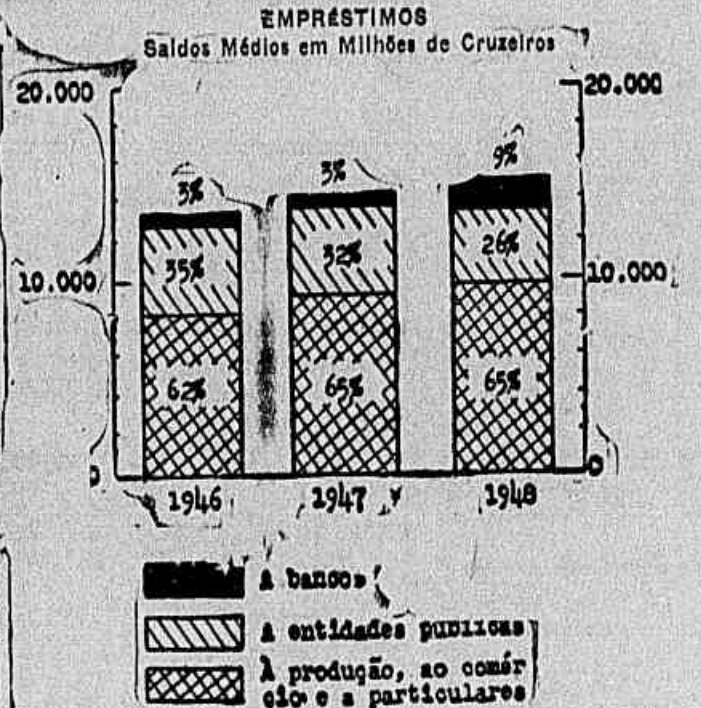
II — AS ATIVIDADES DO BANCO NO ANO DE 1948

A — Síntese das Operações

1. QUADRO GERAL

O confronto, que abaixo apresentamos, evidencia ter prosseguido, no último exercício, o ritmo ascendente do movimento do Banco, sendo de salientar que algumas das principais rubricas mostram expressivos acréscimos.

PRINCIPAIS RUBRICAS	SALDOS MÉDIOS					DE 1948
	1946	1947	1948	DIFERENÇA	1948-1947	
Recursos próprios	3.187	3.598	3.756	+ 220	6	6
Total dos depósitos	17.635	18.266	19.402	+ 1.136	6	6
Depósitos de entidades públicas	5.079	5.617	7.055	+ 1.438	7	7
Total dos empréstimos	13.608	14.115	15.090	+ 945	7	7
Empréstimos a bancos	349	520	1.322	+ 802	154	154
Empréstimos a entidades públicas	4.771	4.472	3.920	- 552	12	12
Empréstimos aos setores econômicos	8.488	9.123	9.818	+ 695	8	8
Cobrança	825	976	1.167	+ 191	10	10
Ordens de pagamento	1.466	1.419	1.563	+ 144	10	10
Valores em custódia	22.610	24.057	24.400	+ 343	2	2



É oportuno assinalar que figuram entre os "Empréstimos a Entidades Públicas" operações destinadas ao propulsamento das forças econômicas, como, por exemplo, a aquisição pelo Banco do Brasil de máquinas agrícolas, por conta do Ministério da Agricultura, para execução do seu plano de mecanização da lavoura.

b) — EMPRÉSTIMOS A UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS

Registrou-se, no exercício de 1948, uma elevação de 121 milhões de cruzeiros nessa categoria de Empréstimos para a qual contribuíram operações novas com os seguintes Estados e Municípios:

Pará — Crédito de Cr\$ 2.901.000, destinado à aquisição de material para a usina de fornecimento de luz e energia elétrica à cidade de Belém (Contrato de 10/2/1948), prazo de 30 meses, amortização em parcelas mensais de Cr\$ 100.000, juros pagáveis semestralmente.

Bahia — Crédito de Cr\$ 40.000.000, para aplicação de natureza reprodutiva e ampliação dos serviços de luz, água, esgotos (Contrato de 13/

2/1948) prazo de 10 anos, juros pagáveis semestralmente, resgate em 20 prestações semestrais de Cr\$ 2.000.000.

Mat. Grosso — Crédito de Cr\$ 10.000.000, destinado à liquidação da dívida flutuante do Estado, regularização de compromissos do exercício de 1947 introdução de agricultores e adoção de medidas de fomento agrícola e industrial (Contrato de 5/2/1948), prazo de 10 anos, juros pagáveis semestralmente, amortização em 12 prestações semestrais de Cr\$ 833.333,33.

Município de São Borja — Crédito de Cr\$ 1.400.000, destinado à reforma da Usina Elétrica Municipal (Contrato de 30/12/1948), prazo de 11 anos, juros pagáveis semestralmente, resgate em 20 prestações semestrais de Cr\$ 70.000.

A posição dos empréstimos dessa categoria, nos últimos dois anos, era a seguinte:

UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS	SALDOS MÉDIOS		VARIAÇÃO
	1947	1948	
Pará	2.901.000	2.901.000	—
Bahia	40.000.000	40.000.000	—
Mat. Grosso	10.000.000	10.000.000	—
São Borja	1.400.000	1.400.000	—
Outras	1.129.204	1.319.873	190.669
Total	54.220.204	54.610.873	390.669

c) Empréstimos a entidades autárquicas federais e empresas de interesse nacional

No decorrer de 1948, foram abertos créditos a Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. (Limite de Cr\$ 25.000.000,00) à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro (Limite de Cr\$ 65.000.000,00), à Estrada de Ferro Central do Brasil (Limite de Cr\$ 250.000.000,00) ao Instituto do Açúcar e do Alcool (Limite de Cr\$ 230.000.000,00) ao Instituto Nacional do Mate (Limite de Cr\$ 1.000.000,00) e à Companhia Siderúrgica Nacional (Limite de Cr\$ 30.000.000,00). Os limites contratuais mencionados ainda não foram atingidos e os empréstimos sofreram, no decorrer do exercício, as amortizações previstas.

Até o fim de 1948, possuía o Banco, sob as rubricas "Empréstimos" e "Empréstimos a Entidades Públicas" (Carteira de Crédito Geral) e "Empréstimos a Exportadores e Importadores" (Carteira de Exportação e Importação), contas abertas às seguintes entidades:

Companhia Siderúrgica Nacional
Companhia Vale do Rio Doce S. A.

Comissão Construtora da Fábrica Nacional de Motores
Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A.

Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda.
Cooperativa Central de Pesca do Rio de Janeiro
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro

Comissão Executiva dos Produtores de Mandioca
Estrada de Ferro Central do Brasil
Fundação Brasil Central
Frigorífico Barbacena S. A.

Instituto do Açúcar e do Alcool
Instituto Nacional do Mate
Instituto Nacional do Sal
Organização Henrique Lage, Patrimônio Nacional

Continuam, assim, o Banco do Brasil a prestar assistência a grandes empreendimentos nacionais, fatores do progresso econômico do País.

d) Empréstimos a bancos

Os empréstimos a bancos apresentaram, em 1948, um acréscimo de 802 milhões de cruzeiros, correspondente a 154%, em relação ao exercício anterior:

BANCOS	SALDOS MÉDIOS		VARIAÇÃO
	1947	1948	
1946	349	520	+ 171
1947	520	1.322	+ 802
1948	1.322	1.322	—
Total	349	1.322	+ 973

Devemos encerrar o vultoso despesa em classe de empréstimos, em 1948, como efeitos remotos da fase inflacionária do crédito, já felizmente vencida, durante a qual alguns estabelecimentos expandiram seus negócios sem a necessária cautela, empenhando em operações de prazo dilatado, em troca da comprovada liquidez, recursos exigíveis à vista a curto prazo. A maior parte de tais operações é feita através da Caixa de Mobilização Bancária.

e) — EMPRÉSTIMOS A ATIVIDADES ECONÔMICAS

Registrou-se, no exercício de 1948, uma elevação de 121 milhões de cruzeiros nessa categoria de empréstimos tanto mais signifi-

cativa quanto considerarmos o critério relativo adotado pelo Banco, recusando, de modo sistemático, operações meramente especulativas.

Attingiam, em 1948, a 9,11 milhões de cruzeiros (saldos médios) indicando uma diferença para mais de 60% em relação ao ano anterior. Os empréstimos às atividades econômicas representaram 84% do total dos empréstimos do Banco (vide Quadro Geral), percentagem expressiva, se levarmos em conta as múltiplas atividades da outra parte, com que, continuamente, se mantém a assistência financeira.

(Continua na página seguinte)

330 cursos de ensino supletivo serão instalados em Sergipe

ASSINADO O ACORDO PARA EXECUÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS NAQUELE ESTADO

No gabinete do ministro da Educação realizou-se o ato de assinatura do acordo celebrado entre a União e o Estado de Sergipe para execução da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, em 1949, naquele Estado.

Segundo o referido acordo, o Ministério da Educação e Saúde elaborará o plano de ensino geral, a organização técnica e o controle geral dos serviços, bem como a prestação de auxílio financeiro e o fornecimento de textos de leitura.

Até o Estado de Sergipe cabe a instalação dos cursos do ensino, o recrutamento de pessoal e a administração direta dos serviços.

A ambas as partes caberão atividades de difusão e a coordenação de contribuintes de direito privado, que desejem colaborar na Campanha.

O Estado de Sergipe se compromete a instalar, distribuídos por todos os seus municípios, 330 cursos de ensino primário supletivo para adultos e adolescentes.



PAIXÃO FATAL

O jovem comerciante Hilson Batista, de 23 anos, residente à rua Vaz Tolado, n. 582, era noivo da srta. Glória Guimarães, residente naquela mesma rua, n. 403, casa 1. Mas, há 3 dias brigara com a moça, logo o noivo resolveu o rompimento e, em outra ocasião, desta vez achava impossível o restabelecimento da amizade.

Ontem, pela manhã, resolveu por uma paixão desenfreada, resgateu o corpo da vida. Ainda na cama, lançou mão de um revólver, detonando-o contra o ouvido direito. Com o ruído do tiro pessoas da família acordaram, encontrando-o em estado desesperador. Imediatamente, solicitaram o auxílio do Fôto de Assistência do Meyer. Foi hasteado uma ambulância. Depois de ali ser medicado, transportaram-no para o H.P.S., onde, horas depois, veio a falecer.

O cadáver do trágico rapaz, que deixara uma carta justificando seu gesto, foi removido para o necrotério do Instituto Médico Legal.

Caluniada, suicidou-se

PETROPOLIS, 10 (Especial para A MANHÃ) — Suicidou-se, na madrugada do quintal da casa n. 194, a srta. Santos Dumont, de 23 anos. A infeliz, que ingerira veneno letal, viveu temporariamente a tórax extrema altitude, por ter sido atendida de imediato pela polícia, o que afirmou ser calúnia.

CIRURGIÃO-DENTISTA

Dr. Sylvio de Souza

Raios X e Diatermia — Tratamento de Infecções focais. Dentaduras, Bridges e trabalhos de Roach — De 8 às 12 e de 14 às 18 horas. Edifício DARKE — 7.º andar, sala 730. Rua Treze de Maio, 23.

Agressão e ferimento

No H. P. S. foi internado, à madrugada de ontem, o senhor Redigues Silva, de 19 anos, solteiro, residente à rua Correia de Almeida, n. 51. Fora ele, segundo apurou o comissário Padilha, do 23.º D. P., agredido, a furor de gelo, pelos indivíduos "Pão Preto" e "Alcides" de tal modo profundo ferimento no abdômen.

Os agressores foram forçados, estando aquela autoridade no seu encalço.

MAE SEM ENTRANHAS

Num terreno baldio da Esplanada do Castelo, ontem, pela manhã, o sr. Marcílio Dias, residente à rua São Francisco Xavier, n. 892, casa 3, encontrou, embulhado em papel, o cadáver de uma criança recém-nascida, do sexo masculino.

Imediatamente, comunicou a fato a uma guardinha R. P., cujo detetive, examinando o embulho, verificou que o mesmo estava chamuscado, dando a impressão de que haviam pretendido incinerá-lo.

O cadáver foi removido para o Instituto Médico Legal, onde, em tempo, aberto inquérito policial.

Teria sido atropelada

Na rua Paula de Freitas, esquina com a avenida Copacabana, foi encontrada caída, à madrugada de ontem, uma mulher de cor branca, apresentando fratura do crânio e dos ossos das pernas, além de diversos ferimentos, sendo, em estado desesperador, recolhida ao hospital Miguel Couto.

Supõe-se que a referida senhora tenha sido vítima de uma atropelamento, estando a Polícia procurando esclarecer o fato.

Ósseo-Tônico

Instituto Pan-Americano de Geografia e História

ADIADA A REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA

Atendendo a interesse de ordem internacional, foi adiada para setembro vindouro a inauguração da Primeira Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, a ser promovida nesta capital por iniciativa da Comissão de Geografia, órgão integrante do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede no México.

De acordo com a resolução tomada pelos organizadores de certa forma, os trabalhos daquela assembléia cujo início estava marcado para o dia 14 do mês de agosto vindouro, deverão realizar-se entre os dias 15 e 21 de setembro do corrente ano.

A seguir, referimo-nos, sucintamente embora, aos Recursos e Aplicações, destacando-lhes as variações e ocorrências mais significativas.

a) Recursos

A média anual dos recursos elevou-se a 28.529 milhões de cruzeiros, apresentando, sobre o ano anterior, uma diferença a mais de 2.535 milhões, correspondente a 10%. Os recursos próprios tiveram um aumento de 220 milhões de cruzeiros (6%), ao mesmo tempo que os exigíveis registraram o acréscimo de 2.315 milhões (10%). Os depósitos

aumentaram de 1.136 milhões de cruzeiros, devido, quase exclusivamente, aos depósitos de entidades públicas. Os depósitos do público diminuíram. Essa diminuição pode ser explicada pelas taxas de juros mais elevadas oferecidas por muitos outros estabelecimentos bancários aos depositantes, taxas que o Banco do Brasil se acha impossibilitado de oferecer porque a sua taxa média de empréstimos é das mais baixas no País.

No resumo abaixo, alinhavamos os dados relativos aos recursos do Banco, condensados em classes e grupos:

RECURSOS	SALDOS MÉDIOS		VARIAÇÃO
	1947	1948	
Próprios	3.187	3.756	+ 220
Depósitos	17.635	19.402	+ 1.767
Exigíveis	7.707	10.369	+ 2.662
Outras exigibilidades	3.700	5.155	+ 1.455
Total	22.229	28.529	+ 6.300

b) Aplicações

A expansão dos recursos veio permitir patível amplitude de aplicações, conforme se pode apreciar no quadro a seguir:

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES	SALDOS MÉDIOS		VARIAÇÃO
	1947	1948	
Disponibilidades	1.523	1.948	+ 425
Empréstimos	8.204	9.941	+ 1.737
Outras aplicações	9.727	10.307	+ 580
Total	19.454	22.196	+ 2.742

(*) Moeda corrente, outras espécies e reservas legais depositadas.

O decréscimo verificado no saldo médio de Caixa mostra que o Banco, preocupado em atender aos reclamos da economia nacional em seus múltiplos aspectos, tem utilizado seus recursos até o máximo possível.

Outra prova do que acabamos de afirmar está no aumento de 945 milhões de cruzeiros no volume dos empréstimos, relevante notar que, dessa importância, 895 foram destinados às atividades econômicas.

O movimento da Carteira de Crédito Geral acusou sensível aumento, devido, em grande parte, à elevação do limite de operações das agências.

A diminuição que se observa nas cifras referentes às transações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial é motivada pela liquidação de financiamentos, de caráter comercial, no algodão em pluma — processados na Carteira e realizados

EMPRÉSTIMOS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS

ANOS	CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL		CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL		TOTAL
	Saldo médio	% do total	Saldo médio	% do total	
1944	2.017	45	2.478	55	4.495
1945	2.083	58	4.412	62	6.495
1946	2.433	59	5.055	69	7.488
1947	4.522	60	4.201	61	8.723
1948	5.471	59	4.478	61	9.949

2. Tesouro Nacional

A posição das contas do Tesouro Nacional acusava, em 31 de dezembro de 1948, um saldo credor de Cr\$ 1.455.620.204,50, conforme evidencia o quadro abaixo:

C/ aplicação da Lei 10, de 7 de fevereiro de 1947 (*)

Outros créditos

(*) — Refere-se à transferência para a responsabilidade do Tesouro Nacional de emissões feitas, no total de 2.250 milhões de cruzeiros, para atender às operações da Carteira de Redescoberta. Por essa operação, foi o Tesouro creditado no Banco pelos 2.250 milhões de cruzeiros.

Dessa crédito, de conformidade com a Lei referida, foi aplicada a soma de Cr\$ 499.998.827,60 na cobertura de débito do Tesouro na conta de compra de ouro, restando ao mesmo um saldo de Cr\$ 1.750.011.172,40, registrado no nosso balanço de 28 de fevereiro de 1947 e nos posteriores, com as modificações supervenientes.

Conta de compra de ouro

Saldo a liquidar do exercício de 1948

Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948

Outros débitos

Saldo

As contas de arrecadação e despesa referentes a 1948, regidas pelo Contrato de 28 de outubro de 1946, apresentavam, como se vê saldo de Cr\$ 539.046.716,00 a favor do Banco. Todavia, a arrecadação da receita procedida no período adicional reduziu esse saldo à importância de 224 milhões de cruzeiros, transferida para a conta "Liquidação", ficando, desse modo, encerradas as contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948.

Além das contas acima, de caráter orçamentário, possui o Tesouro Nacional, junto ao Banco do Brasil as relativas às

operações da Carteira de Câmbio que, a partir da vigência do regime cambial instituído pelo Decreto-lei n. 97, de 23 de dezembro de 1937, passaram a ser realizadas sob a responsabilidade do Governo.

Em julho de 1943, nossos balanços comemoram a evidenciar a posição do Tesouro com referências a essas operações que, até então, figuravam nas contas do Banco.

Desse modo, a situação, em 31 de dezembro de 1948, das contas oriundas de operações cambiais indicava o saldo credor de Cr\$ 6.653.699.213:

TESOURO NACIONAL — OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CÂMBIO

Débito

Correspondentes no exterior

Outras contas

Crédito

Correspondentes no exterior

Depósitos para Certificados de Equipamento

Certificados de Equipamento

Depósitos vinculados

Depósitos obrigatórios (Decreto 24.038, de 26 de março de 1934)

Outras contas

Saldo

Das contas mencionadas, a de "Correspondentes no Exterior" exprime, no Ativo, as disponibilidades e, no Passivo, as obrigações em moeda estrangeira, indicando o seu saldo as disponibilidades líquidas no exterior, em moedas livres, boletins e compensadas. O balanço de todas as contas da Carteira de Câmbio oferece a posição devedora do Tesouro, junto ao Banco, decorrente de adiantamentos feitos para a

CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

a) Recursos e Aplicações

O quadro dos recursos e aplicações da Carteira, em 31 de dezembro de 1948, revela a permanência da situação referida em relatórios anteriores, exigindo constante utilização das disponibilidades gerais do Banco.

De fato, para inversões no total de Cr\$ 4.088.136.402,80, apenas Cr\$ 1.591.433.734,70 correspondem a recursos específicos. A diferença ou sejam Cr\$ 2.096.702.668,10, provém de descontos no montante de Cr\$ 1.307.438.380,10, e de suprimentos do Banco do Brasil num total de Cr\$ 1.789.264.288,00.

Verifica-se, assim, que, até agora, não se solucionou o problema fundamental da Carteira — aliás, de preponderante influência na economia do próprio Banco — qual seja o da constituição dos meios específicos necessários às operações rurais e industriais, reclamada em volume cada vez maior.

A subscrição de bonus prevista pela Lei n. 451, de 9 de julho de 1937, para o financiamento das atividades rurais e industriais mantém-se inalterada, não passando de Cr\$ 75.863.000,00. Somam Cr\$ 348.683.280,10 os depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos. Também insuficientes são os recursos para a mesma finalidade, criados pelo Decreto-lei n. 2.611, de 20 de setembro de 1940.

Esse tem sido um dos assuntos de constante preocupação para a Administração do Banco. Os Poderes Públicos, certamente saberão solucionar o problema, a fim de que a Carteira possa contar com recursos adequados à função que deve desempenhar e para a qual foi instituída.

Muito embora não esteja produzida do desejável vulto de

CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

Recursos e aplicações

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

RECURSOS	APLICAÇÕES
RECURSOS PRÓPRIOS DA CARTEIRA	Cr\$
(Decreto-lei n. 3.077, de 24-3-41)	Cr\$
Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de 90 dias.....	1.007.268.000,00
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais.....	30.478.461,70
Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos.....	1.140.140.938,30
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Institutos).....	348.683.280,10
Bônus em circulação.....	75.863.000,00
	1.591.433.734,70
RECURSOS DE OUTRAS ORIGENS:	
Da Carteira de Redenções.....	1.307.438.380,10
Das disponibilidades gerais do Banco.....	1.789.264.288,00
	3.096.702.668,10
	4.688.136.402,80

meios próprios, não tem a Carteira deixado de realizar empréstimos de custeio à produção. Inevavelmente, isso representa valiosa contribuição do Banco do Brasil ao desenvolvimento e amparo da produção. Todavia, não deixa de significar, por outro lado, sensível onus para a economia deste Banco.

Não foram mencionados os Empréstimos em Letras Hipotecárias, que, conforme seu

próprio nome indica, não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-48, sendo que os créditos, em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

Rurais 4.139.915.962,40
Industriais 975.263.915,40
Total 5.115.179.877,80

Desde sua fundação firmou a Carteira 141.412 contratos, no valor de Cr\$ 19.935.215.299,00, dos quais 110.259, no total de Cr\$ 14.820.035.351,20, foram liquidados até 31 de dezembro de 1948, restando em vigor, na mesma data, 31.154 operações, somando Cr\$ 5.115.179.877,80. Sua distribuição, por espécies e por Estados, encontra-se compilada em quadros a seguir.

CREDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	AGRICOLAS		PECUÁRIOS		AGRO-PECUÁRIOS		INDUSTRIAIS		AGRO-INDUSTRIAIS		TOTAL	
	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000	N.º	Cr\$ 1.000
Guaporé	4	1.087	6	2.380							10	3.467
Acre	16	1.409	7	214							23	1.623
Amazonas	14	300	23	2.175							37	2.475
Rio de Vaco	18	299	47	5.150							65	5.449
Pará	1	2	2	270							3	272
Amapá	53	5.095	85	10.189							138	15.284
NORTE												
Maranhão	25	2.286	10	335							35	2.621
Piauí	100	15.757	245	10.997	6	163					251	26.917
Pernambuco	1.230	22.108	1.180	88.587	10	373					2.420	111.068
Piauí	81	5.021	289	79.744	69	2.950					419	87.715
Paraná	177	14.509	1.770	141.985	52	3.248					2.099	160.742
Pernambuco	88	22.436	1.584	158.576	5	310					1.927	181.322
Alagoas	6	283	567	57.269							573	57.552
NORDESTE	604	89.861	8.151	477.583	142	7.046					8.797	584.490
Sergipe	16	378	661	47.904	2	12					799	48.694
Bahia	324	42.363	2.241	167.918	16	477					2.581	211.758
Minas Gerais	579	41.597	4.944	725.523	3	185					5.526	767.231
Distrito Santo	618	31.275	283	19.018							901	50.293
Rio de Janeiro	438	20.174	832	59.005	3	66					1.273	79.245
Distrito Federal	104	1.117	28	5.652	1	73					133	7.542
LESTE	2.099	136.904	9.899	1.023.820	25	1.483					12.923	1.162.207
São Paulo	3.716	550.503	1.570	378.467	3	56					5.289	928.926
Paraná	305	54.312	200	21.520	2	20					507	75.852
Santa Catarina	224	3.843	70	3.442							294	7.285
Rio Grande do Sul	1.676	193.579	1.301	104.890	2	239					2.979	298.708
Sul	5.985	802.237	3.441	508.319	7	715					9.433	1.311.271
GOIÁS	17	2.306	1.056	176.407	1	22					1.939	180.479
Estado Grosso	49	1.085	1.185	175.061							1.234	176.146
Centro-Oeste	66	3.394	2.241	352.065	1	22					1.921	355.412
BRASIL	8.807	1.037.491	21.371	2.461.779	175	9.266					342	631.379

b) CREDITO AGRICOLA

Com o objetivo de proporcionar para o fomento de áreas agrícolas, o Banco do Brasil, através das Filiais em 29.11.48, emita circular nos termos seguintes:

"Dado o notório interesse nacional de ser intensificada a assistência financeira à agricultura visando o aumento da respectiva produção, mormente da parte relativa aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, vimos recomendar aos srs. Administradores das Agências que dispensem a melhor atenção às operações de financiamento agrícola, procurando as discretamente a procurando atrair a Filial da Carteira os produtores mais qualificados".

"A direção da Carteira deve ser feita imediatamente comunicação de cada deferimento de proposta da espécie, mencionando-se o nome do proponente, valor do empréstimo pleiteado e fins a que se destinava, expondo-se outrossim os motivos determinantes da recusa".

Variações concessões têm sido ultimamente feitas em benefício do produtor tais como:

a) dispensa de garantia subscritora (quando os produtores possuíam outros imóveis e estejam em situação econômica capaz de arcar com a hipótese de invalidação do penhor), no caso de financiamento de lavouras formadas ou imóveis gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;

b) dispensa de avaliação prévia das safras de algodão quando localizadas em áreas em terras já visitadas por técnicos do Banco;

c) dispensa em determina

das hipóteses de avaliação por perito remunerado das safras de café;

d) manutenção em carteira dos contratos vencidos de financiamentos de lavouras de café sem maiores onus para os devedores, isto é, suspensão da cobrança de juros suplementares à taxa de 1% a. a. pela mora até que se processe a venda normal do produto para a qual se concede um prazo adicional de 90 dias, após o vencimento quando depositado o café no interior do prazo de sua chegada e liberação, se despachado para as praias de exportação;

e) concessão de novos financiamentos a mutuários que por frustração das colheitas anteriores não hajam liquidado os contratos anteriores, nos quais são conservados vencidos em carteira, nas mesmas condições do item anterior;

f) liberação dos conhecimentos de transporte, e se não for apenhado, que excederem a quantidade necessária para a cobertura dos débitos correspondentes e despesas complementares até final liquidação, na base regulamentar de 60% do valor do produto, considerando-se, para efeito de cálculo, os preços correntes nas praias de exportação e descontando-se dos adiantamentos, as despesas a que o produto estiver sujeito.

Essas facilidades e o nosso decidido propósito de difundir o crédito agrícola — tanto quanto permitirem a atual regulamentação e os recursos de que dispõe a Carteira — contribuirão para o aumento do movimento registrado no exercício de 1948 em que

o número de contratos agrícolas se elevou a 8.676 no valor de Cr\$ 1.583.271.000,00, contra 5.443 feitos em 1947, no total de Cr\$ 1.229.904.000,00. Verifica-se, pois, um acréscimo de 2,22% contratos no valor de Cr\$ 373.367.000,00.

Circunstância digna de especial registro é a elevada percentagem em 1948 dos empréstimos de valor até Cr\$ 30.000,00, cada um, os quais corresponderam a 41% do total dos financiamentos rurais (agrícolas e agro-pecuários), conforme se constata no quadro aqui reproduzido.

FINANCIAMENTOS RURAIS

Número

PERÍODOS	1938/1943	1944	1945	1946	1947	1948	TOTAL
PEQUENOS							
De Cr\$ 250 a Cr\$ 5.000	5.376	636	1.649	686	319	490	8.551
De Cr\$ 5.001 a Cr\$ 10.000	7.312	9.472	3.711	1.778	818	1.010	15.905
De Cr\$ 10.001 a Cr\$ 20.000	10.188	3.116	3.819	2.768	200	281	22.562
De Cr\$ 20.001 a Cr\$ 30.000	6.897	2.760	3.153	1.930	658	742	15.440
DE MEDIO							
De Cr\$ 30.001 a Cr\$ 50.000	29.273	9.277	10.738	7.180	2.294	3.008	62.642
De Cr\$ 50.001 a Cr\$ 100.000	1.396	3.266	4.000	2.844	649	1.030	18.111
De Cr\$ 100.001 a Cr\$ 200.000	6.318	4.468	5.518	3.714	943	1.505	23.922
DE GRANDES							
De Cr\$ 200.001 a Cr\$ 500.000	15.621	7.770	9.527	9.790	1.592	2.544	42.812
De Cr\$ 500.001 a Cr\$ 1.000.000	7.388	5.580	7.490	4.121	1.818	3.403	29.182
De Cr\$ 1.000.001 a Cr\$ 2.000.000	990	1.115	1.650	468	346	983	5.438
De Cr\$ 2.000.001 a Cr\$ 5.000.000	8.837	6.706	9.349	4.530	1.964	3.166	34.600
TOTAL DE PRODUTORES	83.751	33.752	39.014	11.478	5.047	9.513	129.955

Francisco Campos
Aprijo dos Anjos
ADVOGADOS
Rua Arijo Porto Alegre, 70
saia 315, 319
Telefone: 42-9110

DOCTOR JOSÉ DE ALBUQUERQUE
Membro efetivo da Sociedade de Sexologia de Paris
DOENÇAS SEXUAIS DO HOMEM
Rua do Rosário, 98
De 1 a 6

NUMERO DE FINANCIAMENTOS RURAIS

% das classes a total

PERÍODOS	1938/1943	1944	1945	1946	1947	1948	TOTAL
PEQUENOS							
De Cr\$ 250 a Cr\$ 5.000	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3
De Cr\$ 5.001 a Cr\$ 10.000	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
De Cr\$ 10.001 a Cr\$ 20.000	12,3	12,3	12,3	12,3	12,3	12,3	12,3
De Cr\$ 20.001 a Cr\$ 30.000	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3
DE MEDIO							
De Cr\$ 30.001 a Cr\$ 50.000	31,8	31,8	31,8	31,8	31,8	31,8	31,8
De Cr\$ 50.001 a Cr\$ 100.000	14,1	14,1	14,1	14,1	14,1	14,1	14,1
De Cr\$ 100.001 a Cr\$ 200.000	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3	30,3
De Cr\$ 200.001 a Cr\$ 500.000	18,2	18,2	18,2	18,2	18,2	18,2	18,2
De Cr\$ 500.001 a Cr\$ 1.000.000	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2
De Cr\$ 1.000.001 a Cr\$ 2.000.000	9,2	9,2	9,2	9,2	9,2	9,2	9,2
De Cr\$ 2.000.001 a Cr\$ 5.000.000	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
TOTAL DE PRODUTORES	100	100	100	100	100	100	100

PEQUENOS PRODUTORES

Colaborando com os poderes públicos, empenhados em promover a redução do preço dos gêneros alimentícios, objetivo que só se poderá alcançar mediante substancial aumento de produção, decidimos autorizar a extensão das regalias aplicáveis aos "pequenos produtores" a todos os casos de empréstimos até Cr\$ 20.000,00, destinados ao custeio de lavouras, ainda que os proponentes disponham de patrimônio acima de Cr\$ 100.000,00 ou a lavoura por financiar comporte empréstimo superior a vinte mil cruzeiros.

Considerando que, em muitos casos, os principais trabalhos das pequenas lavouras são executados pelos próprios donos, com a cooperação de membros de suas famílias, admitimos, dentro do princípio de que os empréstimos integrantes dos contratos devem indicar a verdadeira aplicação que terão os créditos abertos, a inclusão, nos mesmos orçamentos, de verbas para manutenção dos créditos e de suas famílias.

São as seguintes as concessões especiais facultadas aos pequenos produtores:

- dispensa de prévia estimativa da colheita por avaliador remunerado;
- dispensa de certidões negativas de impostos, onus sobre bens imóveis, ações civis e criminais;
- dispensa de organização da ficha cadastral exigida pelas normas gerais de serviço, a qual é substituída por ficha especial, de confecção simples e resumida;
- dispensa da garantia subsidiária comumente exigível nos financiamentos de culturas peridólicas;
- inclusão, no orçamento, das despesas contratuais, quando o creditado não dispuser de recursos suficientes, para pagá-las;
- forneimento da primeira parcela do crédito ainda antes da inscrição do penhor, que será providenciada por nossas próprias Agências.

MAQUINAS AGRICOLAS

Alinda dentro do programa de estímulo à produção, contribuindo para o plano de mecanização das lavouras, regulamentamos o financiamento da compra de máquinas agrícolas pelo seu valor integral, em função da garantia oferecida, e ao prazo de até três anos, de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes, estimada esta pelo provável rendimento líquido da exploração.

PRODUTOS ACUCAR (LAVOURA E INDUSTRIA)

Não obstante ser a produção "muito superior às necessidades do consumo nacional", como reconhece o Instituto do Açúcar e do Alcool, continuamos prestando assistência à lavoura canavieira e à indústria açucareira, inclusive, em certos casos, para reaparelhamento das usinas, desde que implique melhoria do rendimento.

Os adiantamentos para os trabalhos das lavouras estão sendo feitos até o máximo de 50% do valor de venda fixado por aquele Instituto, com base na produção de canas próprias das usinas e respeitados sempre os limites oficiais destas. Além dessa limitação fundamental, o valor do empréstimo não deverá exceder ao da cobertura dos gastos compreendidos no período que se estende do término de uma safra ao início da subsequente ou, no máximo, até o fim do primeiro mês da moagem seguinte.

Para os trabalhos das lavouras de fornecedores de usinas, os financiamentos estão sendo feitos até 50% do valor das canas que estas se comprometem a receber daqueles, mediante penhor da safra corrente e respeitado o limite ofi-

cial de produção do fornecedor fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Nosso auxílio à lavoura e à indústria do açúcar, produto que absorve maior soma de recursos, se expressou, em 1948, pelo elevado total de Cr\$ 559.052.000,00. Isto é, mais Cr\$ 93.522.000,00 de que em 1947.

AGAVE

A crise do agave, esboçada em princípio de 1946 em consequência da retração dos compradores, agravou-se no decorrer daquele ano, não obstante as medidas adotadas em defesa do produto.

Assim em outubro de 1946, reconhecendo a completa saturação do mercado, vimos-nos na contingência de suspender os financiamentos da espécie considerando tal iniciativa como indispensável à salvaguarda não só de nossos próprios interesses como dos de nossos financiados, uma vez que qualquer aumento de produção só lhes poderia acarretar, naquela conjuntura, dificuldades ainda maiores.

Durante o exercício de 1947, o mercado não chegou a oferecer reação digna de nota e, por esse motivo, embora deixando de conceder novos empréstimos, não exigimos a liquidação dos contratos vencidos, a fim de evitar para os devedores mais sérios embarracos.

Em 1948, atendendo a anseios que nos foram feitos por interessados nessa cultura, mantivemos que nossas Agências localizadas na área do agave estudassem a matéria, a fim de ficarmos habilitados a decidir sobre a conveniência de restabelecer nossos financiamentos.

ALGODÃO

Foram alteradas, para o período agrícola de 1948/49, as instruções relativas ao financiamento de lavouras de algodão, abandonando-se os limites máximos de adiantamento por hectare, de Cr\$ 700,00 (sul) e Cr\$ 450,00 (norte). Estabeleceu-se a base de 60% do valor da produção provável até o máximo por hectare de 30 arrobas, na zona sul, e de 20, na zona norte, para o algodão em caroço. Foi considerado, para efeito de cálculo, o preço corrente da arroba na região. Se a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, são os financiamentos acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente lavrando-se o contrato pelo valor total assim obtido.

No caso de necessidade de adubação das terras, admitimos, como base para o cálculo dos financiamentos, a produção máxima de 35 e 25 arrobas por hectare (ou 84,70 e 60,50 arrobas por alqueire de 24.200 m²), respectivamente nas zonas sul e norte.

Concedemos, em 1948, 1.389 financiamentos no valor de Cr\$ 108.040.000,00, contra 842, em 1947, no total de Cr\$ 57.895.000,00, sendo a variação de mais 537 contratos, somando Cr\$ 50.145.000,00.

BABAQU

Limitados a Cr\$ 100.000,00 por cliente, os adiantamentos aos produtores foram feitos na base de 40% da estimativa da produção, considerando o preço corrente na região.

CACAU

O limite dos financiamentos foi ultimamente elevado de Cr\$ 25,00 para 30,00 por arroba da produção estimada. Foram contratadas, em 1948, 142 operações no valor de Cr\$ 40.889.000,00. Em 1947, o número de contratos foi de 5

... etc.), até o máximo de 20 % de das terras e das matas ou culturas permanentes.

8) Os empréstimos de que trata o item precedente são realizáveis mediante contratos à parte, pelo prazo de um ano, prorrogável por tantos novos períodos iguais quantos necessários, de acordo com a capacidade de pagamento dos mutuários, até o máximo de três ou quatro períodos, conforme a garantia seja constituída de penhor agrícola, pecuário ou hipoteca. Entretanto, como os lucros das explorações agrícolas, economicamente produtivas, no prazo de um ano, são quase sempre suficientes para o pagamento desses empréstimos, permite-se que os mesmos sejam conjuntamente contratados, em um único instrumento, com os destinados ao custeio comum.

As fiscalizações da Carteira foram fornecidas cópias de trabalhos técnicos sobre a aplicação de inseticidas, com a recomendação de orientarem nossos clientes quanto à conveniente execução do serviço, sempre que estiverem deficientemente instruídos a respeito.

Financiamentos especiais
A estalagem que flagelou as plantações em São Paulo, reduzindo sua produtividade, seguida de invernia anormal, com fortes geadas e constância de ventos frios, fenômenos que também castigaram com violência, os cafezais do Paraná, levaram o Governo Federal, a partir do período agrícola 1940-41, — renovada a autorização legislativa até o período de 1947-48 — a contratar com o Banco, por intermédio do Departamento Nacional do Café, financiamentos especiais das lavouras cafeleiras, sem fixação de limite em função das colheitas previstas e aditórias, apenas, às legítimas necessidades de custeio de parte das lavouras consideradas economicamente produtivas, com a incorporação, em cada ano, do saldo devedor que porventura restasse do anterior. Nesse empreendimento, que teve o objetivo nacional de evitar o perecimento de culturas associadas por fenômenos climáticos adversos, mas ainda economicamente produtivas, invertemos cerca de meio bilhão de cruzelros, sendo este um dos grandes serviços prestados pela Carteira em seu primeiro decênio de labor. Operação conduzida com observância de todos os preceitos técnicos, produziu os melhores resultados, sendo que o saldo devedor a descoberto — apesar do vulto da importância aplicada desde o início do plano — deverá afinal reduzir-se a cerca de Cr\$ 3.300.000,00 apenas, importância que corresponde a financiamentos não integralmente liquidados por insuficiência das produções que os garantiam. Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-leis ns. 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570), estamos em entendimento com essa autarquia, ora em liquidação, no sentido de lhe ser transferida aquela parcela de Cr\$ 3.300.000,00, mediante subrogação de nossos direitos creditórios.

Aplicamos, em 1948, na lavoura do café, a elevada soma de 511.283 milhares de cruzelros, relativa a 3.061 empréstimos. Isso representa, em comparação com os totais de 1947, mais 1.187 contratos e mais 163.213 milhares de cruzelros.

CERA DE CARNAUBA
Foram mantidas as bases para o financiamento dos trabalhos de extração e preparo do produto, isto é, adiantamento de 40 % do valor da produção, limitados ao máximo de Cr\$ 180.000 por arroba.

Financiamentos especiais
Nos termos do aviso n. 467, de 22 de julho de 1948, do Senhor Ministro da Fazenda, foi autorizada a realização de empréstimos especiais, mediante penhor mercantil do remanescente das safras, então existentes, nas seguintes condições:

PREÇOS POR ARROBA:
Tipos Cr\$
1 580
2 560
3 420
4 400

ADIANTAMENTO — 80 % dos preços acima, com as deduções seguintes:

a) juros de 7% a.a.;
b) comissão de fiscalização de 1/3% a.a.;
c) verba para pagamento de armazenagem e seguro;

d) quanto basta para pagamento de selos contratuais e despesas de transporte, impostos e taxas que incidirem sobre a mercadoria para ser vendida na praça de exportação.

Conforme quadro que acompanha este capítulo, foram realizados 71 contratos, correspondentes a 1.835.788 quilos de cera, somando os créditos concedidos

Operação não especificada, momento agrícola mas de sustentação e defesa de mercado, — não prevista, assim em nosso Regulamento — foi conduzida nos exatos termos da autorização do Senhor Ministro da Fazenda a quem temos submetido todos os apelos que nos vêm sendo dirigidos por numerosos interessados na situação da cera de carnaúba, produto de vital importância na economia dos Estados do Piauí e Ceará.

CERA DE CARNAUBA
Posição dos financiamentos concedidos até dezembro de 1948

AGÊNCIAS	CONTRATOS N.º	QUILOS	CÉDULOS CONCEDIDOS		SALDOS DEVEDORES		LIMITAÇÕES NORMAIS	
			(Cr\$ 1.000)	(Cr\$ 1.000)	(Cr\$ 1.000)	(Cr\$ 1.000)	QUILOS	VALOR (Cr\$ 1.000)
Campo Mourão	4	78.009	1.964	1.964				
Paraná	8	332.060	7.373	6.061	23.000	631		
Terapia	8	37.200	794	794				
Piauí	15	447.260	9.831	8.519	88.000	633		
Camocim	3	42.578	1.010	1.010				
Fortaleza	36	997.380	22.313	17.723	214.290	4.599		
Sobral	12	99.518	2.137	1.008	82.963	1.129		
Ceará	50	1.139.468	25.460	19.741	367.242	5.719		
Rio G. do Norte — Mossoró	3	178.300	4.120	3.657	15.120	4.099		
Bahia — Salvador	3	40.760	1.531	1.531				
TOTAL CERAL	71	1.835.788	40.942	33.443	307.362	6.719		

(*) Lei n.º 285, de 26-2-1948.

JUTA

A lavoura dessa fibra, de sumo interesse para os dois Estados amazônicos, e de ponderável significação para nossa economia, apresentava, todavia, para a prática dos financiamentos, embaraços difíceis de contornar, ligados às peculiaridades da região e ao próprio negócio e ainda à deficiência de transportes regulares. Não obstante, após acurados estudos, resolvemos autorizar o financiamento, observadas as condições seguintes:

Adiantamento — 40 % do valor da produção provável — limitada ao máximo de 1.000 quilos por hectare —, calculado sobre a cotação do produto.

Garantia — Penhor da colheita (mediante consentimento do proprietário das terras, quando o proponente for arrendatário). No caso de terras devolutas, cuja ocupação não seja titulada, o consentimento será dado por decreto do Poder Executivo ou mesmo por ato administrativo mais simples, se assim o permitir a legislação local.

Prazo — Máximo de 10 meses, iniciando-se a 1.º de outubro e vencendo-se a 30 de junho do ano seguinte.

Foram concedidos, no exercício, 38 créditos, no valor de Cr\$ 2.883.000,00, sendo que, em 1947, o número de financiamentos foi apenas de 7, no total de Cr\$ 205.000,00.

TRIGO

É com particular atenção que temos acompanhado o auspicioso surto da triticultura, dando-lhe, além de assistência financeira adequada, todo o apoio possível.

Os empréstimos são feitos até o máximo de 40 % do valor da safra, calculado ao preço de Cr\$ 150,00 por saca de 60 quilos de trigo com grão, não se levando em conta, para tal efeito, produção superior a 900 quilos por hectare. Se a produção prevista ultrapassar essa base, poderá o financiamento ser acrescido do custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo do excedente.

Aos triticultores que tenham suas lavouras fundadas em terras próprias e não necessitem, para custeio de entressafra, de importância superior a Cr\$ 20.000,00, estamos proporcionando certas facilidades, com o objetivo de tornar os empréstimos mais acessíveis aos pequenos produtores.

A título experimental, concedemos também financiamentos para aquisição de material agrícola, na base de até 60% do valor das garantias oferecidas, desde que a capacidade de pagamento do proponente permita a liquidação do empréstimo contraído para compra de máquinas e custeio de lavoura.

Elevou-se a 460, em 1948, o número de contratos para custeio de lavouras de trigo, cujo valor atingiu Cr\$ 10.748.000,00. Em 1947 realizamos apenas 54 empréstimos, no total de Cr\$ 1.143.000,00.

mos apenas 54 empréstimos, no total de Cr\$ 1.143.000,00.

DIVERSOS

Arroz no Rio Grande do Sul — De acordo com o estabelecido para o período agrícola 1948-49, nossos financiamentos poderão elevar-se até 60 % do valor da safra provável, dentro do critério de um máximo de 100 sacas e de Cr\$ 3.600,00 por quadra, tomando-se por base não mais o preço de Cr\$ 45,00 por saca de arroz em casca, anteriormente fixado, mas o de Cr\$ 60,00.

Considerados satisfatórios, foram mantidos os limites para os financiamentos das lavouras seguintes:

Arroz (casca) no Rio Grande do Sul — 40 % da produção provável, na base máxima de 25 sacos do produto em casca por hectare.

Amendoim — 40 % do valor da produção provável, na base máxima de 50 sacos por hectare.

Féijão — 50 % do valor da produção provável, na base máxima de 20 sacos por hectare.

Girassol — 40 % do valor da produção provável, na base máxima de 1.000 quilos por hectare.

Milho — 60 % do valor da produção provável, na base máxima de 27 sacos por hectare.

Sofa — 40 % do valor da produção provável, na base máxima de 25 sacos por hectare. Quando a colheita prevista for superior às máximas estabelecidas, poderão os financiamentos (calculados na forma acima) ser acrescidos de importância correspondente ao custo real dos serviços de colheita, transporte e preparo da quantidade de produto excedente.

Foram feitos, em 1948, 1.518 contratos de financiamento de culturas de arroz, no total de Cr\$ 216.926.000,00, contra 865 realizados em 1947, no valor de Cr\$ 128.140.000,00.

Apresentamos, a seguir, o quadro geral das aplicações da Carteira em seus dez anos de funcionamento, com discriminação dos produtos agrícolas:

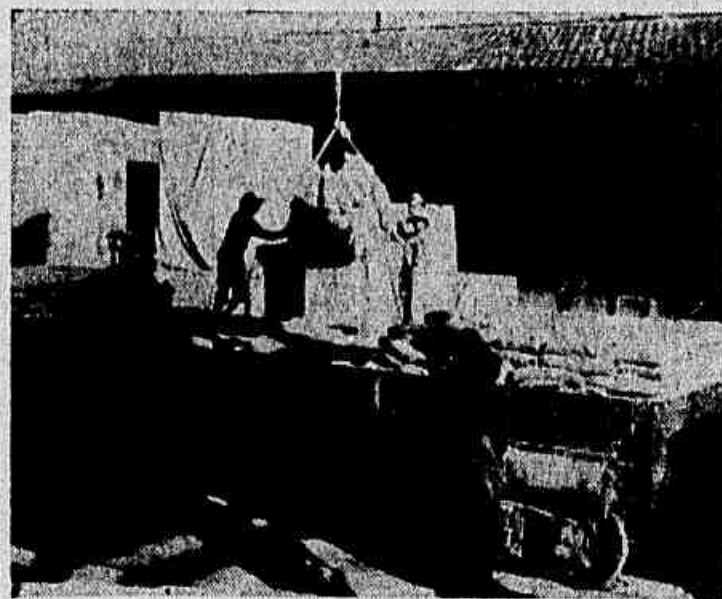
MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATÉ 31/12/1948
Número — Valor (Cr\$ 1.000)

PRODUTOS FINANCIADOS	1938/1943		1944		1945		1946		1947		1948		TOTAL	
	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º
Abóbora	2	123	1	10	—	—	2	116	2	17	1	6	22	236
Acácia negra	1	1.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adubo	28	1.040	131	0.452	248	19.403	195	17.478	—	20	68	9	602	47.645
Agave	34	690	30	388	9	292	132	288	3	108	62	1.896	—	—
Alfafa	0.316	326.732	2.717	139.888	3.038	142.922	2.280	115.615	64	67.885	1.350	108.040	19.592	891.083
Algodão	2.589	649.993	1.278	607.749	3.452	2.115.589	260	88.042	4	613	—	7.583	3.261.988	—
Alho	0	403	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amendoim	24	685	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Arroz	8.771	304.286	1.208	213.556	1.502	167.993	6	208.355	109	4.396	52	2.031	10.392	1.329.159
Batata	39	2.017	42	2.017	81	6.320	89	4.704	142	4.706	153	6.422	526	26.184
Cacau	953	70.453	254	5.649	260	5.225	155	3.938	57	32.420	142	40.669	1.821	158.352
Café	9.952	451.335	863	75.489	1.522	171.813	2.063	303.385	1.904	343.070	3.061	511.283	16.365	1.856.373
Café especial	1.954	198.360	675	114.711	602	136.858	219	63.145	41	12.435	26	8.559	3.717	534.068
Cana de açúcar	1.444	399.248	358	223.298	348	149.518	347	262.965	321	465.330	333	659.052	3.151	2.059.811
Cebola	19	326	46	143	59	181	54	303	65	357	103	686	346	1.996
Cevada	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Chá	1	21	1	30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cóco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Erva doce	1	14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ervilha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Féijão	39	620	21	447	57	1.038	47	1.184	50	908	104	3.035	318	7.132
Frutas	329	6.261	15	282	21	6.536	23	1.347	59	1.654	35	1.151	462	17.231
Fumo	39	370	29	696	58	948	40	790	23	458	82	1.348	271	4.610
Gergelim	1	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Girassol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guaraná	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guaxima	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Hortaliças	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Juta	113	2.310	42	1.173	17	580	9	583	2	36	26	260	216	7.798
Linhaça	2	38	6	168	5	78	—	—	—	—	—	—	13	284
Linho	83	3.364	30	361	59	926	34	663	39	1.307	68	2.106	313	8.797
Lúpulo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mamona	75	2.548	5	81	12	171	17	1.604	192	5.216	62	2.718	393	12.328
Mandioca	683	35.740	103	4.279	157	4.349	146	4.187	38	3.388	104	2.711	1.181	54.663
Menta	56	2.691	157	6.234	3	247	—	—	—	—	—	—	216	9.162
Milho	384	7.960	264	6.040	510	2.236	323	15.413	254	12.844	665	23.613	2.402	94.100
Rami	2	94	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Repólio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sericicultura	1	90	—	200	6	135	6	633	2	29	1	15	7	386
Tomate	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Trigo	66	400	4	5.023	11	233	29	8.787	23	0.543	7	15.405	82	66.924
Tucum	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Uva	39	450	2	21	1	10	23	227	54	1.143	460	10.748	610	12.749
Outros produtos	148	28.585	35	3.328	14	4.841	42	2.515	17	1.695	19	2.137	577	14.401
Máquinas agrícolas	34	1.336	19	1.225	74	16.212	27	13.696	191	829	64	1.617	147	39.315

(*) Em 1946, as verbas assinaladas incluem elevações de créditos provenientes da capitalização de acessórios em virtude de ajuste de crédito e moratórias.

Dez milhões e seiscentos mil quilos de cimento em menos de dois meses

Continua chegando ao nosso porto, cimento de procedência polonesa — Em descarga o vapor inglês "Parima" — Esperados os S.S. "Loide Canadá" e "Pulaski"



Um aspecto colhido no Cais do Porto, na descarga de cimento do vapor inglês "PARIMA"

O Brasil continua importando cimento de origem polonesa em quantidade bastante apreciável. Não faz muito, descarregaram em nosso porto mais de dois milhões de quilos e agora novos carregamentos estão sendo aguardados.

A DESCARGA DO VAPOR "PARIMA"

Além da quantidade já entregue para consumo e a que está sendo esperada, encontra-se

atracado no Armazém 7, do Cais do Porto, o vapor inglês "Parima" que está descarregando para vagões e posterior depósito no Trapiche Externo, denominado "F", da A. P. R. J., 27 mil sacos com o peso de um milhão e trezentos e cinquenta mil quilos.

MAIS SEIS MILHÕES DE QUILOS

Toda essa quantidade procede de Gdynia, porto polonês, país

esse que mais vem exportando cimento para o Brasil nestes últimos anos. Por esses dias deverá aportar ao Rio o vapor polonês "Pulaski", que conduz em seus porões a apreciável quantidade de 6.000.000 (seis milhões de quilos.)

TAMBÉM O "LOIDE CANADÁ"

Também o S. S. "Loide Canadá", vapor brasileiro, esperado a 11, traz em seu bojo 25.500 sacos com o peso de 1.275.000 de quilos, o que somado às parcelas anteriores perfazem um total de 10.600.000 de quilos em menos de dois meses.

Livraria Francisco Alves

Fundada em 1854
LIVREIROS E EDITORES
Rua do Ouvidor, 166 — RIO

Atropelamento fatal

Na Avenida Brasil, ontem, pela manhã, foi colhido por uma camioneta de número ignorado, o acaído José Afonso, de 60 anos, casado, residente à rua Luiz Ferreira, n. 59. O pobre homem morreu quase instantaneamente, sendo o cadáver removido para o necrotério do Instituto Médico Legal.

O 20.º Distrito Policial teve conhecimento da triste ocorrência.

DR. DJALMA ERNESTO

Laboratório de análise
ALERGIA — ASMA
RUA EVARISTO DA

Produtos	N.º de Operações	Cr\$ 1.000
Arroz	18	155.137
Babaco	242	128.191
Produtos frigorificados	70	17.928
Cera de carnaúba	300	63.600
Algodão e derivados	2	10.147
Madeiras	114	39.104
Pelos e couros	212	36.082
Agave	76	33.750
Café	65	30.289
Lã	61	23.421
Cacau	50	20.555
Mamona	61	18.863
Fumo	13	18.347
Tucum	66	17.758
Óleos vegetais	21	10.858
Diversos	45	19.955

Comparados os movimentos de 1947 e 1948, ressalta o acréscimo verificado no volume e no valor das operações realizadas no último ano, expresso pelos algarismos abaixo:

	N.º de Operações	Cr\$ 1.000
Em 1948	1.561	782.811
Em 1947	1.370	542.255
Aumento em 1948	191	240.556

Financiamentos de créditos sobre o exterior — Os "financiamentos de créditos sobre o exterior" — empréstimos destinados ao pagamento de mercadorias importadas — tiveram no ano próximo passado desenvolvimento até então não registrado.

Enquanto em 1947 o número dessas operações, já considerado apreciável, foi de 199, em 1948 elevou-se a 406, o que prova o interesse que vem despertando no comércio importador essa forma de auxílio que a Carteira lhe pode proporcionar.

Dentre os 33 produtos, cuja importação foi financiada, destacam-se os seguintes:

Produtos	N.º de Operações	Cr\$ 1.000
Máquinas	41	49.859
Caminhões e auto-ônibus	30	41.586
Petróleo e derivados	8	24.899
Produtos químicos	38	21.368
Papel	26	21.117
Cobre	6	12.131
Folhas de Flandres	54	11.928
Máquinas agrícolas	26	10.340

Confrontados os movimentos de 1947 e 1948, evidenciam-se as seguintes maiores operações:

	N.º de Operações	Cr\$ 1.000
Em 1948	406	284.859
Em 1947	199	165.283
Aumento em 1948	207	99.576

Empréstimos mediante penhor mercantil — Também os "empréstimos mediante penhor mercantil" tiveram, no decorrer de 1948, apreciável desenvolvimento. Em 1947 o número de operações desse tipo foi de 18, no montante de Cr\$ 8.979.181,10, ao passo que em 1948 ascendeu a 54, no valor total de Cr\$ 102.034.250,80.

Dos 23 produtos financiados, cabe indicar:

	N.º de Operações	Cr\$ 1.000
Óleo de algodão	7	68.695
Máquinas agrícolas	14	5.741
Máquinas	7	5.164
Máquinas têxteis	2	5.079
Manteiga de cacau	1	4.000
Óleos vegetais	4	3.988
Motores e acessórios	5	2.586
Papel	3	2.331
Mamona	2	1.329

EXPORTAÇÃO

A 23 de fevereiro de 1948 foi sancionada a Lei n.º 262, pela qual o Poder Executivo ficou autorizado a exercer, mediante o regime de licença prévia, o controle do intercâmbio comercial do País com o exterior, visando aos seguintes principais objetivos, indicados no Regulamento baixado com o Decreto n.º 24.697-A, de 23 de março do mesmo ano:

- dar aos recursos disponíveis no exterior a aplicação mais conveniente aos interesses do País;
- assegurar o regular abastecimento do mercado interno e a execução de acordos internacionais;
- restringir as importações de produtos não essenciais, assim também considerados os que, embora intrinsecamente essenciais, se produzem no País em condições satisfatórias de qualidade e preço;
- promover a importação de produtos reconhecidos como essenciais, mas de suprimento mundialmente escasso e sujeito a restrições.

Pelo citado decreto, a execução dessas normas foi confiada à Carteira de Exportação e Importação, ao mesmo passo que ficou organizada a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, constituída pelo Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, pelo Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, pelo Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, pelo Chefe do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, pelo Assessor Técnico da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, por um representante da indústria, um do comércio e um das atividades agro-pecuárias, respectivamente indicados pela Confederação Nacional da Indústria, pela Confederação Nacional do Comércio e pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Logo depois de entrar em vi-

Ano	N.º	1.000 toneladas	Cr\$ 1.000.000
1947	34.149	2.634	11.102
1948	51.064	5.322	22.745
Aumento em 1948	16.915	2.688	11.643

Observa-se que no ano passado houve, sobre o movimento de 1947, uma elevação de 50% no número das licenças de 102% no peso das mercadorias e de 105% no valor das mesmas. Deve-se ressaltar, entretanto, que, no último ano, a alta das exportações licenciadas decorreu em grande parte, do fato de vários produtos anteriormente não sujeitos ao controle, terem sido incluídos no regime de licença prévia, estabelecido pela nova legislação.

IMPORTAÇÃO

Uma vez instituído o regime de licença prévia deu-se início à execução da política de evitar, tanto quanto possível, as importações, em moeda forte, de produtos não essenciais ou menos necessários. Ao mesmo

- categoria "A" — produtos de absoluta essencialidade (p. ex.: gêneros alimentícios, combustíveis, matérias-primas e máquinas para indústrias essenciais, fertilizantes, máquinas e implementos para trabalhos rurais);
- categoria "B" — produtos de relativa essencialidade (p. ex.: matérias-primas e máquinas para indústrias de relativa essencialidade, produtos acabados que se destinem a suprir deficiências qualitativas ou quantitativas da produção nacional);
- categoria "C" — produtos de importação de imediata ou eventual conveniência (p. ex.: máquinas fotográficas de tipo comum, louças de fantasia, linóleo, etc.).

Cabe salientar ainda que a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior já fixou cerca de 400 critérios, compreendendo, praticamente, os produtos que figuravam nas estatísticas das importações brasileiras. O estabelecimento desses critérios, e a sua uniforme aplicação pela direção geral e pelas Agências, vêm, através da padronização, das soluções, eliminando demoras no despacho dos pedidos de licença e proporcionando os seguintes resultados principais:

- suprimentos adequados à economia brasileira, que não deve ser privada do que for necessário ao seu desenvolvimento e consolidação, mas eficiente aproveitamento das divisas escassas, pelas restrições às importações de produtos dispensáveis e, tanto quanto possível, pelo deslocamento das zonas de divisas não escassas.

Na forma exposta pôde a Carteira, conceder, em 1948, entre o avaliado número de 168.376 pedidos, 122.478 licenças de importação, relativas a mercadorias do valor de Cr\$ 19.448.870.170,00, denegando 45.895 solicitações referentes a produtos na importância de Cr\$ 6.084.060.238,00.

No fim do exercício havia, em todo o País, 28.333 pedidos em 5 de outubro de 1948.

Os algarismos abaixo mostram o vulto da assistência prestada pela Carteira de Redescontos, durante o último quinquênio:

Ano	N.º de Operações	Cr\$ 1.000
1944	87.850	1.109
1945	84.712	1.621
1946	90.060	1.734
1947	81.797	1.490
1948	81.854	1.611

Mais especificadas, seguem-se as cifras referentes ao ano de 1948:

	N.º de Operações	Cr\$ 1.000.000
DISTRITO FEDERAL		
Banco do Brasil	35.133	2.975
Outros bancos	1.308	1.374
ESTADOS		
Banco do Brasil	35.910	2.260
Outros bancos	48.721	3.640
TOTAL GERAL	854	6.618

O valor dos efeitos redescontados pelos demais bancos atingiu a 5.244 milhões de cruzeiros.

As operações mensais da Carteira estão alinhadas abaixo:

MÊSES	SALDOS EM FIM DE MÊS
	Cr\$ 1.000.000
Janeiro	1.579
Fevereiro	790
Março	805
Abril	927
Mai	1.022
Junho	1.050
Julho	9.300
Agosto	1.335
Setembro	1.327
Outubro	1.267
Novembro	1.346
Dezembro	2.477

No último dia do exercício, assim se apresentava a distribuição dos redescontos:

	Cr\$ 1.000
Banco do Brasil	1.307.438
Outros bancos	1.169.944
Total	2.477.382

Essas operações estavam financiadas com os seguintes recursos:

	Cr\$ 1.000
Tesouro Nacional (requisições)	1.350.000
Superintendência da Moeda e do Crédito	806.793
Banco do Brasil — Conta corrente	13.743
Fundo de reserva	131.248
Fundo de reserva especial	101.287
Provisão para despesas de notas	38.000
Outros recursos	36.311
Total	2.477.382

E oportuno assinalar que a Carteira de Redescontos, no maior parte do ano, operou com seus próprios recursos — supe-

Crédito, de conformidade com o artigo 16 do decreto-lei n.º 9.130, de 10 de abril de 1946. O débito da Carteira para com o Tesouro — Cr\$ 618.900.000 — foi resgatado em fevereiro de 1948. Somente em fins de novembro, teve a necessidade de apelar para esse recurso legal.

Igualmente beneficia foi a situação da Caixa de Mobilização Bancária no ano de 1948. Operando sob garantia de imóveis, títulos públicos e comerciais a longo prazo, reforçados com o aval dos diretores dos bancos interessados, mobiliza a Caixa as inversões a longo prazo, de segura liquidação, dos estabelecimentos que lhe pedem assistência, com o fim de restabelecer seus níveis normais de encaixe.

Nos termos da lei n.º 208, de 2 de janeiro de 1948, a Caixa de Mobilização Bancária ficou autorizada a atender os estabelecimentos de crédito que tivessem de fazer ajuste de dívidas ativas, oriundas da moratória dos débitos civis e comerciais de criadores e recicladores de gado bovino.

Elevavam-se os seus empréstimos em 31 de dezembro de 1948, a 2.178 milhões de cruzeiros (com garantia no valor de 3.334 milhões), contra 1.472 milhões em igual data de 1947, verificando-se um acréscimo de 706 milhões de cruzeiros.

	1947	1948	Variação	%
Empréstimos públicos	1.472	2.178	706	47,96
Empréstimos privados	1.472	2.178	706	47,96
Total	2.944	4.356	1.412	47,96

As operações de financiamento de obras públicas e de indústrias novas de interesse nacional, superintendidas pela Agência Especial de Financiamento, atingiram a 941 milhões de cruzeiros, em 31 de dezembro de 1948, acusando uma alta de 147 milhões em relação à mesma data de 1947.

O total dos financiamentos, ao termo do exercício de 1948 apresentava a seguinte classificação: 570 milhões de cruzeiros à indústria da construção civil e 371 milhões à indústria manufatureira.

Em abril de 1948, foi assinado o termo aditivo ao Contrato firmado em 1941, entre a Prefeitura do Distrito Federal e o Banco do Brasil, concernente ao financiamento do plano urbanístico. Segundo esse aditivo, o débito da Prefeitura, no valor de Cr\$ 570.425.200,00 — garantido por Obrigações Urbanísticas na importância de Cr\$ 962.522.915,00 — que deveria ser resgatado no prazo de três anos, será liquidado em 360 prestações mensais, no valor anual de Cr\$ 45.340.600,00.

	Cr\$ 1.000
1944	435.573
1945	477.657
1946	630.072
1947	614.443
1948	617.703
1949	672.708
1950	783.524
1951	940.268

Na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, realizada em 30 de abril de 1948, foi eleito diretor, para o período de 1948, a 1952, o dr. Valdir de Almeida, em substituição ao dr. Vilobado Machado de Souza Campos, que, durante longo tempo, serviu, com dedicação, a este Estabelecimento.

É com pesar que assinalamos o falecimento do dr. Guideteu de Sá Pires, cuja postagem para esta Casa deixou marca de notável competência. Para substituí-lo, foi eleito, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de junho de 1948, o dr. Marinho Machado de Oliveira, cujo mandato, assim, se extingue em abril de 1949.

Tendo sido nomeado, interinamente, o ministro da Fazenda, o diretor dr. Ovidio Xavier de Abreu, em 27 de setembro de 1948, e, posteriormente, havendo entrado em licença, foi nomeado, interinamente, para substituí-lo, na direção da Carteira de Redescontos, o superintendente desta Banco, sr. Pedro de Mendonça Lima.

Em 14 de fevereiro de 1949, o dr. Ovidio Xavier de Abreu resumiu as suas funções.

2. CONSELHO FISCAL
Foram reeleitos para membros do Conselho Fiscal, pela Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 1948, os srs. dr. João Dault d'Oliveira, dr. Carlos de Almeida Silva, dr. Argemiro de Hungria Machado, Pedro de Magalhães Correia.

Foi eleito o dr. José Mendes de Oliveira Castro.
Os suplentes do Conselho Fiscal foram reeleitos.

3. FUNCIONARISMO
No decorrer de 1948, o quadro foi aumentado de 317 servidores, elevando-se, assim, a 10.833, o número de funcionários ativos.

A abertura de novas agências, a expansão dos serviços e a necessidade de prover as

ANO	N.º de Operações	Cr\$ 1.000
1944	286	12.80
1945	340	15.089
1946	340	15.762
1947	323	15.489
1948	406	22.738

A Caixa de Assistência aos Funcionários do Banco do Brasil, cujo número de associados ascende a 3.323, prestou, em quatro anos e

idos 3.371 pedidos, apresentados por funcionários em serviço no País e no exterior, no total de Cr\$ 3.864.859,00.

AGÊNCIAS

Foram inauguradas, em 1948, as Agências Metropolitanas de Botafogo e Ilheus, encontrando-se em fase de instalação as de Carrolina, no Maranhão, La Paz, na Bolívia, e Metropolitanas de Ban-

gu e Copacabana (Distrito Federal).

Por motivo de melhor distribuição das zonas de assistência, bencária, foram extintas a Agência Metropolitana de Vila Isabel, no Distrito Federal, e a de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.

No último dia do exercício, elevava-se a 219 o número de Agências em funcionamento, isto é, o mesmo número existente em fins de 1947.

Desse total, 217 referem-se a Agências no País e 2 no exterior (Montevideo, no Uruguai, e Assunção, no Paraguai).

5. ESTATÍSTICA E CONTABILIDADE

Tomando por base os estudos sobre a aplicação estatística do Balanço de Pagamentos do Brasil, realizados, em colaboração, por técnicos do próprio Banco, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, do Gabinete de Estudos Econômicos do mesmo Ministério e do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o Banco do Brasil pôde oferecer aos órgãos técnicos interessados, nacionais e estrangeiros, e divulgar para o grande público, pela primeira vez, no País, no decorrer de 1948, as estatísticas das operações de câmbio, relativas ao ano de 1947, vindo de ultimadas as apurações de primeiro semestre de 1948, já integradas nos anexos deste Relatório.

Preocupado em seguir, sempre, as mais modernas normas de apresentação estatística e contábil, está o Banco procedendo ao estudo das suas contas, no sentido de melhor interpretarem a efetiva assistência financeira, que vem dispensando às diversas atividades econômicas do País, como também de subordinar essa apresentação aos padrões legais já instituídos pela superintendência da Moeda e do Crédito.

Obedecendo à alta finalidade para que foi criado, o Serviço Médico ampliou suas instalações e melhorou sua aparência técnica, de modo a poder servir com maior eficiência ao número crescente dos funcionários e respectivas famílias que tem encontrado por parte de médicos e enfermeiros, dedicação e competência.

6. SERVIÇO MÉDICO

A Consultoria Jurídica e o Contencioso continuaram a prestar valiosos serviços na vigilância dos direitos do Banco, cujos interesses tem sido defendidos com zelo, na Direção Geral e nas Agências por esse corpo de profissionais.

8. EDIFÍCIOS DE USO DO BANCO

O Serviço de Engenharia prosseguiu sua tarefa de estudos, planejamento, construção e reforma dos edifícios destinados ao funcionamento das diversas dependências do Banco.

No exercício de 1948, foi concluída a construção dos prédios destinados às Agências de Catanduvas e Limeira.

Proseguiram a construção das residências das Agências de Araxá, Baurinhos, Londrina, Mossoró, Piracicaba, São Paulo e Uberlândia, tendo sido iniciadas as de Feira de Santana, Santo Anastácio e Metropolitana de São Cristóvão.

Foram executadas obras de adaptação e reforma em prédios da Direção Geral e de várias Agências.

9. DONATIVOS PARA BENEFICÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elevaram-se a 7.392 milhares de cruzeiros as doações feitas pelo Banco a instituições de beneficência e assistência social no decorrer do ano de 1948. Em 1947 seus valores somaram a 3.051 milhares de cruzeiros.

CONCLUSÃO

Finalizar esta prestação de contas aos Srs. Acionistas do Banco do Brasil, sinto-me feliz em ter provado que esta grande Casa continua a cumprir sua elevada missão de cooperar para o progresso econômico do País.

Das páginas deste Relatório, resultou que o ano de 1948 pode ser considerado o período em que, graças às providências tomadas no decorrer dos anos anteriores, as linhas do nosso equilíbrio econômico começaram a vislumbrar-se com maior nitidez.

Sem dúvida, permaneceram em 1948 os reflexos do período de guerra e do imediato pós-guerra. Uma persistente alta do custo da vida, comum a quase todos os países do mundo e, muito especialmente, aos de estrutura econômica semelhante à nossa, alertam-nos de que ainda não está próxima a meta final de nossos esforços.

Esses efeitos, porém, que são terríveis sinais de destruição econômica de capital, somente poderão desaparecer, paulatinamente, a proporção que os fatores de produção, tanto no plano nacional como no internacional, forem localizados nos setores de rendimento máximo. Adaptação naturalmente lenta, que não raro, exige da Administração Pública medidas urgentes, retardam o reajustamento das forças produtivas do País.

O Governo, dentro da política que vem seguindo, tem sabido discernir os imperativos sociais e econômicos do momento. Está proclamando, sem precipitação e alarde, a volta do equilíbrio entre os diversos ramos de nossa atividade econômica, sob a égide da harmonia da Família Brasileira e da Justiça Social.

MANOEL GUILHERME DA SILVA FILHO.

Marco de 1948.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:
Em obediência aos dispositivos legais e estatutários em vigor, o Conselho Fiscal apresenta seu parecer sobre as contas e atos da Diretoria, relativos ao exercício de 1948.

Constatamos, com satisfação, que o Banco do Brasil continua no seu papel de propulsor das forças econômicas do País, trilhando fielmente as diretrizes financeiro-econômicas traçadas pelo Governo Federal.

O Conselho realizou todas as suas reuniões ordinárias bem co-

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1948

(Compreendendo Direção Geral)

e Agências no país e exterior)

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		NÃO EXIGÍVEL	
Caixa		Capital	
em moeda corrente		100.000.000,00	
em outras espécies		Fundo de reserva	
REALIZÁVEL		381.986.180,76	
Correspondentes no exterior		Fundo de previsão	
Emprestimos		1.017.720.802,00	
Títulos e valores mobiliários		Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	
Títulos e valores mobiliários		277.217.153,20	
Títulos e valores mobiliários		Fundo para prejuízos eventuais	
Títulos e valores mobiliários		381.569.405,50	
Títulos e valores mobiliários		Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interesse público	
Títulos e valores mobiliários		41.569.924,20	
Títulos e valores mobiliários		EXIGÍVEL	
Títulos e valores mobiliários		Correspondentes no exterior	
Títulos e valores mobiliários		920.281.900,70	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos de entidades públicas:	
Títulos e valores mobiliários		Teseuro Nacional, conta aplicação da Lei 16,	
Títulos e valores mobiliários		de 1-2-47	
Títulos e valores mobiliários		1.803.657.346,20	
Títulos e valores mobiliários		Outros depósitos de entidades públicas	
Títulos e valores mobiliários		3.778.611.935,00	
Títulos e valores mobiliários		6.579.979.281,20	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos bancários de compensação de cheques	
Títulos e valores mobiliários		1.015.398.384,00	
Títulos e valores mobiliários		Outros depósitos bancários à vista	
Títulos e valores mobiliários		2.940.376.798,60	
Títulos e valores mobiliários		7.955.775.182,80	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos sem juros	
Títulos e valores mobiliários		739.085.180,20	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos sem limite	
Títulos e valores mobiliários		9.020.637.716,10	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos limitados	
Títulos e valores mobiliários		787.181.346,40	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos populares	
Títulos e valores mobiliários		201.822.093,70	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos de aviso prévio de menos de 90 dias	
Títulos e valores mobiliários		49.920.827,10	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos de aviso prévio de 90 dias ou mais	
Títulos e valores mobiliários		270.818.029,20	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos a prazo fixo	
Títulos e valores mobiliários		871.041.081,60	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637,	
Títulos e valores mobiliários		de 10-7-34)	
Títulos e valores mobiliários		200.000,00	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	
Títulos e valores mobiliários		(Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	
Títulos e valores mobiliários		806.201.464,20	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	
Títulos e valores mobiliários		(Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	
Títulos e valores mobiliários		36.670.338,90	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos (De-	
Títulos e valores mobiliários		creto-lei 3.077, de 26-2-41)	
Títulos e valores mobiliários		112.383.712,80	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)	
Títulos e valores mobiliários		339.430.405,10	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42)	
Títulos e valores mobiliários		554.074.914,90	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos de garantia e para certificados de equipamento (Decre-	
Títulos e valores mobiliários		to 15.023 e Decreto-lei 9.159, de 13-3-44 e 10-4-46)	
Títulos e valores mobiliários		79.361.872,10	
Títulos e valores mobiliários		Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)	
Títulos e valores mobiliários		906.480.672,40	
Títulos e valores mobiliários		18.492.165.098,20	
Títulos e valores mobiliários		Superintendência da Moeda e do Crédito:	
Títulos e valores mobiliários		Conta de fundos (Decreto-lei 7.293, de 2-2-45):	
Títulos e valores mobiliários		— Banco do Brasil S. A.	
Títulos e valores mobiliários		191.048.917,20	
Títulos e valores mobiliários		— Outros bancos	
Títulos e valores mobiliários		624.484.357,80	
Títulos e valores mobiliários		815.533.275,00	
Títulos e valores mobiliários		Conta de juros:	
Títulos e valores mobiliários		— De depósitos (Decreto-lei 8.485, de 28-12-45)	
Títulos e valores mobiliários		35.051.313,10	
Títulos e valores mobiliários		— De aplicações (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)	
Títulos e valores mobiliários		10.241.014,80	
Títulos e valores mobiliários		45.292.327,90	
Títulos e valores mobiliários		860.825.602,90	
Títulos e valores mobiliários		Contas correntes	
Títulos e valores mobiliários		1.500.960.930,90	
Títulos e valores mobiliários		Bônus em circulação	
Títulos e valores mobiliários		75.863.000,00	
Títulos e valores mobiliários		Letras hipotecárias em circulação	
Títulos e valores mobiliários		23.632.600,00	
Títulos e valores mobiliários		Ordens de pagamento	
Títulos e valores mobiliários		834.141.469,20	
Títulos e valores mobiliários		Correspondentes no país	
Títulos e valores mobiliários		4.587.764,10	
Títulos e valores mobiliários		Agências no país	
Títulos e valores mobiliários		16.441.891.497,00	
Títulos e valores mobiliários		Agências no exterior	
Títulos e valores mobiliários		134.084.621,90	
Títulos e valores mobiliários		Títulos a pagar:	
Títulos e valores mobiliários		Certificados de equipamento	
Títulos e valores mobiliários		191.775.330,40	
Títulos e valores mobiliários		Letras a prêmio	
Títulos e valores mobiliários		718.514,30	
Títulos e valores mobiliários		192.493.844,70	
Títulos e valores mobiliários		Dividendos a pagar:	
Títulos e valores mobiliários		Anteriores, não reclamados	
Títulos e valores mobiliários		2.783.440,00	
Títulos e valores mobiliários		Bonificação, não reclamada	
Títulos e valores mobiliários		265.200,00	
Títulos e valores mobiliários		3.048.640,00	
Títulos e valores mobiliários		84.º dividendo a distribuir	
Títulos e valores mobiliários		10.000.000,00	
Títulos e valores mobiliários		3.048.640,00	
Títulos e valores mobiliários		Outras contas do passivo exigível	
Títulos e valores mobiliários		41.569.924,20	
Títulos e valores mobiliários		DE RESULTADO PENDENTE	
Títulos e valores mobiliários		Contas de resultado pendente	
Títulos e valores mobiliários		888.782.051,70	
Títulos e valores mobiliários		DE COMPENSAÇÃO	
Títulos e valores mobiliários		Deposantes de efeitos para cobrança	
Títulos e valores mobiliários		7.038.872.311,10	
Títulos e valores mobiliários		Deposantes de valores em custódia	
Títulos e valores mobiliários		18.075.677.612,00	
Títulos e valores mobiliários		Deposantes de valores em garantia	
Títulos e valores mobiliários		17.457.770.728,70	
Títulos e valores mobiliários		Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros	
Títulos e valores mobiliários		18.844.993,30	
Títulos e valores mobiliários		Outras contas de compensação	
Títulos e valores mobiliários		14.984.528.889,40	
Títulos e valores mobiliários		60.155.794.735,70	
Títulos e valores mobiliários		105.439.508.363,39	

Rio de Janeiro, D. F.

20 de julho de 1948.

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
Presidente

JULIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(R. C. n.º 1.147)

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 30 de junho de 1948.

Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

DÉBITO		CRÉDITO	
Despesas financeiras (juros e descontos)		Rendas:	
Despesas administrativas:		De juros e descontos de emprés-	
Despesas de impostos		timos e adiantamentos	
Outras despesas administrativas		De juros de ações e obrigações	
Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios		De comissões	
de uso do Banco		Outras rendas	
Prejuízos		Lucros	
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos even-		11.589.664,40	
tuais" (Art. 45, § único dos Estatutos), para			
eventual compensação de prejuízos			
Distribuição do lucro líquido (Art. 45, § único,			
dos Estatutos):			
Fundo de reserva, cota de 10 %			
Percentagem da Diretoria			
Dividendo, à razão de 20 % ao ano			
Fundo de Beneficência dos Funcioná-			
rios, 1 %			
Fundo de previsão, cota de reforço			

Rio de Janeiro, D. F., 20 de julho de 1948

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
Presidente

JULIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(R. C. n.º 1.147)

no as extraordinárias que se aca-

ram convenientes.

Examinou, nas épocas próprias, os saldos de caixa, os valores de propriedade do Banco e em custódia, o estoque de ouro, os registros de contabilidade, os balanços e as contas.

Tomou, ainda, conhecimento de Relatório da Diretoria, verificando que o mesmo reflete com exatidão a vida do Banco no ano encerrando.

Estando tudo em perfeita ordem, propõe o Conselho Fiscal que os Srs. Acionistas aprovem o relatório, as contas e os atos da Diretoria referentes ao ano de 1948.

Tal como nos dois últimos anos e para atenuar a evidente insuficiência dos atuais honorários da Diretoria, sugerimos que se não difique a distribuição do lucro líquido, transferindo-se da conta "Fundo de Previsão" — Cota de Reforço" para "Bonificação à Diretoria" uma importância igual à que foi distribuída aos Srs. Diretores, no exercício, a título de percentagem.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1949.

João David de Oliveira
Carloman da Silva Oliveira
Argemiro de Hungria Machado
Pedro Magalhães Corrêa
José Mendes de Oliveira Castro

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1948

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

ATIVO				PASSIVO			
DISPONIVEL				NÃO EXIGIVEL			
Caixa:				Capital			
em moeda corrente	1.225.804.048,80	3.228.927.777,00		Fundo de reserva	384.091.490,10	100.000.000,00	
em outras espécies	1.123.729,00			Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	1.036.778.062,40		
REALIZAVEL				Fundo para prejuízos eventuais	984.478.400,00	2.701.212.073,10	
Correspondentes no exterior	2.701.095,30			Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interesse público	41.673.804,10	2.812.885.877,20	
Emprestimos:				EXIGIVEL			
Tesouro Nacional:				Correspondentes no exterior			
Conta de compra de ouro				Depósitos:			
Saldo a liquidar do exercício de 1948				Tesouro Nacional:			
Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício de 1948				Conta aplicação da Lei 16, de 7-2-47			
Outros débitos				Outros créditos			
Operações da Carteira de Câmbio:				Operações da Carteira de Câmbio:			
Correspondentes no exterior				Câmbio:			
Outras contas				Correspondentes no exterior			
Empréstimos rurais				Depósitos por certificados de equipamento			
Empréstimos industriais				Certificados de equipamento			
Empréstimos em letras hipotecárias				Depósitos vinculados			
Empréstimos de financiamento				Depósitos obrigatórios			
Caixa de empréstimos aos funcionários				(Decreto 24.038, de 26-3-31)			
Outros empréstimos em conta corrente				Outras contas			
Títulos descontados				Governo Federal-Fundo de Indenizações (Decreto 25.147, de 29-6-48)			
Títulos a receber				Depósitos de entidades públicas			
Títulos e valores mobiliários:				Depósitos bancários de compensação de cheques			
Obrigações de Guerra				Outros depósitos bancários à vista			
Apólices e outras obrigações federais				Depósitos sem juros			
Apólices estaduais				Depósitos sem limite			
Apólices municipais				Depósitos limitados			
Outros títulos em moeda nacional				Depósitos populares			
Títulos da dívida externa brasileira				Depósitos de aviso prévio de menos de 90 dias			
Outros títulos em moedas estrangeiras				Depósitos de aviso prévio de 90 dias ou mais			
Outros valores mobiliários				Depósitos a prazo fixo			
Superintendência da Moeda e do Crédito, nota entregue correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)				Depósitos em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637, de 10-7-31)			
Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito				Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)			
Carteira de Redescontos, conta de movimento				Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)			
Antecipações de pagamento de câmbio comprado				Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)			
Imóveis não destinados a uso do Banco				Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)			
Letras hipotecárias a receber				Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42)			
Correspondentes no país				Depósitos de garantia (Decreto-lei 15.028, de 13-3-44)			
Créditos em liquidação				Depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)			
Agências no país				Superintendência da Moeda e do Crédito:			
Agências no exterior				Conta de fundos (Decreto-lei 7.293, de 2-2-45):			
Outras contas do ativo realizável				— Banco do Brasil S. A.			
FIXO				— Outros bancos			
Edifícios de uso do Banco				Contas de juros:			
Móveis, utensílios e material de expediente				— De depósitos (Decreto-lei 8.495, de 28-12-45)			
DE RESULTADO PENDENTE				— De aplicações (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)			
Contas de resultado pendente				Contas correntes			
DE COMPENSAÇÃO				Bônus em circulação			
Efeitos a receber de conta alheia:				Letras hipotecárias em circulação			
do exterior				Ordens de pagamento			
do país				Correspondentes no país			
Mandatários por cobrança de títulos				Agências no país			
Valores depositados:				Agências no exterior			
Ouro do Tesouro Nacional (281.605.677,538 grs. de ouro fino)				Títulos a pagar			
Títulos da Dívida Pública Federal, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito:				Letras a prêmio			
— Decreto-lei 9.140, de 5-4-46:				Carteira de Redescontos			
Do Banco do Brasil S. A.				Dividendos a pagar			
De outros bancos				Anteriores, não reclamados			
— Decreto-lei 9.159, de 10-4-46				Bonificação, não reclamada			
Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42)				85% dividendo a distribuir			
Outros valores depositados				Outras contas do passivo exigível			
Valores em garantia:				DE RESULTADO PENDENTE			
Hipotecas				Contas de resultado pendente			
Outras garantias				DE COMPENSAÇÃO			
Tesouro Nacional, operações da Carteira de Câmbio:				Depositantes de efeitos para cobrança			
Efeitos a receber do exterior				Depositantes de valores em custódia			
Mandatários por cobrança de títulos				Depositantes de valores em garantia			
Devedores por garantias prestadas:				Tesouro Nacional, operações da Carteira de Câmbio:			
Companhia Siderúrgica Nacional				Depositantes de efeitos para cobrança			
Estado de São Paulo				Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros			
Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional				Outras contas			
Outras entidades				Outras contas de compensação			
Outras contas							
Outras contas de compensação							

Rio de Janeiro, D. F.,

21 de janeiro de 1949.

JULIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(D. E. C. n.º 6.264 — C. R. C. n.º 3.876)

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
Presidente

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 1948

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país e exterior)

DÉBITO		CRÉDITO	
Cr\$		Cr\$	
Despesas financeiras (juros e redescontos)	395.396.553,00	Rendas	
Despesas administrativas:		De juros e descontos de empre-	
Despesas de impostos	16.327.958,40	timos e adiantamentos	736.748.464,70
Outras despesas administrativas	398.083.680,20	De juros de ações e obrigações	12.878.091,90
Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios de uso do Banco	17.857.717,00	De comissões	117.503.459,20
Prejuízos	25.673.444,20	Outras rendas	5.553.902,80
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos eventuais" (Art. 45 § único dos Estatutos), para eventual compensação de prejuízos	2.904.902,30	Lucros	16.813.430,20
Distribuição do lucro líquido (Art. 45, § único, dos Estatutos):			
Fundo de reserva, cota de 10 %	3.325.309,40		
Percentagem da Diretoria	540.000,00		
Dividendos, à razão de 20 % ao ano	10.000.000,00		
Fundo de Beneficência dos Funcionários, 1 %	332.530,90		
Fundo de provisão, cota de reforço	19.055.253,40		
	389.497.348,80		889.497.348,80

Rio de Janeiro, D. F., 21 de janeiro de 1949

MANOEL GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
Presidente

JULIO DE MATTOS
Chefe do Departamento de Contabilidade
(D. E. C. n.º 6.264 — C. R. C. n.º 3.876)



TUDO O K. — Os selecionados do Brasil e do Paraguai, que estiveram realizando ligeiros individuais no dia de ontem, estão, hoje, prontos e esperando apenas a "hora h" da porfia, para que a "parada" seja resolvida em mais de longas. Na gravura, a representação "guarani", que tão brilhante figura vem fazendo neste certame; ao centro, a intermediação dos nossos patricios: Eli, Danilo e Bigode; e, à direita, o "scratch" brasileiro que "queimará os seus últimos cartuchos" para a conquista do título máximo do "association" continental.

AVANTE BRASILEIROS

A MANHA Esportiva

ANO VIII

RIO DE JANEIRO, Quarta-feira, 11 de maio de 1949

NÚMERO 2.377

ONDINO ESPERA LANÇAR BIGODE E ORLANDO CONTRA O ARSENAL

DEPOIS DO "APRONTADO" DE SEXTA-FEIRA A ESCALAÇÃO DA EQUIPE TRICOLOR — DIDI, SIM; LORENZO, NÃO

O Fluminense será o primeiro adversário do Arsenal, no Brasil. Já começou os seus preparativos para a peleja. Todavia, não se pode desde já afirmar com que equipe dará combate ao conjunto britânico.

Disseram, por aí, que lançaria no prêmio em apreço, Didi, Orlando, Bigode e Lorenzo. A verdade, porém, é que somente depois de amanhã, Ondino Viera escalará a sua equipe.

Pretende mesmo o técnico tricolor realizar antes um treino na sexta-feira, no qual contaria com Orlando e Bigode, isso é claro, no caso do sul americano encerrar-se hoje.

color realizar antes um treino na sexta-feira, no qual contaria com Orlando e Bigode, isso é claro, no caso do sul americano encerrar-se hoje.

LORENZO ESTÁ FORA DE FORMA

O uruguaio Lorenzo, por exemplo, não jogará. Está gordo e fora de forma, de modo que, lançado agora, seria quase que suicídio.

Já em relação a Didi, a situação é diferente. O meia sub-

lano está em ponto de bala e em condições de exibir-se a contento contra o famoso conjunto britânico.

BIGODE E ORLANDO
Como já aceitamos, Orlando e Bigode deverão jogar. Ondino

Viera acha que são indispensáveis. Todavia, nada fará sem antes faz-los exercitar em conjunto com os demais tricolores. Deverão, pois, estes atletas, participar do apronto dos tricolores, sem o que não terão escalação para domingo.

Benitez continua confiante!

Depois do feito de domingo, para muitos quase inacreditável, os paraguaios ao vencerem o "scratch" nacional por 2 X 1, procuramos alguns dos componentes da seleção "guarani", para colhermos impressões sobre o prêmio de hoje. Fomos, então, ter com Benitez, o grande meia esquerda, que deu a vitória para as suas cores, naquele memorável jogo.

Atencioso como todo o paraguai, Benitez não se esquivou e foi logo esternando a sua satisfação pela vitória que, como ele disse, foi além do que previa, pois os brasileiros, tanto os jogadores, como o público, souberam receber com disciplina a derrota, não deixando de aplau-

dir o vencedor, numa demonstração de compreensão esportiva.

Sobre o prêmio de hoje, Benitez fez questão de mostrar que continua confiante acrescentando que tanto ele como os seus companheiros estão otimistas em mais uma apresentação de gala, pois o entusiasmo que os domina, depois da vitória de domingo, é ainda maior, estando todos com o firme propósito de não deixarem fugir esta oportunidade para a conquista do primeiro Campeonato Sul-Americano para o Paraguai, cujo feito será dos mais gloriosos por ter sido em campo do adversário e ainda do Brasil, que possui a melhor equipe deste campeonato.

OS QUADROS PARA A LUTA

Logo mais voltarão ao gramado os selecionados brasileiro e paraguaio, a fim de decidirem com quem ficará o título de Campeão Sul-Americano de Futebol. Os "guaranis" apresentarão o mesmo "onze" que quebrou a invencibilidade dos nacionais, ou seja:

Garcia, Gonzalito e Céspedes; Cavillan, Nardelli e Canteros; Fernandez, Lopez, Arce, Benitez e Avalos.

Flavio Costa fará algumas modificações na equipe brasileira, devendo Mauro ocupar o posto de Wilson, que não se restabeleceu da contusão sofrida, e Ademir em lugar de Otavio. Portanto, a equipe brasileira deverá ter a seguinte constituição:

Barbosa, Augusto e Mauro; Eli, Danilo e Bigode; Tesourinha, Zizinho, Ademir, Jair e Simão.

O adversário é perigoso, porém, precisamos vencer — Confia o público que esta noite, os nossos atletas repetirão a façanha dos heróis de 22



A turma paraguaia depois do jogo de domingo, comemorando a vitória. Hoje, sem dúvida, os nossos não permitirão que repitam a façanha

As representações do Brasil e do Paraguai voltarão hoje à noite, ao estádio de S. Januário, para uma nova luta pela decisão do título máximo do XVI Campeonato Sul-Americano de Futebol. Em vista do resultado da peleja de domingo, o compromisso de hoje apresenta-se com características verdadeiramente empolgantes.

GRANDE INTERESSE DO PÚBLICO

Contrariando os inimigos dos desportos, o interesse em torno desse prêmio vem sendo, sem exagero, superior ao anterior. Apesar da "onda" criada, acredita-se que a renda será superior a dos demais jogos deste campeonato, ou, por outras palavras, teremos um "record" de arrecadação em perspectiva.

NÃO É RIVAL FÁCIL

É preciso que se diga uma coisa: o conjunto paraguaio não é rival fácil. Há muito que vem dando trabalho aos brasileiros, bastando citar que não os vencemos há mais de dez anos. Não será pois surpresa, um sucesso deles hoje, embora, entendamos que levamos vantagens contra eles, que poderão influenciar no resultado da luta de hoje.

Referimo-nos ao fator campo e público.

PRECISAMOS VENCER
O que precisamos saber os nossos atletas é que precisamos vencer. Realizamos o certame sem argentinos, e não podemos concordar que o título que perdemos há vinte e seis anos, depois de "pintar" para nós, siga para o Paraguai. Confiamos em nossos atletas, e esperamos que esta noite, nos deem a alegria de vê-los cam-

peões do Continente, repetindo proeza idêntica a dos heróis de 22.

Avante, pois, brasileiros!



JAIR AFIRMA:

"Desta vez os paraguaios não nos resistirão"

Estamos por poucas horas para a realização da sensacional peleja que decidirá a supremacia do Sul-Americano de Futebol. Paraguaios e brasileiros voltarão à cancha para decidir com quem ficará o honroso título.

Sobre o embate nossa reportagem se avistou com Jair, o consagrado "in-sider" esquerdo da seleção nacional, e que tem sido o terror dos arqueiros, pois até nós que assistimos as pelejas temos tido oportunidade de observar a tensão nervosa que deles se apodsa quando "já" prepara-se para disparar um dos seus "morteiros".

Assim se expressou Jair: Reconheço que os "guaranis" são adversários de valor, mas desta feita a coisa vai ser diferente; entraremos dispostos à reabilitação, para gláudio de nossa imensa "torcida". Acho que eles não nos resistirão desta vez.



JAIR



Ao alto, os "cracks" ingleses logo após o desembarque, e, em baixo, Carlito Rocha, ajudando a desembarcar as bagagens dos britânicos

No Rio, os mais famosos "cracks" da Inglaterra

Ronnie Rooke confirmou: o público brasileiro vai gostar do Arsenal — Assistirão ao jogo

Brasil x Paraguai, hoje à noite, em São Januário

Chegou ontem, ao Rio, a primeira turma do Arsenal, de Londres. O desembarque estava marcado para as 13 horas, todavia, somente às 16 pisaram terras brasileiras os famosos jogadores da terra do futebol.

Bem humorados, cativantes, os britânicos chegaram animados e dispostos a realizar uma magnífica temporada em nossa terra.

RECEPÇÃO CARINHOSA
Tiveram os que aqui desembarcaram ontem, carinhosa recepção por parte dos desportistas cariocas, e especialmente, dos botafogenses.

OS QUE CHEGARAM
Chegaram, ontem, integrando a primeira turma do campeonato britânico de 48, as seguintes pessoas:

Wittaker, "manager"; Bill Milne, treinador; George, guarda; Ray, Daniel, centro-médio; Ronnie Rooke e Reg Lewis, "cen-

ters"; Lauris Scott e Lionel Smith, "backs"; Roper, Doug, Lisman e Tom Wallace, "forwards".

Ronnie Rooke, um dos mais famosos "cracks" britânicos, confirmou inteiramente uma declaração sua divulgada no Brasil, por uma agência telegráfica. Disse-nos mesmo:

— Já sei que o público daqui gosta de ver bom futebol. Digam-me que quanto a isso fiquem

tranquilo, pois, vai gostar muito do Arsenal.

ASSISTIRÃO O JOGO
Carlito Rocha, convidou-os para assistir o jogo de hoje, decisivo do Sul-Americano de Futebol, convite que aceitaram gostosamente.

Estarão pois, esta noite, os britânicos em São Januário, onde não só tomarão contato com o nosso público, como ainda fi-

carão conhecendo o padrão de jogo dos nossos patricios.

O SEGUNDO GRUPO

O segundo grupo, que partirá igualmente por via aérea, compreenderá o guarda de reserva Bernes, os médios Archie Madajuly, Alex Forbesol, e Grimshant, e os atacantes Bryan, Jones, Jimmy e Lestho.

Cada atleta do Arsenal foi assegurado pela quantia de vinte mil libras.

CEDERA' A FEDERAÇÃO PAULISTA — Constava ontem, que a Federação Paulista de Futebol estaria disposta a ceder um pouco em suas exigências feitas ao Botafogo, o que permitirá ao público paulista assistir jogos do Arsenal.